



DIÁRIO

da Assembleia da República

IV LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1985-1986)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 1986

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Rodrigues Vitoriano

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 Rui de Sá e Cunha
 José Manuel Mala Nunes de Almela

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 20 minutos.

Após abertura do debate da moção de confiança pelo Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva) interviveram, a diverso título, além do Sr. Ministro das Finanças (Miguel Cadilhe), os Srs. Deputados João Corregerod da Fonseca (MDP/CDE), Carlos Brito, Carlos Carvalhas, Zita Seabra e Jorge Lemos (PCP), Rui Machete (PSD), Jorge Lácão (PS), José Magalhães (PCP), Vítor Hugo Sequeira, Raúl Rêgo e José Luís Nunes (PS), Seiça Neves (MDP/CDE), Torres Couto (PS), Duarte Lima, Amândio de Azevedo e Silva Marques (PSD), Magalhães Mota (PRD), Mendes Bota e Vítor Crespo (PSD), Borges de Carvalho (Indep.), Defensor Moura (PRD), António Barreto (PS), Anselmo Aníbal (PCP), Carlos Coelho (PSD), Tiago Bastos (PRD) e José Apolinário (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Gaspar Rodrigues.
 Adérito Manuel Soares Campos.
 Alberto Monteiro Araújo.
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amândio dos Anjos Gomes.
 Amândio Santa Cruz Basto Oliveira.
 Amélia Cavaleiro Andrade Azevedo.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Jorge de Figueiredo Lopes.
 António Manuel Lopes Tavares.
 António Paulo Pereira Coelho.
 António Roleira Marinho.
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.

Arménio dos Santos.
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.
 Belarmino Henriques Correia.
 Carlos Alberto Pinto.
 Carlos Miguel Maximiano Almeida Coelho.
 Cecília Pita Catarino.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Dinah Serrão Alhandra.
 Domingos Duarte Lima.
 Domingos Silva e Sousa.
 Fernando Barata Rocha.
 Fernando Dias de Carvalho Conceição.
 Fernando José Alves Figueiredo.
 Fernando José Próspero Luís.
 Fernando José Russo Roque Correia Afonso.
 Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.
 Francisco Mendes Costa.
 Francisco Rodrigues Porto.
 Henrique Luís Esteves Bairrão.
 Henrique Rodrigues Mata.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Domingos Abreu Salgado.
 João Luís Malato Correia.
 João José Pedreira de Matos.
 João Maria Ferreira Teixeira.
 Joaquim Carneiro de Barros Domingues.
 Joaquim da Silva Martins.
 José de Almeida Cesário.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Assunção Marques.
 José Augusto Santos Silva Marques.
 José Filipe de Athayde Carvalhosa.
 José Francisco Amaral.
 José Guilherme Coelho dos Reis.

José Júlio Vieira Mesquita.
 José Luís Bonifácio Ramos.
 José Mendes Bota.
 José Mendes Melo Alves.
 José de Vargas Bulcão.
 Licínio Moreira da Silva.
 Luís António Damásio Capoulas.
 Luís Jorge Cabral Tavares Lima.
 Luís Manuel Costa Geraldes.
 Luís Manuel Neves Rodrigues.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria Antonieta Cardoso Moniz.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Miguel Fernando Miranda Relvas.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Alberto Limpio Salvada.
 Rui Manuel Parente Chancerelle Machete.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Virgílio de Oliveira Carneiro.
 Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Agostinho de Jesus Domingues.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Américo Albino Silva Salteiro.
 António Domingues de Azevedo.
 António Frederico Vieira de Moura.
 António Miguel de Morais Barreto.
 Armando dos Santos Lopes.
 Carlos Alberto Raposo Santana Mata.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Luís.
 Carlos Manuel G. Pereira Pinto.
 Helena Torres Marques.
 Hermínio da Palma Inácio.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Fernando Henriques Lopes.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Rosado Correia.
 Jorge Lacão Costa.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Torres Couto.
 José dos Santos Gonçalves Frazão.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Leonel de Sousa Fadigas.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Raul Manuel Gouveia B. Junqueiro.
 Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Victor Hugo de Jesus Sequeira.
 Victor Manuel Caio Roque.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Alexandre Manuel da Fonseca Leite.
 Ana da Graça Gonçalves Antunes.
 António Alves Marques Júnior.
 António Eduardo A. de Sousa Pereira.
 António Lopes Marques.
 António Magalhães de Barros Feu.
 António Maria Paulouro.

Arménio Ramos de Carvalho.
 Carlos Alberto Rodrigues Matias.
 Carlos Artur T. Sá Furtado.
 Carlos Joaquim de Carvalho Ganopa.
 Eurico Lemos Pires.
 Defensor Oliveira Moura.
 Fernando Dias de Carvalho.
 Francisco Armando Fernandes.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
 Ivo Jorge de Almeida dos Santos Pinho.
 Jaime Manuel Coutinho da Silva Ramos.
 João Barros Madeira.
 Joaquim Carmelo Lobo.
 Joaquim Jorge Magalhães Mota.
 José Alberto Paiva Seabra Rosa.
 José Caeiro Passinhas.
 José Carlos Torres Matos de Vasconcelos.
 José Carlos Pereira Lilaia.
 José Emanuel Corujo Lopes.
 José Fernando Pinho da Silva.
 José Luís Correia de Azevedo.
 José Rodrigo da Costa Carvalho.
 Maria Cristina Albuquerque.
 Paulo Manuel Quintão Guedes de Campos.
 Roberto de Sousa Rocha Amaral.
 Rui José dos Santos Silva.
 Rui de Sá e Cunha.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.
 Vasco Pinto da Silva Marques.
 Victor Manuel Ávila da Silva.
 Victor Manuel Lopes Vieira.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favares Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António Manuel da Silva Osório.
 António Vidigal Amaro.
 Belchior Alves Pereira.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos Manafaias.
 Cláudio José Santos Percheiro.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Francisco Miguel Duarte.
 José António Gonçalves do Amaral.
 João Carlos Abrantes.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Margarida Tengarrinha.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Sérgio José Ferreira Ribeiro.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS):

Abel Augusto Gomes de Almeida.
 Adriano José Alves Moreira.
 António José Tomás Gómes de Pinho.
 António Vasco Mello César Menezes.
 Francisco António Oliveira Teixeira.

Hernâni Torres Moutinho.
 Horácio Alves Marçal.
 João Gomes de Abreu Lima.
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia.
 Manuel Eugénio Cavaleiro Brandão.
 Manuel Fernando Silva Monteiro.
 Manuel Tomás Rodrigues Queiró.
 Narana Sinai Coissoró.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 João Manuel Caniço Seiça Neves.

Deputados independentes:

António José Borges de Carvalho.
 Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.
 Maria Amélia Mota Santos.

O Sr. Presidente: — O Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas entrados na Mesa.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Deram entrada na Mesa e foram admitidos os seguintes diplomas: ratificações n.ºs 80/IV, da iniciativa do Sr. Deputado José Carlos Lilaia e outros, do PRD, que se refere ao Decreto-Lei n.º 118-A/86, de 27 de Maio, que põe em execução o Orçamento do Estado para 1986, e 81/IV, da iniciativa do Sr. Deputado João Rosado Correia e outros, do PS, que se refere ao Decreto-Lei n.º 130/86, de 7 de Junho, que aprova a Lei Orgânica do Ministério do Plano e da Administração do Território; projectos de lei n.ºs 247/IV, 248/IV e 249/IV, todos da iniciativa do Sr. Deputado José Vieira de Carvalho e outros, do CDS, do PSD e do PS, propondo, respectivamente, a elevação da povoação de Castelo da Maia à categoria de vila, a elevação de Águas Santas à categoria de vila e a elevação de vila da Maia à categoria de cidade, e 250/IV, da iniciativa do Sr. Deputado João José Pedreira de Matos e outros, do PSD, propondo a criação da freguesia de Santo António dos Cavaleiros, no concelho de Loures.

Todos estes projectos de lei baixaram às comissões competentes.

O Sr. Presidente: — Como os senhores deputados sabem, inicia-se hoje o debate sobre a moção de confiança apresentada pelo Governo a esta Assembleia.

Uma vez que o Sr. Primeiro-Ministro ainda não se encontra aqui presente na Sala, vamos aguardar uns momentos pela sua chegada.

Pausa.

Para produzir a intervenção de apresentação da moção de confiança, concedo a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando, em Novembro de 1985, tomámos posse dos cargos que hoje desempenhamos não ignorávamos, como se calcula, as dificuldades que iríamos enfrentar.

Formámos governo porque vencemos as eleições de 6 de Outubro. Para todos aqueles que professam os valores, princípios e regras da democracia, essa vitó-

ria, traduzida na posse conferida pelo então Presidente da República e na investidura obtida nesta Assembleia, concede o título de plena legitimidade em que assenta este governo.

Nestas eleições, como hoje é comummente reconhecido e como disse na intervenção de apresentação do Programa do Governo, um novo ciclo se abriu na democracia portuguesa e, mais concretamente, no sistema partidário.

Nenhum outro partido mostrou disponibilidade para participar na construção de uma solução governativa com suporte parlamentar maioritário a que não faltasse coerência. A generalidade dos sectores políticos democráticos sustentaram a tese de que o PSD, partido claramente vencedor das eleições, deveria assumir, sozinho, as responsabilidades da governação.

E não hesitámos. Não fugimos às nossas responsabilidades.

Formámos governo e começámos a trabalhar.

Formámos governo sem demoras e, também rapidamente, apresentámos o nosso programa a esta Assembleia.

É um programa que não foi elaborado para conseguir compromissos de conveniência ou equilíbrios conjunturais. Os grandes critérios que nortearam a sua feitura foram o da adequação aos interesses nacionais, o da possibilidade efectiva — naquilo que de nós depende — do seu cumprimento e o da fidelidade integral aos compromissos assumidos perante o eleitorado.

Este último aspecto é para mim muito importante. Refiro-o sempre, e merece que me detenha um pouco mais sobre ele.

Sei que alguns se surpreendem e se agastam quando nosouvem expressar esta constante preocupação.

Para além do valor do princípio em si mesmo, consideramos que a fidelidade aos compromissos assumidos é um instrumento indispensável para que os eleitores tenham um sentimento firme da eficácia do seu voto.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não chega, não pode chegar ao cidadão eleitor saber apenas que quem governa é quem mereceu a sua confiança, quem foi objecto da sua escolha.

É fundamental que o eleitor sinta também que o programa apresentado, naquilo que dependa dos governantes, é posto em prática, não é esquecido nem secundarizado.

Só assim o julgamento democrático sobre a acção de quem é governo e também de quem é oposição assume real e verdadeiro significado.

Quem queira, pois, ver consolidados esses valores, princípios e regras da democracia pluralista só pode desejar que essa constante atenção com o que se promete ao povo soberano seja atributo de quem exerce o poder político.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esse programa, elaborado segundo critérios e normas que mencionei, foi submetido à livre apreciação desta Assembleia, a qual, apesar da apresentação de três moções de rejeição, não o inviabilizou.

O Governo ficou, pois, também nos termos constitucionais, investido nas suas funções na plenitude dos poderes que lhe são atribuídos pela lei fundamental.

Nesse programa não foi ocultada nenhuma das medidas que pensávamos levar por diante, quer aquelas sobre as quais o Governo, por si só, poderia legislar; quer aquelas que, por se inscreverem na competência reservada do Parlamento, traduziam uma mera iniciativa e teriam de assumir a forma de proposta de lei.

Viabilizado o programa, iniciámos, pois, a única tarefa que seria legítimo esperar de nós: cumprir, dar execução a esse mesmo programa.

Impunha-se então agir, tomar decisões, legislar, mas sempre ouvindo, fazendo do diálogo um método de trabalho e não uma figura de retórica.

Farão a justiça de reconhecer que o Governo tem manifestado uma total abertura ao diálogo com todas as forças partidárias e sociais. Não precisarei de invocar aqui algumas afirmações, públicas umas, privadas outras, de dirigentes partidários que reconhecem que com este governo se está finalmente a cumprir o estatuto da oposição.

Apenas recordarei os casos em que houve encontros de delegações do Governo com delegações dos partidos que representam.

Com efeito, houve encontros formais com todos os partidos da oposição com assento parlamentar ou, pelo menos, com a maioria deles a propósito de assuntos de relevante interesse nacional. Assim sucedeu em relação ao Programa do Governo, às Grandes Opções do Plano para 1986, ao Orçamento do Estado para 1986, à legislação laboral, ao estatuto disciplinar da PSP e à lei de segurança interna. Os partidos da oposição foram igualmente ouvidos e informados pelo Governo sobre a revisão do Acto Único Europeu e foram desencadeados os mecanismos legais para que, previamente à sua aprovação, a Assembleia da República tivesse oportunidade de efectuar um debate sobre a matéria.

Recordava-vos ainda as inúmeras situações em que membros do Governo, por sua própria iniciativa, se apresentaram nas comissões de especialidade desta Assembleia para debater problemas relacionados, por exemplo, com o sector empresarial do Estado ou com a integração europeia.

É também legítimo perguntar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se em qualquer outra ocasião anterior foi tão elevado o número de membros do Governo que, a pedido das comissões de especialidade, compareceram na Assembleia para tratar de assuntos relativos à governação e ainda se no passado houve tanta abertura para os deputados da oposição junto dos gabinetes ministeriais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo esteve presente em 62 das 84 sessões plenárias da Assembleia da República na actual sessão legislativa, e em 14 delas estiveram presentes a totalidade ou a quase totalidade dos seus membros.

O Governo esteve igualmente presente em 110 reuniões das comissões de especialidade.

Esta situação não tem obviamente qualquer paralelo com qualquer outro governo. O Governo não se tem recusado ao diálogo e à cooperação com a Assembleia da República. Julgamos que esta é a melhor forma de a respeitar e representa um real contributo para o bom relacionamento institucional entre os dois órgãos de soberania.

E o que é válido para as forças partidárias também é para as forças sociais. Será que alguém já se esqueceu — e isto para apresentar um só exemplo significativo — que foi connosco que se reatou a prá-

tica de encontros habituais e de conversações com uma central sindical que há largo tempo não tinha acesso ao diálogo com o Executivo?

Temos sabido, nos nossos gabinetes de trabalho ou no seio do Conselho Permanente de Concertação Social, ouvir todos os parceiros sociais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O diálogo tem sido neste governo uma postura constante, uma prática corrente. Tem servido para fomentar relacionamento e informação recíprocos entre o Governo e a oposição. Para se estabelecerem pontes, para preservar a transparência democrática e a cordialidade de relações entre as diferentes forças partidárias, pese embora as divergências ideológicas que entre elas possam existir.

Temos a consciência e o orgulho de poder afirmar que, apesar das querelas políticas, não há da parte deste governo corte de relações com qualquer força partidária. A todos temos recebido. De todos temos ouvido. Com todos temos dialogado e cooperado.

Acreditamos na força do diálogo e nem mesmo a escassez dos resultados obtidos nos fará afastar deste caminho. Nem mesmo as atitudes de intransigência, as expectativas goradas e até as promessas não cumpridas nos desviariam do nosso rumo.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E há uma razão para isso, senhores deputados. É que nós entendemos que o diálogo é essência da democracia. Por isso, continuaremos a praticá-lo, apesar de até aqui não termos conseguido evitar dificuldades graves e incomprensões inesperadas para alcançar os instrumentos legislativos necessários ao cumprimento do nosso programa.

Vejamos apenas alguns exemplos que comprovam o que afirmamos e que legitimamente nos levam a perguntar se a Assembleia da República está ou não na disposição de conferir condições ao Governo para, como é sua obrigação e vontade, cumprir o programa a que se vinculou perante os Portugueses.

Na prossecução da política de rigor e de verdade que tem procurado imprimir à gestão das finanças públicas, o Governo apresentou, em 12 de Dezembro de 1985, à Assembleia da República, uma proposta de lei de orçamento suplementar.

Procurava-se, assim, regularizar, de uma vez por todas, despesas pagas por governos anteriores e que não tinham sido orçamentadas, bem como dívidas assumidas ainda não liquidadas.

Esse foi, sem dúvida, um dos primeiros sinais de que se estava a mudar a forma de gerir os dinheiros públicos.

Tal oportunidade, porém, em vez de ser plenamente aproveitada, constituiu antes pretexto para surgirem os primeiros obstáculos à execução do Programa do Governo.

A Assembleia da República acabou por autorizar o Governo a regularizar apenas parte das operações de tesouraria irregularmente realizadas em governos anteriores.

Ainda no domínio da política orçamental, apresentámos à Assembleia da República uma proposta de lei de Orçamento do Estado para 1986, elaborada com grande preocupação de rigor, transparência e objectividade, denotando mesmo, como foi reconhecido por alguns senhores deputados da oposição, um apreciável progresso em relação a orçamentos de anos anteriores.

O Governo não se eximiu a esforços para proporcionar à Assembleia da República uma análise séria e aprofundada da proposta de lei de Orçamento do Estado. Enviou mais elementos de análise do que alguma vez tinham sido enviados. Os membros do Governo prestaram todos os esclarecimentos solicitados, em permanente disponibilidade e sem regatear esforços.

Apesar disso, e não obstante a proposta de lei de Orçamento do Estado ter sido elaborada no integral respeito pelas opções de desenvolvimento e progresso controlado contidos no Programa do Governo e em conformidade com as orientações mais correctas para a prossecução dos objectivos macroeconómicos ali fixados, verificou-se a introdução de alterações que claramente ultrapassaram os limites que considerávamos razoáveis e que tornaram problemática a realização plena de alguns dos objectivos definidos.

E convém aqui lembrar que só a persistência e a razão objectiva que assistiam ao Governo impediram que se tivesse ido mais longe no desvirtuamento da proposta de lei de Orçamento do Estado.

Foram votados aumentos de despesas públicas que consideramos desnecessários e assistimos ao facto, até aqui inédito, de a Assembleia da República interferir na fixação dos preços dos combustíveis, forçando mesmo o Governo a baixar o preço das gasolinas. Terá de reconhecer-se que a Assembleia da República invadiu deliberadamente uma área de competência que não lhe é própria.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Governo procurou ultrapassar a situação criada através de soluções imaginativas que, se não resolvem tudo, pelo menos atenuam alguns dos efeitos daí resultantes, sempre na convicção de que, acima de tudo, interessa alcançar os objectivos que propôs ao País.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Os fins justificam os meios!...

O Orador: — Pela nossa parte, sabemos que temos um programa a cumprir e temos a noção exacta do que nos compete fazer.

Por isso não desistimos, não abdicámos, não renunciámos a cumprir os nossos objectivos. E um dos nossos objectivos é a correcta gestão dos dinheiros públicos. Por isso, o Governo tomou, entretanto, medidas corajosas e moralizadoras.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Os nossos objectivos também são esses!

O Orador: — Foi o caso da aprovação de um decreto-lei que alterava algumas regras das carreiras médicas e cujo sentido geral era o de que o Estado deve deixar de ser entendido como o único empregador de todos os médicos e de que é necessária alguma flexibilidade na gestão do pessoal médico no Ministério da Saúde.

Não obstante a determinação manifestada pelo Governo, para mais numa matéria sensível e delicada, a Assembleia da República recusou a ratificação do referido decreto-lei.

Foi uma posição estranha, pois era amplamente reconhecido que a medida do Governo não só era correcta como revelava coragem no tratamento de uma questão bem difícil.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Noutro contexto, também o Governo procedeu à extinção do Instituto de Análise de Conjuntura e Estudos de Planeamento (IACEP) e da Empresa Pública de Parques Industriais.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Porquê?

O Orador: — No primeiro caso, tratava-se de obter uma maior rentabilização dos dinheiros públicos, níveis de eficácia mais elevados, eliminando, ainda, situações de publicação e sobreposição de competências.

No segundo, tratava-se de extinguir uma empresa pública que se mostrava desinserida de uma política de desenvolvimento regional, que atingira uma situação de verdadeira falência técnica e que vinha a exigir do Estado, ano após ano, um enorme esforço financeiro e avultadas dotações orçamentais.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Aí tem a resposta! Embrulhe ...

O Orador: — As razões e os fundamentos que justificavam estas decisões eram, por isso mesmo, suficientemente fortes para que elas suscitassem o apoio generalizado.

O Governo pretendia, também aqui, moralizar, racionalizar e aplicar bem os sempre escassos recursos financeiros do Estado.

Não pensou, todavia, assim a Assembleia da República, que submeteu os dois diplomas a ratificação parlamentar, introduzindo no primeiro alterações que respeitam à organização interna dos serviços, naquilo que pode ser considerado como uma interferência em área da competência exclusiva do Governo, e aprovando, no tocante ao segundo, uma resolução que veio a suspender a eficácia de algumas das suas disposições, com inviabilização de operações já em curso, o que irá custar caro ao erário público e impedi já a criação imediata de um importante número de postos de trabalho.

Noutro domínio igualmente relevante o Governo apresentou à Assembleia da República uma proposta de lei visando facultar à igreja católica o exercício da actividade de televisão.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Só à igreja católica!...

O Orador: — Agimos, também nesta matéria, com a urgência que a situação reclama.

No debate parlamentar efectuado há quatro meses sobre o assunto, o Governo, sem abdicar da sua proposta, manifestou, todavia, abertura para o encontro de soluções que porporcionassem uma maior diversificação da responsabilidade pela actividade televisiva.

Fê-lo por considerar que esta questão se reveste de capital importância para o País, para o desenvolvimento da comunicação, para o progresso colectivo, para a defesa dos nossos próprios valores económicos e culturais.

Porém, meses volvidos, e embora a Assembleia da República tenha reconhecido a premência do tema, o assunto continua adiado.

Também constitui uma prioridade para o País, como é, aliás, generalizadamente reconhecido, a diminuição do excessivo peso que o Estado tem na comunicação social, gerador de largos dispêndios de recursos públicos, quantas vezes aplicados sem rigor e sem rentabilidade social.

Para combater esta situação, o Governo tomou algumas medidas de reestruturação e redimensionamento do sector que o País exige e o Programa do Governo inequivocamente prevê.

No entanto, e apesar de as iniciativas preconizadas se terem pautado por critérios transparentes, recorrendo à metodologia insuspeita dos concursos públicos, alguns mecanismos foram introduzidos ou estão em curso de introdução pela Assembleia da República, visando dificultar a concretização dos objectivos determinados.

Não está em causa a definição de regras que no interesse nacional cabe preservar.

Está sim em causa a legitimidade dos meios utilizados para a consagração desses fins.

Está sim em causa o retirar-se ao Governo meios de actuação de que todos os anteriores governos legitimamente desfrutaram.

Está sim em causa o saber-se se este comportamento não denota, como vários e reputados constitucionalistas o reconhecem, uma clara invasão da área de competência do Governo e um desvirtuamento dos princípios da separação de poderes entre órgãos de soberania.

Aplausos do PSD.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Outros constitucionalistas anónimos ...

O Orador: — Outro exemplo elucidativo respeita aos salários em atraso.

Assim, e pela primeira vez desde que tal calamidade social surgiu em Portugal, um governo se preocupou verdadeiramente com a situação.

O actual governo, logo no início do seu mandato, aprovou um diploma legal criando mecanismos e apoios reais à protecção dos direitos dos trabalhadores afectados.

Foi-se tão longe quanto possível, agindo-se com a prontidão que a situação reclamava e envolvendo-se nessa acção largos recursos financeiros.

Não se quedou o Governo pelas palavras ou pelas afirmações demagógicas; privilegiou, uma vez mais, a acção e as medidas concretas para responder às reais preocupações de muitas famílias em dificuldades acrescidas.

Entenderam, porém, alguns partidos com assento parlamentar ir mais além nas medidas de protecção social já consagradas em decreto-lei pelo Governo. Em consequência, foi aprovada uma lei pela Assembleia da República, que o Governo naturalmente não recusa aplicar, mas relativamente à qual suscitou já pelos mecanismos próprios a apreciação da respectiva constitucionalidade; pois no nosso entender viola claramente a lei travão..

O Sr. José Magalhães (PCP): — É incrível!

O Orador: — Contém objectivamente aumentos de despesas não previstas no Orçamento do Estado. Constitui uma duplicação porventura dispensável da legislação que o Governo já tinha produzido.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por último, o caso recente da legislação laboral, a demonstrar as incompreensões com que o Governo foi confrontado, quando apenas se pretendia, com a celeridade que a situação exige, introduzir as alterações legislativas que a nossa integração nas Comunidades Europeias reclama, que o aumento do investimento requer, que a criação de novos e estáveis postos de trabalho justifica. E isto apesar de o Governo ter antes e durante a respectiva discussão manifestado total abertura quanto ao conteúdo das propostas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria ainda de citar alguns números que são, por certo, elucidativos.

O Governo apresentou até hoje nesta Assembleia vinte e sete propostas de lei. Destas apenas nove foram já aprovadas e outras nove não foram tão-pouco ainda agendadas. O tempo médio de agendamento está em aproximadamente dois meses, apesar das prioridades sempre pedidas. No caso da legislação laboral, o agendamento demorou mesmo seis meses, e não foi um acto voluntário da Assembleia, antes foi resultado do exercício do direito protestativo do Grupo Parlamentar do PSD.

Em contrapartida, foram apresentados ao Governo nada mais nada menos do que 1778 requerimentos...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Ainda bem!

O Orador: — ..., a que corresponde uma média semanal de 63 requerimentos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — A Assembleia trabalha!

O Orador: — Convenhamos que é um excesso, que pode ser comparado com o que aconteceu em todos os outros governos.

Em matéria de ratificação, houve já 28 pedidos, 4 dos quais estão em discussão, outros 4 viram recusada a ratificação, e igual número de diplomas sofreram alterações, aguardando os restantes 16 a respectiva discussão.

Julgo que ninguém considerará o panorama descrito como estimulante para um governo que queira cumprir o seu programa, compreendendo-se, pois, que apresente esta moção de confiança à alta consideração dos senhores deputados.

Em face do que foi dito é legítimo que nos interroguemos sobre se a Assembleia da República quer ou não que o Governo continue a governar e se pode ou não exercer em plenitude os seus poderes jurídico-constitucionais.

Srs. Deputados: Não é só o Governo que tem esta dúvida, pois ela é já partilhada por muitos cidadãos pelo País fora.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Uma situação assim, em que o Governo é impedido de executar o seu Programa, não pode deixar de afectar o clima de confiança que temos procurado criar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sabemos que somos governo de maioria relativa, mas isso não significa que devamos actuar como simples governo de gestão dos negócios correntes do Estado.

Aplausos do PSD.

Não teríamos aceite formar governo se fosse esse o nosso entendimento dos resultados eleitorais e das posições assumidas pelos partidos democráticos.

Apresentámos ao País um programa ambicioso mas que consideramos plenamente realizável, e é legítimo que o queiramos realizar, porque nos sentimos responsáveis perante o País pelas promessas que fizemos. Por isso, não podemos aceitar governar apenas formalmente em situação de impossibilidade de respondermos pelos nossos compromissos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Julgo de realçar neste momento que é patente que existe um partido que se tem esforçado por conduzir o processo de obstrução ao Governo, visando a sua queda e substituição por um outro com a sua participação directa ou indirecta, sem consulta prévia ao eleitorado.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — É o CDS!...

O Orador: — Um partido que está em declínio, que perdeu peso eleitoral em 6 de Outubro e nas eleições autárquicas. Um partido que teima em pôr-se em bicos de pés e esbraceja desesperadamente para alcançar uma posição líderante na oposição ao Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Esse partido é o Partido Comunista...

Vozes do PCP: — Ah!... O malandro!...

O Orador: — ..., que vem afirmando, com o des pudor habitual, que existe uma alternativa ao Governo no actual quadro parlamentar e que a sua participação nesse governo é indispensável para a resolução dos problemas do País.

O Sr. António Capucho (PSD): — Deus nos livre!

O Orador: — Em 8 de Março, o secretário-geral do Partido Comunista, na festa dos 65 anos do partido, afirmava: «Não está hoje na ordem do dia a questão da formação de um novo governo no qual os comunistas possam, eventualmente, participar — chegará o momento em que estará.»

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mas as perspectivas eram já animadoras no seu entendimento. Por isso assinalava como «facto novo e positivo» que os partidos tivessem já conseguido «impedir a concretização de medidas e leis do Governo».

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Negativo!

O Orador: — Para o PCP «as forças sociais e políticas arrumavam-se e actuavam com acerto, formavam-se novas correlações».

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — É verdade, é!

O Orador: — Pouco tempo depois, o secretário-geral do PCP lançava a palavra de ordem: É preciso, «desde já», preparar a formação de outro governo e «saber com que política; com que programa; com que apoio; com que composição política e partidária».

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Era ainda cedo para aprofundar as questões.

Mas o secretário-geral do PCP já avisava claramente: «Sem os comunistas no governo nada se resolve e tudo se agrava.»

Aplausos do PCP e risos do PSD.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Isso são alucinações!

O Orador: — Srs. Deputados: Era a confissão do objectivo de sempre. O problema não é tanto deste governo ou de outro qualquer. O problema é que os comunistas só aceitam um governo em que eles próprios participem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O PCP queria e quer erguer-se a parceiro liderante de uma maioria conjuntural e que todos reconhecem não ter qualquer coerência intrínseca.

Dizia então o Partido Comunista que existia um campo vastíssimo para convergências e acções comuns com outros partidos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mas, em primeiro lugar, assinalava como instâncias privilegiadas a Assembleia da República e os grupos parlamentares.

Mas quando concretizar o objectivo? Quando derubar o Governo?

O tempo urgia porque nada há pior para o PCP do que um governo que saiba conquistar e merecer a simpatia popular.

Aplausos do PSD.

Um governo que possa dar estabilidade ao País.

O PCP dizia em Março que era, ainda, cedo. Mas o momento chegaria...

Três meses passaram. Foram várias as tentativas de mobilização para acções de rua e desestabilização social. São conhecidos os obstáculos criados pelo PCP na Assembleia da República ao cumprimento pleno do Programa do Governo. Foram três meses de intensa actividade governativa, de trabalho. Os indicadores são eloquentes quanto ao reforço da confiança popular no Governo, mas o PCP considera chegado o momento anunciado há três meses no Porto. E proclama a deliberação do seu comité central, a 18 deste mês: «O objectivo central no momento presente é substituir o governo PSD/Cavaco Silva por um governo democrático.»

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E acrescentava: «Os partidos democráticos na oposição dispõem de força institucional para atirarem abaixo o Governo quando o entenderem. Mas, sem o PCP, e muito menos contra o PCP, não existe alternativa democrática possível.»

Vozes do PSD: — Palmas. Então?

O Orador: — Dois dias depois, a Assembleia da República recusava autorização legislativa ao Governo sobre a legislação laboral e logo antes da anunciada interpelação do Partido Comunista ao Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Compreendemos bem a posição comunista. É clara, racional, e os seus objectivos são óbvios. O PCP está contra a estabilidade e contra o progresso e a modernização do País.

Aplausos do PSD.

O PCP está contra a livre iniciativa dos indivíduos, contra a presença de Portugal na CEE e na NATO.

Aplausos do PSD.

Mas já temos dificuldade em entender algumas posições dos partidos democráticos cujos projectos podem ser divergentes do nosso, mas não são antagónicos.

Com os partidos democráticos partilhamos os valores da democracia, da defesa da civilização ocidental, da construção europeia. Mas, de entre eles, de entre os partidos democráticos, um há que tem mantido uma atitude, que nos surpreende, de oposição permanente, o Partido Socialista, enquanto os outros, quer o PRD, quer o CDS, têm admitido não inviabilizar tudo o que vem do Governo, especialmente o último dos partidos que referi, que tem concedido muitas vezes o seu apoio — sem prejuízo das críticas que entende formular — a várias das nossas iniciativas.

Importa que esta situação seja clarificada e que cada um diga claramente o que se pretende e o que se rejeita.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Os senhores deputados sabem bem que a nenhum outro governo a Assembleia da República colocou entraves para a execução do seu programa.

A que deveremos atribuir esta atitude?

Será porque o Governo está a governar mal?

A Sr.ª Amélia de Azevedo (PSD): — Não!

O Orador: — Porque este Governo é pior do que os governos que o antecederam?

A Sr.ª Amélia de Azevedo (PSD): — Não!

Vozes do PCP: — É!

O Orador: — Os senhores deputados sabem bem que isso não é verdade. Os senhores deputados sabem que o povo português pensa exactamente o contrário.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Será porque não estamos a trabalhar para cumprir as promessas que fizemos aos Portugueses?

Estamos aqui precisamente porque não queremos deixar de cumprir a nossa palavra.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Será porque temos criado conflitos com os outros órgãos de soberania?

Vozes do PCP: — Não!...

O Orador: — Os senhores deputados, no seu íntimo, sabem muito bem que tal não é verdade.

Temos mantido um relacionamento exemplar com o Sr. Presidente da República, tanto com o actual como com o anterior.

Temos procurado desenvolver um correcto relacionamento institucional com a Assembleia da República...

O Sr. José Magalhães (PCP): — A chutos e a pontapés!

O Orador: — ... pois, como democratas, como militantes de um partido democrático, queremos contribuir para o reforço do seu prestígio no exercício das competências e atribuições que lhe estão confiadas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Só do que nos podem acusar é de lutarmos pelo respeito das áreas de competência que são próprias do Governo. Mas isso não significa criar conflitos; é antes defender o princípio da separação de poderes, que constitui pilar insubstituível das instituições democráticas.

Aplausos do PSD.

Ou será que a atitude dos partidos da oposição se justifica por acharem que se mantém a situação de crise económica em que o País se arrastou nos últimos anos?

Não pode ser esse o motivo, porque ninguém tem dúvida de que o País iniciou já a recuperação.

Será então porque as medidas tomadas por este governo agravaram o nível de vida dos Portugueses, principalmente dos mais desfavorecidos?

O Sr. Malato Correia (PSD): — Não.

O Orador: — Os senhores deputados sabem bem que acontece precisamente o contrário. O poder de compra dos salários, das pensões, que baixaram acentuadamente nos últimos anos, vai registar em 1986 uma subida significativa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A taxa de inflação registará este ano o seu valor mais baixo desde 1974, inferior à meta anunciada pelo Governo e assumida nesta Câmara aquando da discussão do Programa — um objectivo em relação ao qual muitos senhores deputados exprimiram então grande scepticismo.

Ou será porque o Governo privilegia, na sua acção, grupos ou clientelas?

Todos sabem que não, porque este governo não tem feito favores ou concedido privilégios ou cedido a pressões.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Será porque manipulamos a comunicação social?

Vozes do PCP: — Aí está!...

O Orador: — Também não. Pessoas bem insuspeitas, nomeadamente profissionais do sector, têm reconhecido publicamente que o Governo pauta a sua acção pela isenção e pluralismo.

Aplausos do PSD.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Ontem viu-se na televisão!...

O Orador: — Ou será que os entraves criados à acção do Governo resultam da convicção dos senhores deputados de que o povo português quer que este governo seja substituído por outro?

Todos sabemos, e também os senhores deputados o sabem certamente, que não é esse o sentimento dos Portugueses. A maioria do povo quer não apenas que o Governo continue a governar mas também que o deixem governar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com esta moção de confiança só pretendemos que aqueles que não têm uma posição meramente destrutiva nos deixem governar na plenitude dos poderes que a lei nos confere.

Mas a moção pretende igualmente deixar bem claro que não estamos agarrados ao poder. O poder só vale a pena por causa de um projecto, o projecto que submetemos ao juízo do eleitorado e que nos fez vencer as eleições.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas desejamos igualmente sublinhar que não pretendemos fugir ao peso da responsabilidade de governar Portugal. Bem pelo contrário, queremos que nos dêem as condições para podermos responder por aquilo que prometemos.

O Governo, na sua formação e subsistência, depende, essencialmente, desta Assembleia. Não o esquecemos, mas também não aceitamos que outros o finjam esquecer. Este debate e a votação que a ele se seguirá contribuirão para tornar bem vivos os termos em que os constituintes de 1975 e de 1982 delinearam o nosso sistema de governo e concretizaram o supremo princípio de separação de poderes.

O voto de confiança que solicitamos à Assembleia da República não representa, de forma alguma, um desafio e com ele não pretende o Governo criar qualquer confrontação entre dois órgãos de soberania, cuja acção sempre terá de ser complementar na realização dos superiores interesses nacionais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Governo, como sempre tem dito, não está interessado em conflitos institucionais. Reafirmamos — até para aquietar espíritos sempre inquietos com visões deslocadas no tempo — o nosso profundo respeito pela instituição parlamentar, símbolo primeiro do regime democrático.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É numa postura de correcção democrática que nos temos relacionado com os outros órgãos de soberania, mesmo depois de resultados que não foram aqueles por que lutámos.

Cientes da posição relativa dos vários órgãos de soberania na estrutura suprema do Estado, pensamos que é esse respeito e colaboração recíprocos que devem caracterizar as relações entre todos eles. E também entre o órgão de soberania Assembleia da República, representante por excelência da vontade popular, e o Governo, que dele sempre emana, é desejável que assim suceda.

O que não podemos aceitar é prescindir dos poderes que a Constituição nos atribui, tal, aliás, como é natural e legítimo que a Assembleia não aceite prescindir dos seus.

Como não podemos também consentir em governar com outro programa que não aquele que nos comprometemos a executar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Todos somos parte do povo português. Todos, o governo e a oposição, somos essenciais à democracia. Mas, como qualquer sistema, também os sistemas políticos e a democracia, para funcionarem, não podem prescindir das suas regras.

Por isso, com clareza, sem equívocos, com naturalidade, entendemos que era nosso dever perante o País perguntar neste momento tão-só isto: «Está a Assembleia da República na disposição de permitir o cumprimento do Programa do Governo, viabilizado pelo Parlamento em 20 de Novembro de 1985, de modo a que o Governo possa exercer plenamente o mandato que lhe foi conferido?»

Era o que o nosso entendimento da responsabilidade que temos para com Portugal nos exigia que fizéssemos neste momento. Sem arrogância, tão-só com transparéncia, cumprindo as regras e o espírito da democracia.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. Presidente: — Para formularem pedidos de esclarecimento ao Sr. Primeiro-Ministro inscreveram-se os Srs. Deputados João Corregedor da Fonseca, Carlos Brito, Carlos Carvalhas, Zita Seabra, Magalhães Mota, Jorge Lemos, José Magalhães, Victor Hugo Sequeira, Raul Rêgo, José Luís Nunes e António Barreto.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Primeiro-Ministro, bem gostaríamos de estar aqui a discutir um relatório extremamente positivo de toda a acção do Governo, um relatório que nos demonstrasse como o Governo está a promover a organização do Estado, a desenvolver a economia e a promover o bem-estar social, a valorizar os recursos humanos. Porém, nada disso aconteceu.

O Sr. Primeiro-Ministro, durante toda a sua intervenção — que ouvimos respeitosamente —, ...

Uma voz do PSD: — Bem dito!

O Orador: — ... esteve a fazer queixas da actuação da Assembleia da República. O Sr. Primeiro-Ministro não apresentou aqui, sector por sector, como o Governo tem cumprido com o seu programa até agora.

Bom, o Primeiro-Ministro e o seu governo decidiram apresentar uma moção de confiança à Assembleia da República. Mas, ao contrário do que afirma o Sr. Primeiro-Ministro, a verdade é que o Governo, infelizmente, não tem procurado senão o confronto com a Assembleia da República.

Vozes do PSD: — Não é verdade!

O Orador: — E, Sr. Primeiro-Ministro, depois de ouvirmos V. Ex.^a parece-nos que, se esta moção de confiança passar, o problema poderá agravar-se.

V. Ex.^a disse — e diz-se no Programa do Governo — que o Governo não recusa o diálogo; disse que o diálogo não pode ser uma figura de retórica. É evidente, Sr. Primeiro-Ministro! Mas a verdade é que o diálogo que V. Ex.^a e os seus ministros têm privilegiado é um diálogo feito através das câmaras da TV, da rádio, das conferências de imprensa.

Vozes do PSD: — É falso, é falso!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Então, o Sr. Deputado não tem visto os ministros nas Comissões?! Tem faltado às Comissões?

O Orador: — Aliás, verifiquei, Sr. Primeiro-Ministro, como até na apresentação desta moção de confiança o Governo desliza e desliza mal porque, primeiro que tudo — manda a boa regra democrática — V. Ex.^a deveria ter mandado entregar essa moção de confiança à Assembleia, e só posteriormente justificá-la perante as câmaras da televisão. Nós, os deputados, soubemos dela através dos jornais, da TV.

Protestos do PSD.

O Orador: — E é assim que V. Ex.^a diz...

Protestos do PSD.

Os Srs. Deputados do PSD estão esquecidos da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro no dia anterior à apresentação desta moção perante as câmaras da TV.

Compreendo o nervosismo de VV. Ex.^a, Srs. Deputados, e não sei mesmo se esta moção de confiança vos agrada totalmente.

Vozes do PSD: — Absolutamente!

O Orador: — É evidente, Sr. Primeiro-Ministro, que V. Ex.^a declara que cumpre o Estatuto da Oposição. Não negamos que, em certa medida, este governo tem cumprido o Estatuto da Oposição e já o dissemos. Contudo, a verdade é que o comportamento posterior deste governo mostra uma clara contradição com as suas intenções e com a sua prática.

O Sr. Primeiro-Ministro diz no 'seu' programa que «[...] tudo faremos para que o regime político português fique marcado por um tipo de relações entre os diversos órgãos de soberania. Desejava prestigiar e fortalecer as instituições [...]».

Bom, Sr. Primeiro-Ministro, é capaz de nos dizer quando e como é que o Governo procurou, com a sua prática, uma sintonia com a Assembleia da República?

É evidente que, na nossa opinião, até agora não houve senão a procura sistemática do confronto e da tentativa de minorizar a Assembleia da República. Por

isso, Sr. Primeiro-Ministro, só lhe faço uma pergunta: entende que é com este tipo de actuação que V. Ex.^a fortalece e respeita as instituições democráticas, nomeadamente a Assembleia da República?

Esperava que V. Ex.^a viesse apresentar aqui, muito, mas muito claramente, um balanço positivo — no entendimento do seu Governo — de toda a actuação governamental. Mas não, o Sr. Primeiro-Ministro veio apenas acusar os grupos parlamentares, os partidos e a Assembleia da República e isto apenas porque, ao que parece, o Governo não está disposto a aceitar uma regra democrática. É que o Governo é minoria e...

Uma voz do PSD: — E o MDP/CDE é maioria?

O Orador: — ... e tem de se sujeitar às regras democráticas da Assembleia da República.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, o meu grupo parlamentar dará, naturalmente, uma resposta cabal...

Uma voz do PSD: — Cabal?

O Orador: — ... à sua intervenção nas intervenções que produziremos durante o debate.

Por agora, queria colocar-lhe algumas questões.

O Sr. Primeiro-Ministro começou por dizer, quando constituiu governo em Novembro, que tinha uma noção exacta das dificuldades que um governo minoritário enfrentaria. Creio que não tinha, e creio que ainda hoje não tem, o que, creio também, transformou esta solução governativa, mesmo em termos institucionais — e não digo em termos políticos, visto que, da nossa parte, sempre lhe fizemos oposição —, numa solução incapaz de dar resolução aos problemas nacionais e numa solução que tem sido motivo de desestabilização da vida política nacional.

O Governo não tem a compreensão exacta das suas relações com a Assembleia da República, nos termos e no respeito pelo estatuto constitucional.

Uma voz do PSD: — Não é verdade!

O Orador: — Na verdade, a Assembleia da República é um órgão de soberania, é um órgão de poder e não deixa de sê-lo no momento em que um governo vê o seu programa viabilizado. Ora, é isso que o Governo não comprehende. Fala dos seus compromissos com o eleitorado, mas os partidos da oposição, que aqui estão, também têm compromissos para com o eleitorado. Portanto, é aqui, na Assembleia da República, que prevalece esse cruzar de compromissos. É isto que o Governo não entende e é isto que transforma o Governo num motivo de desestabilização da vida política nacional.

Sr. Primeiro-Ministro, não lhe vou falar de muitas das coisas que disse. Queria, apenas, perguntar-lhe se entre a apresentação desta moção de confiança e a situação real no País não há uma profunda relação, portanto, se a apresentação desta moção de confiança não tem a ver com a situação, que hoje é clara para todos os meios políticos nacionais,...

Uma voz do PSD: — Não é! Só se for para o PCP!...

O Orador: — ...de que o Governo não foi capaz de resolver um só dos grandes problemas nacionais.

O Sr. António Capucho (PSD): — Essa agora!...

O Orador: — O Governo não foi capaz de aumentar o investimento produtivo, não foi capaz de alcançar o arranque da economia, não foi capaz de aumentar as exportações. O que aumenta são as empresas que vão à falência e as que encerram, o que aumenta é o desemprego — com mais de meio milhão de desempregados, o desemprego está a aumentar todos os dias —, mantém-se o problema dos salários em atraso e novos trabalhadores caiem nessa situação. Aliás, se o número destes diminui, é porque alguns dos que estão com os salários em atraso passam a desempregados!...

Portanto, o que tem a ver a apresentação desta moção de confiança com esta situação que expus?!

Não é que o Governo — quando os seus «bons» resultados vêm de cima — quer, neste momento, transferir a responsabilidade para os partidos da oposição?!

Sr. Primeiro-Ministro, queria dizer-lhe, em relação ao anticomunismo exposto ao longo da sua intervenção, que nos sentimos naturalmente honrados por termos sido escolhidos como adversários ou inimigo principal, mas creio que é um insulto para os outros partidos da oposição democrática a insinuação do Sr. Primeiro-Ministro de que aqueles actuam e tomam posição instrumentalizados pelo PCP. Isso é um insulto à democracia!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Queria perguntar-lhe se não há também uma relação entre a apresentação desta moção de confiança e toda a actuação do Governo com os seus desígnios, que, fundamentalmente, não são os de resolver os problemas dos Portugueses...

Finalmente, só uma observação. O Sr. Primeiro-Ministro proclamou aqui o seu respeito pela instituição parlamentar mas não o revela na sua prática política, nem quando há dois dias falou na televisão, nem quando hoje fala na Assembleia da República.

Uma voz do PSD: — Não é verdade!

O Orador: — Quem tem a representação do povo português, quem pode falar em nome do povo português não é o Governo, é a Assembleia da República!

Aplausos do PCP.

O Sr. António Capucho (PSD): — A diferença é que o PCP não é a Assembleia da República, a Assembleia da República somos todos nós!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, pôr-lhe-ei quatro questões.

O Sr. Primeiro-Ministro afirmou que o Governo faz do diálogo um método e não uma figura retórica. Que método é, por exemplo, vir aqui um membro do Governo à Comissão de Integração Europeia e fazer

declarações tais que depois lhe é exigida um nova vinda, tendo de ser gravadas as suas afirmações? Que método é esse em que um secretário de Estado vem a essa Comissão falar sobre os fluxos financeiros e, no mesmo dia, na televisão, apresenta números totalmente diferentes? Que método é esse, Sr. Primeiro-Ministro, em que o Governo diz aqui uma coisa e, depois, servindo-se dos meios de comunicação social, lá fora, diz outra? Este é que é o método? Esta é que é a figura retórica?...

O Sr. António Capucho (PSD): — Concretize!

O Orador: — A segunda questão prende-se com a total transparência orçamental. Apenas um exemplo: em Dezembro, o Governo solicitou autorização para emitir 100 milhões de contos de títulos do Tesouro. De acordo com informação escrita do então Secretário de Estado do Tesouro — a qual está na posse da Comissão de Economia, Finanças e Plano —, 70 milhões de contos eram destinados a cobrir despesas orçamentais para 1985 inscritas no orçamento suplementar do Estado. Posteriormente, quando se discutiu este assunto, o mesmo Secretário de Estado do Tesouro, hoje governador do Banco de Portugal, deu o dito por não dito, igualmente por escrito, isto é, os tais bilhetes do Tesouro nada tinham a ver com o orçamento suplementar do Estado. Isto está documentado.

Terceira questão: a correcta gestão dos dinheiros públicos. Darei um só exemplo. Como se comprehende que, perante o quadro social e financeiro existente, o Governo se apresse a estabelecer valores definitivos das indemnizações com valores três ou cinco vezes superiores...

Uma voz do PSD: — Isso é só cassette!

O Orador: — ... o que monta a cerca de 400 milhões de contos. Quantos hospitais é que isto dá?

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quarta questão: as penas de pavão com que o Governo se enfeita, por exemplo, a inflação. A OCDE previa taxas de inflação muito superiores para os países seus membros; hoje as taxas são bastante inferiores devido à conjuntura externa e até na própria Espanha, nossa vizinha, a inflação vai ficar em 8%! Sr. Primeiro-Ministro, não se enfeite com penas de pavão, que não são suas!

Que dizer de um governo que, incapaz de aproveitar as benesses externas, a descida do petróleo, a descida do dólar, a descida das taxas de juro internacionais, é incapaz de promover o desenvolvimento económico, de promover o investimento produtivo, é incapaz de dar resposta aos problemas mais instantes da sociedade portuguesa, isto é, às zonas de pobreza, aos salários em atraso, ao desemprego? Merece confiança um governo destes? Esta é que é a questão, Sr. Primeiro-Ministro.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada Zita Seabra, tem a palavra.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, a questão a que gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro respondesse com clareza, é esta: quais são as razões políticas de fundo, de estratégia, que estão por trás desta manobra do Governo?

O seu discurso é, fundamentalmente, uma série de páginas de queixas, de queixinhas, de choros, de lamentos, que não explica o que pretende o Governo alcançar com a clara manobra política que lança. Isto é, desde o Congresso do PSD que o Sr. Primeiro-Ministro sabia perfeitamente que a autorização legislativa sobre o pacote laboral não iria passar — isso era claro — e lança esta manobra claramente para fazer a encenação a que hoje estamos a assistir. Pergunto-lhe: para quê?

Analizando um pouco aquilo que não disse, pergunto: o Sr. Primeiro-Ministro julga que a governação em minoria é uma coisa que se reforça imenso com uma fita de quinze em quinze dias? Desde que está no Governo, todos os meses faz um fita ou uma encenação parecida com esta; ameaça ou diz que se vai embora, como aconteceu com o orçamento suplementar, com o Orçamento do Estado, com as propostas de alteração ao Orçamento, com a gasolina e com não sei o quê. E passa a vida nessas fitas!...

O Sr. Primeiro-Ministro julga que isso é uma prova de força? Isso não será exactamente o Governo a criar a própria instabilidade no País e a criar ou pelo menos a dar uma ajuda à criação de condições para que o Governo se vá embora?

Devo dizer-lhe ainda, Sr. Primeiro-Ministro, que o que mais preocupa na análise política que faz — e este discurso, nesse aspecto, não é novo — é que na racionalidade das suas palavras cabem muito mal os conceitos de oposição. Em democracia, a oposição é para fazer oposição, para «oposicionar» — passo a expressão —, e a Assembleia da República para legislar e fiscalizar a acção do Governo. Ora, isto não cabe na lógica do discurso ou das palavras do Sr. Primeiro-Ministro, o que é extremamente preocupante.

O Sr. Primeiro-Ministro vem aqui queixar-se de tudo aquilo que a oposição fez que o contrariou. Até os requerimentos, Sr. Primeiro-Ministro, não cabem no seu conceito de oposição e de democracia, ou seja, nem perguntarmos aquilo que temos obrigação de perguntar cabe no seu conceito de oposição e de democracia.

Vozes do PSD: — Não é nada disso!

A Oradora: — Então, o que é que o Sr. Primeiro-Ministro deseja com esta manobra política?

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Isso é um fita! A Sr.ª Deputada está a fazer uma fita!

O Sr. António Capucho (PSD): — Isso é que é encenação e teatro!

A Oradora: — Deseja que os partidos da oposição digam todos: «Ó Sr. Primeiro-Ministro, deixe-se lá estar, esteja sossegado, porque nós não lhe vamos fazer mais nenhuma maldade, nem lhe vamos perguntar mais nada e vamos votar a favor?»

Vozes do PSD: — Isso é uma fita!

A Oradora: — Ó Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro tem o conceito de que a Assembleia da República é um coro, mas acho que não devem exagerar nessa demonstração.

Applausos do PCP e de alguns deputados do PS.

O Sr. António Capucho (PSD): — Mas não é teatro como o que a senhora está a fazer!

A Oradora: — Dizia eu que o Sr. Primeiro-Ministro entrega aqui esta moção de confiança para que a oposição diga: «Não, Sr. Primeiro-Ministro, deixe-se lá estar, proque não lhe faremos mais maldade nenhuma, vamos votar a favor de todas as propostas de lei que o Governo apresentar e não faremos mais nenhuma proposta de alteração às suas brilhantes propostas de lei, nem faremos muitos requerimentos, só um de vez em quando.»

Vozes do PSD: — Não entendeu!

A Oradora: — É este o conceito que o Sr. Primeiro-Ministro tem da Assembleia da República, do País e da democracia?

Creio que o que isto demonstra é que a sua manobra política tem por objectivo escamotear o isolamento social do Governo. Só que é uma manobra política que lhe sai furada.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Risos do PSD e do CDS.

A Oradora: — E sai-lhe furada pelo seguinte: não só o Partido Comunista Português mas certamente todos os outros partidos não se vão demitir da sua função e vão criticar seriamente o Governo durante o debate que aqui se vai travar. E a Assembleia da República, tal como o País, não é aquela colectividade de cultura e recreio que se pode reunir todos os anos para que os sócios digam à direcção «continuem, por amor de Deus». Olhe que o cântaro vai muitas vezes à fonte e parte-se de vez em quando!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O nosso entendimento sobre a comunicação do Sr. Primeiro-Ministro é o de que ela representa, naturalmente, o seu próprio ponto de vista, naturalmente criticável. Ela será objecto das nossas intervenções no debate, mas não nos suscita qualquer pedido de esclarecimento.

É esta a explicação que queria dar à Câmara.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, é conhecido o seu gosto e o do seu partido pelo monólogo televisivo, dizendo perante os ecrãs, sem hipótese de réplica, o que não têm coragem de assumir perante a Assembleia da República.

Vozes do PSD: — Não vamos dizer hoje?

O Orador: — Hoje não estamos perante os ecrãs de televisão, mas na Assembleia da República, local onde se discute, se debate e se dialoga.

É importante repor a verdade quanto a alguns dos exemplos citados, dos quais referirei apenas três casos.

Em primeiro lugar, temos o caso do 2.º canal de televisão. O Sr. Primeiro-Ministro sabe que a Assembleia da República reconheceu como grosseiramente constitucional a proposta que aqui foi apresentada...

Vozes do PSD: — Não é verdade!

O Orador: — ... e que, com o acordo do seu partido e o desacordo do meu, essa proposta baixou a uma comissão.

V. Ex.^a sabe também que só não se andou mais depressa nessa comissão porque o seu partido não permitiu que se começasse por onde se deveria começar e onde, finalmente, estamos a trabalhar, ou seja, por ouvir entidades competentes sobre a matéria. O seu partido opôs-se, durante mês e meio, a determinadas soluções que acabou por vir a aceitar.

Vozes do PSD: — Essa é boa!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro não pode vir acusar a Assembleia da República de algo que não lhe pode ser assacado. Talvez seja melhor conversar com os elementos do seu partido presentes na comissão antes de se dirigir a este Plenário.

O segundo caso que queria referir é o das empresas públicas de comunicação social.

Sr. Primeiro-Ministro, os membros do Governo reconheceram perante esta Assembleia que deveria haver uma lei quadro para o sector. Disseram, quando a questão aqui foi debatida, que não se poderia nem deveria ir pelo caminho de um leilão atribiliário, como os senhores estavam a pretender fazer designadamente com a fenda do *Jornal de Notícias*. Falaram em lei quadro e a Assembleia da República aprovou uma lei quadro. Agora que a lei já está aprovada, aí está o Governo a dizer: «Ai, meu Deus, lá está a Assembleia outra vez a não me deixar governar!»

Tem de se repor a verdade, Sr. Ministro. Não se pode dizer uma coisa num momento para, passado um mês ou uns dias, vir dizer-se precisamente o contrário.

O terceiro caso é o do agendamento das iniciativas governamentais.

O Sr. Primeiro-Ministro sabe que o agendamento das iniciativas governamentais depende da conferência dos grupos parlamentares, na qual estão representados o Governo e o seu próprio partido e aí chegou-se a um acordo sobre os agendamentos das diferentes iniciativas, incluindo as do Governo.

Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro não pode ter duas faces: uma quando lá dentro diz que está de acordo com o agendamento das matérias de acordo com o calendário e outra quando vem dizer na Assembleia da República «ai coitadinho do Governo que não vê as suas propostas discutidas! Actuar dessa maneira é desleal, não é correcto, nem é uma postura séria.

Aplausos do PCP e de alguns deputados do PS.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Rui Machete (PSD): — Para exercer o direito de defesa da honra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Poderíamos suscitar a dúvida de saber se V. Ex.^a só poderia usar desse direito após formulados todos os pedidos de esclarecimento, mas a Mesa entende dever conceder-lhe já a palavra.

Uma voz do PSD: — Tem de ser já!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Sr. Deputado Jorge Lemos, o Sr. Deputado afirmou — e vou circunscrever-me apenas a este ponto — que o PSD, na comissão sobre a concessão de um canal de televisão, tinha impedido, durante mês e meio, que fossem feitas audições a determinadas individualidades.

Considero que essa declaração não corresponde aquilo que se tem passado na comissão, visto que afinal tanto o PCP como o PS, em manobras dilatórias sucessivas, têm protelado, a meu ver, desnecessariamente, a discussão das questões de fundo. E devo lembrar que o PSD não é maioritário, mas sim minoritário, nessa comissão.

Portanto, considero manifestamente que a minha bancada tem de se encontrar ofendida quando V. Ex.^a vem afirmar que somos nós que impedimos que, ao longo de um mês e meio, se produzisse trabalho útil. É preciso que a verdade, neste caso, seja claramente reposta.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Deputado Rui Machete, creio que se comprehende a pressa com que o Sr. Deputado veio justificar-se perante esta Câmara e o Sr. Primeiro-Ministro, que está presente, mas também creio que o Sr. Deputado Rui Machete não informou nenhuma das minhas intervenções.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Pois não!

Vozes do PSD: — Ai não!

O Orador: — O seu partido, no início dos trabalhadores da comissão, rejeitou e veio sucessivamente rejeitando que fosse feito um trabalho sério sobre a matéria, ouvindo especialistas. É que o seu partido pretendia era que, atabalhoadamente, se avançasse para a feitura de um qualquer texto, sem qualquer tipo de elaboração.

Protestos do PSD.

E o que é mais estranho é que, passado um mês e meio, o seu partido tenha vindo a aceitar o que precisamente veio a rejeitar durante esse mês e meio.

A verdade é esta, Sr. Deputado Rui Machete, não vou comentar qual a opção íntima do Sr. Deputado Rui Machete, mas a verdade nua e crua consta das actas das comissões, como os senhores deputados, a comu-

nicação social e o Sr. Primeiro-Ministro podem verificar. Já é altura, talvez, de o Sr. Primeiro-Ministro se informar um pouco melhor sobre o que se passa nesta Casa.

O Sr. António Capucho (PSD): — Ele vai começar a ler as actas das comissões!

O Sr. Malato Correia (PSD): — Devo o dito por não dito!

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, é para exercer o direito de defesa da honra, na sequência das afirmações do Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Deputado Rui Machete, o Sr. Deputado afirmou que os membros do Partido Socialista, na comissão eventual para apreciar a proposta do Governo, se tinham dedicado a manobras dilatórias.

Quero informar o Plenário de que, na primeira reunião dessa comissão eventual, o Partido Socialista, através de uma proposta da minha autoria, propôs que a comissão aprovasse um programa de audiências a um conjunto de entidades política e tecnicamente qualificadas para apreciar todas as implicações relativas à proposta governamental. Nessa oportunidade, na primeira reunião da comissão eventual, tal proposta foi rejeitada.

Cerca de mês e meio depois, veio finalmente a ser aprovada uma proposta da iniciativa do PS para que essas entidades, começando pelo Governo, nomeadamente pelo Secretário de Estado com tutela sobre a comunicação social e pelo Secretário de Estado com tutela sobre as telecomunicações, fossem ouvidas na referida comissão. Ora, essa proposta foi, finalmente, aprovada, com a posição do PSD e nessa altura o PSD retirou a oposição que inicialmente lhe tinha formulado durante mês e meio.

Estes são os factos que se passaram na comissão. Falta agora aferir quem é que durante um mês e meio andou a fazer manobras dilatórias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Sr. Deputado Jorge Lacão, referiria, muito brevemente, a cronologia dos factos.

A primeira proposta apresentada pelo Partido Socialista ia no sentido da extinção da comissão eventual por desnecessidade do seu objecto. Secundária e subsidiariamente, o PS apresentou essa proposta; a qual, no contexto em que foi feita, tinha um propósito manifestamente dilatório.

Aliás, só assim se explica que, ao fim de um mês e meio, ainda estejamos a realizar umas audições que

poderiam eventualmente ter sido feitas no decurso da preparação de um texto, o qual o Partido Socialista tem vindo a recusar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Penso que estes factos são evidentes. Temos de assumir a responsabilidade pelos nossos comportamentos, mas, todavia, é importante que a verdade seja claramente reposta.

Aplausos do PSD.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, sem me aperceber bem porquê, é trazido neste momento ao Plenário um assunto que não está propriamente inserido nem na discussão da interpelação ao Governo, que ocorreu ontem, nem na discussão da moção de confiança.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Quem o trouxe foi o Sr. Primeiro-Ministro!

O Orador: — Mas, porque foram referidos factos em que participei, nomeadamente aquilo que diz respeito ao debate da proposta de lei sobre o canal de televisão, quero referir, em complemento do que acabou de dizer o meu companheiro,

Uma voz do PCP: — Isto não é uma interpelação à Mesa!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço desculpa por o interromper. O que o Sr. Deputado está a fazer não é uma interpelação à Mesa, mas a abordagem de uma questão que, creio, estar fora do âmbito deste debate.

O Orador: — Se o Sr. Presidente me deixar acabar, perceberá que a interpelação à Mesa que quero fazer consiste em perguntar a que propósito, é que V. Ex.^a neste momento permitiu que fosse introduzido este ponto neste debate.

Protestos do PCP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Correia Afonso, creio que V. Ex.^a estava presente quando o Sr. Deputado Rui Machete pediu a palavra, utilizando a figura regimental da defesa da honra relativamente a afirmações feitas pelo Sr. Deputado Jorge Lemos. É evidente que eu tinha o dever de lhe conceder a palavra. Se não o fizesse, não só não cumpria o dever de o Presidente conceder a palavra, como, naturalmente, tanto o Sr. Deputado como outros do partido a que pertence, protestariam.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — São as divergências dentro do PSD!

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente mantém que, neste momento, não devo usar da palavra sobre este ponto, não é assim?

O Sr. Presidente: — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Embora incomodado, aceito, Sr. Presidente.

Vozes do PCP: — Inscreva-se!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, creio que tem uma noção um pouco peculiar e bizarra do diálogo, tal como, aliás, tem uma noção um pouco estranha do respeito pelos órgãos de soberania. Basta lembrar, por exemplo, a atitude do Governo em relação aos tribunais, ou pelo menos a certos tribunais, e o incumprimento reiterado que vem mantendo dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo em relação a questões da Reforma Agrária.

Creio que isso é particularmente escandaloso, sobretudo quando o Governo acaba de apresentar uma proposta de lei em que precisamente amnistia todos os ilícitos cometidos nessa área — é a chamada revisão da Lei de Bases da Reforma Agrária — que não só visa legalizar os esbulhos e abusos praticados nessa área, como implicitamente tende a amnistiar os seus responsáveis, incluindo naturalmente o próprio Ministro da Agricultura. Acho isto absolutamente escandaloso e não me parece que seja um paradigma de respeito pelos órgãos de soberania.

Mas o que é particularmente impressionante é que V. Ex.^a se acomoda mal, nitidamente, à existência de uma Assembleia da República adulta, normal, efectiva, que exerce todos os seus direitos de maneira livre. Um decreto-lei governamental que aqui chegue é debatido — como é nosso direito —, é alterado — como é nosso direito. Se o Governo acha mal, excelente, é sua opinião, a nossa não é essa. Mas para o Sr. Primeiro-Ministro isso é o apocalipse, é uma catástrofe.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Pode ser, pode ser uma catástrofe!

O Orador: — Imediatamente se desencadeia uma campanha de imprensa terrível, dizendo que caem gatos e cães do céu por causa da Assembleia da República.

Protestos do PSD.

Os médicos rejeitam, em bloco, o decreto que regulamenta as carreiras médicas, mas, quando o mesmo aqui chega e não é ratificado, portanto cai. A Assembleia rejeita o que os médicos rejeitam. É o apocalipse, é uma catástrofe.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Pode ser, pode ser uma catástrofe!

O Orador: — A Sr.^a Ministra da Saúde fica perfeitamente desestabilizada, o Sr. Primeiro-Ministro não aguenta o embate, etc.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Pode ser, pode ser uma catástrofe!

O Orador: — Sr. Deputado Silva Marques, se quer intervir, tenho o máximo gosto em permitir-lhe a interrupção, mas, por favor, não faça poluição.

Risos do PCP.

Criticava-se aqui, por exemplo, a clamorosa crise do aparelho judicial — uma questão que a todos deve preocupar —, a situação explosiva do sistema prisional, em relação à qual o Governo não adopta medidas. Logo diz o Governo que isso é uma coisa insidiosa, que queremos «botar abaixo» o Governo. Sr. Primeiro-Ministro, o que queremos é exercer os nossos direitos, sobretudo quando o Governo não cumpre os seus deveres.

Creio que é particularmente impressionante a atitude do Governo em relação às leis aprovadas pela Assembleia da República. As leis são todas discutíveis: umas são melhores, outras piores. Mas a atitude do Governo face a elas é inaceitável.

Sr. Primeiro-Ministro, não sei quem são os «conceituados constitucionalistas» que o aconselham, mas creio que pelo que lhes paga, merecia melhor. Isto porquê? Porque não percebo porque é que se pode sustentar, por exemplo, que a lei dos salários em atraso é inconstitucional. Ela é inconstitucional em quê? Se V. Ex.^a acha que politicamente não a deve cumprir neste exercício orçamental, não a cumpre, mas, terá, naturalmente, de a cumprir no próximo, provavelmente retroactivamente. Mas ir ao Tribunal Constitucional colocar a questão da inconstitucionalidade da lei por alegada violação da «lei travão»?!... Sr. Primeiro-Ministro, ainda não lhe explicaram o que é a «lei travão»? Para que é que lhe servem os «conceituados constitucionalistas»? Começamos a ficar preocupados com tanto conceito face a tanta asneira.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, de tudo o que foi dito ainda me choca especialmente um outro facto: então agora censura-nos pela quantidade de requerimentos que fazemos?! Segundo as contas que nos fez, foram apresentados 1768 requerimentos, correspondendo a 63 por semana. «Um excesso», disse o Sr. Primeiro-Ministro com um ar verdadeiramente impressionado. Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a, que estudou economia, continue a desagregar e faça médias. Portanto, 63 requerimentos por semana dá, se as minhas contas estão certas, que grupos farão 7 requerimentos por semana e cada deputado, creio, 1 requerimento por mês. O Sr. Primeiro-Ministro acha demais. Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a é malthusiano. Mas nós, em matéria de requerimentos, temos de discutir questões, os cidadãos trazem-nos problemas concretos a que devemos dar respostas.

Dizem-me os meus camaradas que é mesmo um requerimento por mês. Excelente! O Sr. Primeiro-Ministro acha que podemos fazer um requerimento por mês? Não podemos, Sr. Primeiro-Ministro, e acho que é perfeitamente ridículo e caricato censurar a Assembleia da República nessa matéria quando, ainda por cima, o Governo, nas mais das vezes, se limita a responder que o requerimento chegou, tramitou, foi entregue e se aguarda resposta. É essa a resposta do Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, a Assembleia da República existe, tem de exercer plenamente as suas competências.

Havia um americano, um *cowboy*, que dizia que o melhor índio era um índio morto. V. Ex.^a, pelos vistos, acha que a melhor Assembleia é uma Assembleia domesticada.

Tenha paciência, mas não é esta. Enganou-se no sítio e talvez no tempo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Hugo Sequeira.

O Sr. Victor Hugo Sequeira (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, vou colocar uma questão em termos muito directos. Por isso mesmo, vou dispensar-me de alguns considerandos que a intervenção de V. Ex.^a me suscitou para me situar claramente na área da questão que gostaria de ver respondida por V. Ex.^a

Recusado que foi, por esta Câmara, o pedido de urgência para a revisão da legislação laboral e conhecido, ao tempo, que esta Câmara mantinha total indisponibilidade, em termos de maioria parlamentar, para conceder a revisão da legislação laboral sobre a forma processual de pedido de autorização legislativa, tendo, inclusivamente, alguns partidos políticos, aquando da discussão do pedido de urgência, manifestado disponibilidade para colaborarem numa revisão equilibrada da revisão da legislação laboral, por que é que o Governo, nesse momento, não transformou logo o pedido de autorização legislativa numa proposta de lei para que esta Câmara a pudesse debater — se o Governo considerava essa uma das reformas mais urgentes? Em alternativa, por que demorou o Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata seis meses a exercer o seu direito potestativo de agendamento do pedido de autorização legislativa para revisão da legislação laboral? É para, neste momento, estarmos a discutir precisamente a moção de confiança?

Sr. Primeiro-Ministro, sem mais considerandos, deixava muito claramente esta questão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Rêgo.

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, um camarada meu irá tratar da comunicação social; em todo o caso, quero dizer-lhe que uma das normas de um jornal é a não publicação de duas fotografias formais da mesma pessoa no mesmo número do jornal.

Pois bem, ontem não só vinham publicadas duas fotografias de V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, como elas eram a mesma na primeira e na terceira páginas do *Diário de Notícias*. É um pouco de mais!... Mas um camarada meu irá tratar da comunicação social, pelo que não serei eu a referir-me a essa questão.

Queria chamar a atenção de V. Ex.^a para o secretismo — que é também uma falta de respeito — que o Governo mantém para com a Assembleia da República e para com os deputados. Não só trata apenas de menosprezo com que V. Ex.^a, nos seus discursos, se refere à Assembleia da República, mas do segredo que mantém para com a Assembleia da República.

A propósito da discussão da concessão do 2.º canal à Igreja, perguntei aqui ao Sr. Ministro de Estado quem é que assinava o requerimento para o 2.º canal e ele respondeu-me: «Não lhe digo, Sr. Deputado.» Eu

insisti na pergunta e ele voltou-me a responder-me: «Não lhe digo, Sr. Deputado.» Apresentei, por escrito, um requerimento e ainda estou à espera da resposta, Sr. Primeiro-Ministro.

Mas também lhe digo que já não preciso que me responda por escrito ao requerimento porque, quinze dias depois, o Sr. Cardeal Patriarca, à saída de casa de V. Ex.^a, disse que tinha sido ele quem tinha assinado o requerimento para o Patriarcado e não para a Igreja.

Daqui se vê que até o Sr. Cardeal Patriarca é mais democrata do que o Governo a que V. Ex.^a preside!

Risos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, só a título de exemplo, vou dar-lhe a seguinte informação: em sete meses de Governo, o Sr. Primeiro-Ministro queixa-se que recebeu 1769 requerimentos. O IX Governo Constitucional recebeu, em duas sessões legislativas, 4594 requerimentos.

O Sr. Borges de Carvalho (Indep.): — Mas havia a ASDI!

Risos.

O Orador: — Vamos agora abordar dois pontos, que são os que interessam.

O Sr. Primeiro-Ministro começou por dizer o seguinte: «Vencemos as eleições de 6. de Outubro» e depois explicou que tinha sido uma vitória relativa.

Bom, uma vitória relativa significa o seguinte, na compleição da actual Assembleia: a maioria da Assembleia não se identifica nem com o partido a que o Sr. Primeiro-Ministro pertence nem com o Programa do Governo do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Então, não deixas sem passar o Governo!

O Orador: — Fomos eleitos deputados na base de um programa que apresentámos aos nossos eleitores e também temos o direito, e sobretudo o dever, de recusar aquela actividade legiferante do Governo que se confronta com as promessas, com as perspectivas que demos aos nossos eleitores.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Muitos de VV. Ex.^{as}, senhores deputados, quando estavam na oposição, costumavam dizer: «Tanto se serve o País no Governo como na oposição.»

O Sr. António Capucho (PSD): — E é verdade!

O Orador: — Nós dizemos a mesma coisa mas, da nossa boca, isto é a assunção de um princípio, enquanto na boca de alguns de VV. Ex.^{as} é uma mera figura de retórica.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Isso está certo, mas é preciso sensatez!

O Orador: — Quando se ouve falar da parte do Sr. Deputado Silva Marques de sensatez, vem uma imensa gargalhada ao País.

Em segundo lugar, gostaria de sublinhar ao Sr. Primeiro-Ministro o seguinte: pelo tom do seu discurso, tudo se passa como se V. Ex.^a não viesse a esta Câmara pedir um voto de confiança à Assembleia, mas viesse a esta Câmara perguntar se, por acaso, o Governo tem confiança na Assembleia.

Ora, é exactamente o contrário: é indiferente à Assembleia da República que o Governo tenha confiança nela. O Governo é que tem de ter a confiança da Assembleia da República. Nós representamos os Portugueses, o Governo depende da Assembleia da República.

Obviamente que estas verdades são verdades cem-zinhos da política, são lugares-comuns da democracia, mas o que é mau é que seja necessário reafirmá-las e conclamá-las, o que é mau é que seja necessário sublinhá-las.

Enfim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, desejamos dizer a V. Ex.^a que não pode formular uma proposta de lei — proposta de orçamento ou qualquer outra que seja — à Assembleia da República que envolva a responsabilidade desta e dos deputados que a compõem e depois exigir-lhe que aprove essa proposta de lei nos pontos em que, expressamente, não concorda com ela. Isso seria transformar a Assembleia da República não num coro, não numa caixa de ressonância, pior do que isso, numa Assembleia «Nacional».

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Seiça Neves.

O Sr. Seiça Neves (MDP/CDE): — Sr. Primeiro-Ministro, em minha opinião, a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro teve um teor maniqueísta: do lado do Governo, todo o bem; do lado da Assembleia da República, todo o mal.

Quero perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro o que é que, em matérias onde ainda nem sequer houve confronto Governo/Assembleia da República, o Governo fez para celerizar a acção da justiça que tão propaladamente vem no seu programa.

Por exemplo, no sector das pescas, o Programa do Governo diz o seguinte:

O sector das pescas, designadamente o aproveitamento dos recursos marinhos existentes na zona económica exclusiva de Portugal, pode e deve constituir elemento fundamental para o desenvolvimento económico do País.

Ora bem, Sr. Primeiro-Ministro, desejo saber que medidas é que foram tomadas para evitar o lento envelhecimento da nossa frota pesqueira. Quero perguntar-lhe que reservas foram feitas para os navios franceses, quanto à possibilidade de pescarem na nossa zona económica exclusiva. É ou não verdade que 250 atuários espanhóis operam na nossa zona económica exclusiva?

Quanto a esta matéria quero, finalmente, perguntar-lhe se o acordo de adesão às Comunidades trouxe ou não, como consequência inaceitável, a drástica redução das nossas frotas pesqueiras no Canadá.

Sr. Primeiro-Ministro, o Programa do Governo, a p. 52, diz o seguinte:

Há duas estratégias opostas para corrigir definitivamente o défice externo: a estratégia do retrocesso [...] e a do progresso que se traduz num enorme esforço de investimento produtivo orientado para a correcção estrutural do défice externo, o qual, sendo inevitável nos primeiros anos por razões do próprio investimento, terá em si mesmo, um sentido positivo [...]

Sr. Primeiro-Ministro: como justifica o Governo que o investimento tenha estagnado nesta primeira parte do ano? Será esta a estratégia do progresso ou a do retrocesso?

Ainda se pode ler no Programa do Governo:

A formação bruta do capital fixo (FBCP), que é vital para corrigir o défice externo, ajuda ao mesmo tempo a sustentar o crescimento do PIB, que pode fazer-se a taxas [...] relativamente elevadas.

Sr. Primeiro-Ministro, se era esta a sua política, como justificar a estagnação do investimento?

Não será o Governo responsável, ao não conseguir o crescimento da formação bruta do capital fixo, pelo agravamento do desemprego, já sem falar em questões de subemprego e do abandono da população activa que vai para casa ou engrossa os sectores da economia paralela?

Finalmente, entre as muitas queixas que V. Ex.^a fez à Assembleia da República (falando, certamente, para a sua bancada), disse que a Assembleia da República tinha inviabilizado, retardado, uma proposta de lei sobre o acesso da Igreja Católica a um canal de televisão, dizendo que isso deveria ser feito com urgência — e V. Ex.^a utilizou, mesmo, a palavra «urgência». Desejo que V. Ex.^a me diga, sem se socorrer de um dicionário, o que significa, em termos políticos, «urgência» na concessão e no acesso da Igreja Católica a um canal televisivo, num país que tem salários em atraso, que não tem estruturas, saúde e ensino.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — A maioria das questões colocadas foram-no pelo Partido Comunista Português e existem evidentes duplicações em relação aos pontos abordados pelos diferentes senhores deputados.

Por outro lado, foram referidas várias questões de natureza sectorial pelo facto de na minha intervenção não ter feito um balanço da actividade governativa. Foi uma escolha deliberada.

Julguei que, ao pedir uma moção de confiança à Assembleia, a apresentação da mesma por parte do Primeiro-Ministro não devesse incidir sobre a execução do Programa em cada um dos sectores, pois que estaria aqui todo o Governo para poder responder aos senhores deputados, a tudo aquilo que entendessem questionar sobre esses sectores. Por isso, não irei abordar questões muito sectoriais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Um ponto levantado várias vezes pelos senhores deputados do Partido Comunista e também pelo Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca foi o do confronto com a Assembleia da República e da falta de diálogo.

Srs. Deputados, na minha intervenção referi o número de vezes que eu próprio e os restantes membros do Governo recebemos os senhores deputados e pergunte se alguma vez algum dos senhores me pediu uma audiência que eu não tenha concedido.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Mas há uma contradição, Sr. Primeiro-Ministro.

O Orador: — Deixe-me continuar, Sr. Deputado.

Por outro lado, só razões imponderáveis podem ter levado a que, apesar de solicitações da Assembleia feitas nas suas comissões, o ministro em questão não tenha estado presente.

Para além disso, os próprios membros do Governo têm tomado a iniciativa de estar presentes nas respectivas comissões. Recordo, por exemplo, o caso do Ministro da Agricultura em relação à política agrária da CEE. O Sr. Ministro ofereceu-se e tem estado presente na comissão, com uma periodicidade que julgo ser mensal, para informar de todos os problemas complicados que se prendem com a política agrária comum.

O mesmo sucedeu em relação à eventual extinção de empresas públicas. Com efeito, tendo sido feita uma mera sugestão — julgo que pelo Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca — em relação à EDP, o Governo disse desde logo que estaria presente quando a comissão o entendesse. E depois, como o pediu tardasse, o Governo prontificou-se a vir cá apresentar o seu entendimento em relação a essa matéria.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — É falso!

O Orador: — E fê-lo não só em relação à Assembleia, pois também tomou a iniciativa em relação ao Conselho de Concertação Social.

Referiu ainda o Sr. Deputado que o diálogo se tem feito pela via da televisão, pela via das conferências de imprensa.

Sr. Deputado este país já teve muitos primeiros-ministros, tive o cuidado de ver as comunicações ao País que cada um deles fez, e todos fizeram várias, mas houve uma coisa que nunca sucedeu com nenhum — nem com o primeiro-ministro nem com o Presidente da República, tanto quanto pude apurar —, que foi o facto de alguma vez ter sido dado a um partido da oposição o direito de replicar ao Sr. Primeiro-Ministro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E devo dizer-lhe que, pelo menos numa comunicação que vi, havia um partido — o meu partido — que era atingido, duramente atingido. Mas nem por isso ele foi, de seguida, replicar perante as câmaras da televisão!

Vozes do PSD: — Muito bem!

Aplausos do PSD.

O Orador: — Quanto ao cumprimento ou não do estatuto da oposição e à forma como o Governo actua, Sr. Deputado... o estatuto da oposição diz que o Governo deve ouvir os partidos da oposição em determinados assuntos e nós nunca deixámos de o fazer.

Eu próprio tive oportunidade de receber e falar com o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca sobre uma matéria relevante, de interesse nacional, bem como recebi e falei com o seu colega, Sr. Deputado Tengarrinha. Não me parece que me possa acusar de nessa reunião ter deixado algo escondido na manga, em relação a esse assunto de relevante interesse nacional. Disse-lhe tudo aquilo que sabia. Depois, também enviamos à Assembleia da República todos os documentos que dispúnhamos sobre o assunto.

Não me parece que isto seja uma prova de que o Governo não dialogue, não queira dialogar e que queira afrontar a Assembleia da República.

E toco já num ponto que tem a ver com os requerimentos, o qual foi também mencionado pelos senhores deputados. Não pus em causa o direito que cada deputado tem de fazer requerimentos ao Governo. De maneira alguma! Apenas quis salientar o número elevado de requerimentos que este governo recebeu e que, em confronto com os números dos apresentados a outros governos, em período idêntico — embora o Sr. Deputado José Luís Nunes tenha levantado a dúvida —, mostra que não há comparação possível.

Vozes do PSD: — É evidente!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Não é verdade!

O Orador: — Srs. Deputados, não se pode apenas mencionar o número de requerimentos, como se tentou fazer aqui. Cada um apresenta realmente um número reduzido, só que peço que se coloquem na posição de quem tem de responder. São os membros do Governo, com a escassez de meios que têm à sua disposição, que têm de preparar respostas, num curto espaço de tempo, para 1790 requerimentos. O Governo está em falta porque não consegue dar vazão a todos os requerimentos, embora tenha respondido a uma média de 28 ou 29 requerimentos por semana.

Portanto, o problema não é tanto o de quem os faz e do direito que têm em fazê-los mas mais o de salientar, em confronto com governos anteriores, a posição de quem tem de responder a esses mesmos requerimentos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado do MDP/CDE fez uma afirmação que me preocupa muito, que é a de que este governo é de minoria — ou, como eu disse, de maioria relativa — e, por isso, tem de se sujeitar às regras da democracia.

Sr. Deputado, eu entendo que todos os governos têm de se sujeitar às regras da democracia, quer sejam minoritários ou maioritários.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Aplausos do PSD.

O Orador: — Talvez quisesse dizer que há uma postura diferente por parte deste governo, que é de minoria ou de maioria relativa, em relação à Assembleia, quando comparada com a postura de outros governos de maioria.

Talvez fosse isso o que o Sr. Deputado quis salientar. Mas se foi isso, então só abona em favor do Governo porque dessa forma contribui — e tem de o reconhecer — para o prestígio e para que a Assembleia possa exercer mais cabalmente as suas funções.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — O Sr. Primeiro-Ministro, dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Primeiro-Ministro, muito obrigado pelas respostas de V. Ex.^a

É evidente que este governo tem cumprido, como nenhum outro, o estatuto da oposição — já tivemos oportunidade de o dizer e não tivemos complexos disso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Aplausos de alguns deputados do PSD.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Primeiro-Ministro, esse é um facto que não desmentimos. Acontece, contudo, que existe uma contradição entre esse comportamento e o confronto.

Parece-nos que o Governo não sabe governar com o Parlamento. Temos o estatuto da oposição, somos recebidos quando o Sr. Primeiro-Ministro nos chama, mas depois a Assembleia da República toma as suas posições, constitucional e regimentalmente, e imediatamente se estabelece um confronto por parte do Governo contra a Assembleia da República. Não há uma busca de sintonia Governo — Assembleia da República e é apenas isso que quero referir, pois é uma contradição flagrante.

O Orador: — Sr. Deputado, perdoe-me por discordar com o que acaba de dizer e quero recordar um aspecto: a nossa Constituição não distingue governos com apoio minoritário da Assembleia de governos com apoio maioritário. Foi isso o que eu disse na minha intervenção.

Quando ganhámos as eleições e fomos convidados a formar governo, não entendemos, pelas posições que os partidos tomaram nessa altura, que governo de maioria relativa é governo de gestão corrente dos negócios do Estado. Não entendemos assim...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Também nós não entendemos assim!

O Orador: — ...porque se o tivéssemos entendido, Sr. Deputado, não teríamos aceite formar governo.

Entendemos, e penso ser um entendimento correcto, que qualquer governo, desde que empossado pelo Sr. Presidente da República e com o seu programa não rejeitado pelo Parlamento, está no pleno exercício dos seus poderes jurídico-constitucionais. É o que temos procurado fazer.

Podemos ter divergências quanto à linha divisória e por isso é que às vezes — embora não tenha merecido uma palavra de grande rejeição — apelamos aos constitucionalistas. E quanto àqueles para que apelamos, bem, penso que são pessoas respeitadas por todos nesta Câmara.

E os pareceres que tenho nas minhas mãos em relação a algumas matérias são de autores que duvido de que alguém nesta Câmara pudesse dizer que são incompetentes em matéria constitucional. Duvido muito disso, mas não vou entrar por esse campo.

O Sr. Deputado Carlos Brito disse que a razão desta moção de confiança está nos resultados negativos que o Governo tem conseguido. Expliquei muito claramente as razões desta moção de confiança e, por isso, não quero entrar novamente em detalhes.

O Sr. Deputado também mencionou a questão dos salários em atraso. Sr. Deputado, estou convicto de que, no íntimo, V. Ex.^a reconhece que este governo foi o primeiro a dar passos no sentido de resolver essa calamidade. Concorço em que não fomos tão longe quanto o partido a que pertence gostaria de fôssemos — aceito isso plenamente —, mas desafio a que alguém nesta Câmara aponte qual foi o governo que fez o maior esforço para enfrentar essa calamidade social.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado, devo dizer-lhe que, em sete meses, do meu Gabinete só saíram duas notas oficiais, tendo uma delas sido sobre os salários em atraso, o que se liga também com o controle da comunicação social e mais directamente com o *Diário de Notícias*.

Apareceu no *Diário de Notícias* um artigo que aportava números que o seu autor sabia que eram falsos, porque os números que estão à disposição daqueles que os queiram utilizar são os da Inspecção-Geral do Trabalho, que mostram que, no período de cinco meses, o número de trabalhadores com salários em atraso diminuiu de 40%. Deste modo, impunha-se rectificar essa situação, porque nos sentimos de alguma forma atingidos.

Se me diz que algumas dessas pessoas optaram por um dos esquemas que o decreto-lei permitia e que passaram a receber subsídio de desemprego, não posso negar tal facto, pois eu próprio revelei o número. Até este momento existem cerca de 10 mil pessoas que utilizaram o esquema que o Governo propunha.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Primeiro-Ministro?

O Orador: — Sr. Deputado, enquanto me foram colocadas questões eu nunca interrompi ninguém. Aliás, não estou a abordar aspectos que possam ser considerados ofensivos para V. Ex.^a

Quanto à questão do investimento e dos objectivos do Governo, devo dizer que, neste momento, o Governo já fez uma correção das suas projecções macroeconómicas em face de todos os desenvolvimentos que ocorreram depois da apresentação do Programa do Governo. Por exemplo, neste momento, prevê-se para a balança de transacções correntes não um défice, mas sim um *superavit*.

Protestos do PCP.

O Orador: — Portanto, o Governo fez uma correção das projecções macroeconómicas que depois, se os senhores deputados entenderem, o Sr. Ministro das Finanças poderá explicar em detalhe.

Foram aqui expressas grandes preocupações em relação ao investimento. Senhores deputados, o inquérito do Instituto Nacional de Estatística de 9 de Junho de

1986 refere que as intenções de investimento para 1986, quando comparadas com as de 1985, são de mais 14%. O que é que aconteceu em 1985 em comparação com 1984, com a mesma amostra? As intenções de investimento eram de menos 16%.

Os indicadores quanto a investimento são ainda muito escassos e por isso não posso ser categórico quanto ao número que vamos alcançar. Porém, há um, que é conhecido e que é insusceptível de ser contestado, que é o índice composto de vendas de cimento e aço para a construção, que é um sector que é básico para o relançamento do investimento, até porque tem uma grande «fatia» no investimento total. No mês de Março, o valor deste índice era superior em cerca de 5% ao valor do mês homólogo...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — E está satisfeito com isso?

O Orador: — Estou apenas a indicar — porque quero ser objectivo — os dados que estão disponíveis, Sr. Deputado! Estes já são conhecidos, o que mostra algo que é inequívoco, ou seja, que o investimento está a subir.

Aliás, o Sr. Deputado também não pode contestar que a procura de crédito para a habitação é cerca do dobro daquele que se verificou em igual período do ano passado. Se me perguntam se estou satisfeito, digo que não! Sou muito mais exigente! Tanto nessa como noutras matérias tenho uma grande impaciência para actuar, porque só dessa forma é que conseguimos responder tão rapidamente quanto possível às grandes carências que ainda se fazem sentir no País...

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado, devo dizer que não revelei qualquer anticomunismo. Limitei-me, até para não ser acusado de deturpação, a fazer citações textuais daquilo que foi afirmado por dirigentes do Partido Comunista Português.

O Sr. Deputado referiu a inflação e o país vizinho. É evidente que temos de nos aproximar dos índices de inflação dos outros países pois ainda estamos longe e, assim, temos de continuar com esta política de aproximação. O Sr. Deputado era quem dizia que os 14% não podiam ser alcançados, mas hoje já reconhece que os 12% se podem verificar!

Aplausos do PSD.

Senhores deputados, quero dizer que a razão por que nos encontramos hoje aqui não tem nada a ver com desafios feitos pelo PCP. No entanto, gostaria de recordar que ainda há muito pouco tempo, há uma semana, o PCP nos desafiou aqui a apresentar uma moção de confiança.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Foi na discussão da legislação laboral, mas quero dizer muito publicamente que não é essa a razão pela qual nos encontramos aqui...

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a atingiu o tempo regimental atribuído para responder aos pedidos de esclarecimento, ou seja, 15 minutos. Porém, como os pedidos de esclarecimento foram mui-

tos e como se trata de um tempo global, não vemos nenhum inconveniente em que V. Ex.^a utilize o tempo que considerar necessário para responder, desde que não haja objecções por parte da Câmara.

O Orador: — Sr. Presidente, apenas pedirei que me seja dada a mesma tolerância que foi concedida a quem formulou as perguntas.

O Sr. Presidente: — Certamente, Sr. Primeiro-Ministro. Faça favor de continuar.

O Orador: — Sr. Deputado, recusar a urgência não é recusar a prioridade de agendamento — são duas coisas absolutamente diferentes.

Em relação à questão de a revisão das leis laborais ser apresentada sob forma de proposta ou não, creio que o Sr. Ministro do Trabalho teve oportunidade de explicar a posição do Governo quanto a este aspecto. Aliás, eu próprio referi que o que apenas estava em causa era o facto de sermos capazes de responder com a celeridade que se impunha, tendo em vista a nossa integração na Comunidade Europeia, e acabar com álibis, com tabus que existem e que são falsos.

No domínio do investimento, devemos criar condições para que surjam mais postos de trabalho. Temos a consciência de que, neste momento, a legislação laboral é um conjunto de peças desequilibradas que no todo se compensam, mas de forma negativa, principalmente para os trabalhadores, porque cria uma grande instabilidade no posto de trabalho pelo recurso abusivo e excessivo que o legislador permite — e foi uma actuação deliberada a certo momento — em matéria de contratos a prazo.

Sr. Deputado Raul Rego, não tenho nada a ver com as fotografias que saem no *Diário de Notícias*. — penso que me fará essa justiça!

Quanto à questão do secretismo que o Governo mantém em relação à Assembleia da República, não estou de acordo. Temos procurado fornecer todas as informações que nos são solicitadas — porventura podemos estar em falta em relação a alguma. Ainda ontem nos foi pedida uma lista de tudo aquilo que já fizemos e perdemos horas, mesmo a noite toda, a tentar recolher os dados para fornecer o máximo de informações à Assembleia da República. Creio, pois, que hoje se encontrarão na Assembleia da República muitos quilos de papel sobre a actuação do Governo até este momento.

Sr. Deputado José Luís Nunes, concordo totalmente com o que V. Ex.^a disse: este governo é que tem de ter a confiança da Assembleia da República. Não contesto num milímetro aquilo que disse. Aliás, é por isso que estamos aqui! A minha postura não foi ao contrário, como o Sr. Deputado tentou segerir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Estamos aqui porque reconhecemos que não só a génese do Governo como a sua continuação está no apoio ou no não apoio desta Assembleia da República ou, pelo menos, na não rejeição da sua continuação.

As preocupações que o Sr. Deputado Seiça Neves referiu em relação à Justiça são também preocupações por mim sentidas. Contudo, devo dizer que já alguma coisa foi feita e o Sr. Ministro da Justiça terá oportu-

nidade de o esclarecer melhor. Porém, poderei dizer que já fizemos o Código das Sociedades, que se encontra na Assembleia da República o Código de Processo Penal, que procurámos dar resposta ao problema complexo das falências, principalmente naquilo que tem a ver com salvar empresas que ainda são viáveis, e o seu aspecto positivo foi bem reconhecido no Conselho de Concertação Social.

Garanto, pois, que o investimento não está estagnado no primeiro semestre. Ainda não sei o valor exacto, pois há indicadores dispersos. Mas também disse, na minha intervenção, que uma das razões por que aqui estamos é porque temos a noção de que tudo o que tem vindo a acontecer em relação às nossas propostas e aos decretos que elaboramos e depois são alterados pode contribuir para pôr em causa a confiança. Essa é uma das razões por que estamos aqui,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... pois sabemos bem que a confiança é determinante para o investimento, principalmente para o investimento privado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado levantou uma questão relacionada com os acordos da CEE e em relação à qual tenho muito gosto em responder.

Portugal travou longas negociações com a CEE e nem sempre foi o meu partido que esteve envolvido nessas negociações.

Tratou-se de negociações difíceis, que não foram — e bem, quanto a mim — conduzidas na praça pública, porque uma negociação envolve fazer pedidos e reivindicações, que nem sempre são concedidas, para depois faze cedências. Porém, já tenho dito — e repito — que, globalmente, considero positivo o resultado da negociação; realizou-se um bom trabalho.

E depois disso, o que é que temos tentado fazer? Temos tentado melhorar ainda mais a nossa posição. Mas não podemos fazer as negociações na praça pública; fazê-mo-las com um certo cuidado, falamos com os membros dos governos que têm de tomar posições, falamos com os comissários e com o presidente da Comissão.

Aliás, devo dizer que creio que neste momento já conseguimos resultados que são reconhecidos como positivos. Recordo os acordos CEE-EFTA, com a liberalização das nossas exportações têxteis, recordo a declaração política sobre o Protocolo 17, que significa a flexibilização das nossas exportações têxteis para a CEE, que, na prática, têm significado a inexistência de limitações quantitativas, recordo mesmo que relativamente a regras de origem foi conseguido até aqui um bom resultado. Não tenham dúvidas quanto a isso, senhores deputados!

Não é fácil a vida de um governo na CEE! Melhor, não é fácil a vida de um país na CEE! É uma luta e uma negociação permanente, mas não acredito que alguém nos possa acusar de não estarmos a defender intransigentemente os interesses nacionais, como o fez o anterior governo. Aqui não faço distinção porque se trata de um ponto em relação ao qual não existe — e bem — divergências entre os partidos democráticos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Torres Couto.

O Sr. Torres Couto (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: A apresentação na Assembleia da República da presente moção de confiança representa a abertura intencional e artificial, por parte do Governo, de uma nova crise política, a pretexto da rejeição, por esta Câmara, do pedido de autorização legislativa para alterar as leis laborais.

Não nos surpreende que tal viesse a acontecer dado o conflito permanente que o Governo tem alimentado, com a Assembleia da República apresentada constantemente, pelo Primeiro-Ministro, ao povo português como o «bode expiatório» para justificar os insucessos ou incapacidades da presente acção governativa designadamente através da televisão, tão sábia e despidoramente governamentalizada.

Muito menos nos surpreende que este simulacro de crise surja no momento em que, passado o período de graça, as prometidas eficácia e competência dão lugar à desorientação e incapacidade de enfrentar e superar os problemas estratégicos e estruturais do País, o que já nem sequer é escondido pela própria imprensa próxima do Executivo.

Crise intencional, porque o Governo sabia que a autorização solicitada não lhe seria concedida. Logo o Governo, ao nela insistir, mais não fazia do que forçar esta crise, neste momento.

Crise artificial; porque o Governo ameaça com a demissão e o vazio, não o desejando, mas pretendendo somente dividendos eleitorais que melhorem, se possível, as próximas sondagens, e assim jogar num tudo ou nada, como se os problemas graves que o País enfrenta pudesse depender dessa visão lúdica, que resulta de governar por e para as sondagens.

Responsabilizada, irresponsavelmente, pelo Primeiro-Ministro, pela existência dos incendiários que destroem florestas e vidas humanas, não nos espanta que o Governo, para além de multiplicar acusações, também acuse esta Câmara de (passo a citar) *invadir áreas de competência do Governo, alterando diplomas que este lhe envia, retirando-lhe eficácia* (fim de citação). Estranha é a leitura que o Governo faz da actual Constituição da República e demais legislação balizadora das competências dos diversos órgãos de soberania.

Mais estranho se torna o papel de vítima que assume permanentemente perante o País, dizendo da sua impotência para governar, perante os desmandos e a irresponsabilidade desses duzentos e tantos deputados, apostados de forma doentia em obstruir a acção governativa, deputados que não cumprem, nem trabalham, pois, tendo sido eleitos em representação de todo o país, não trabalham, por exemplo, no dia de Santo António, padroeiro de Lisboa, enquanto o Governo da Nação o fazia, tentando demonstrar ser o único órgão de soberania apostado em lutar, sem tréguas, pelo futuro da Pátria.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Deputados: No monólogo estabelecido todos os dias e a todas as horas pelo Sr. Primeiro-Ministro com o povo português, através da RTP, pretende-se, a partir da sustentação de um equívoco, fazer tábua rasa de algumas regras de jogo que, obrigatoriamente, têm de balizar o funcionamento do Estado democrático.

Dizer-se que o Governo foi eleito pelo País é incorrer numa afirmação politicamente grosseira.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — O Governo foi eleito por 29% do povo português, logo, por uma parte minoritária do País e não pode por isso querer governar como se tivesse tido o seu apoio maioritário. Mesmo que tal tivesse acontecido, exigiriam o bom senso, a ética e o respeito pela democracia que estabelecesse um diálogo e uma negociação permanentes com as demais forças políticas representadas no Parlamento, de forma a tentar alargar o consenso sobre os grandes temas nacionais.

Não o fazer, quando se é minoritário, demonstra uma visão distorcida da democracia política e uma agressão às suas regras normais de funcionamento. Governar num Estado democrático pluripartidário de base parlamentar, Sr. Primeiro-Ministro, não pode, não deve, ser o mesmo do que governar num regime ou num país de partido único.

Ao aceitar ser empossado como minoritário, sabia o Governo não ser suficiente ver aprovado um programa — em grande parte vago e genérico — sem ter de negociar a respectiva regulamentação e aplicação, de forma a suscitar o necessário apoio maioritário. Se assim não fosse, o Parlamento de nada serviria, bastando reunir uma só vez em cada legislatura para aprovar o tal programa do Governo. Não é esse porém, o figurino constitucional português, aprovado pelo partido do Governo, pelo que se alguém está em falta, por não ser capaz de encontrar, através do diálogo e da negociação, o apoio parlamentar necessário à consecução da sua política, é o Governo.

Esse foi o grande desafio que o Governo assumiu ao ser empossado! Não o de aguardar que os partidos representados no Parlamento fossem ao seu encontro para manifestar servilmente a concordância às suas políticas, mas o de buscar, a todo o momento, os consensos e apoios para poder governar num regime de base parlamentar, respeitando a Constituição da República.

Esta a grande lacuna e a incapacidade da acção governativa de um governo que pretende projectar no País uma imagem de força e de autoridade, esquecendo que, em democracia, só o diálogo e a negociação justificam tal imagem, sendo a sua inobservância um sinônimo de autoritarismo e de fraqueza.

É assim que, depois de aprovar, a todo o momento, moções de censura a este Parlamento, aparece agora o Executivo a dizer que não pode governar sem a sua confiança.

Se quer a confiança desta Assembleia da República, o mínimo que se exige a um governo é que a respeite, o que este governo, lamentavelmente, não tem feito.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quando se quer a confiança de alguém exige-se reciprocidade de comportamento, o que, até ao momento, tem estado ausente no comportamento do Governo em relação a esta Câmara.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A questão da autorização legislativa para alteração das leis laborais constituiu uma das causas próximas para a ruptura da anterior coligação.

Pode hoje invocar-se todos os acordos possíveis e imaginários, gerados no seio do anterior governo, para mistificar esta questão, não se podendo, contudo, fazer

tábua rasa de que o Grupo Parlamentar do PS negou um mesmo pedido de autorização legislativa ao governo do bloco central: E se o nosso comportamento foi esse em relação a um governo onde o Partido Socialista era maioritário, ninguém poderia aguardar uma alteração do nosso comportamento, agora que somos oposição clara e frontal a este governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Partido Socialista sempre se mostrou disponível para discutir ou alterar toda, mas toda, a legislação laboral portuguesa num sentido harmônico e coerente, gerador de desenvolvimento na justiça e paz social.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Tem-se visto!

O Orador: — Não podemos, contudo, ignorar ou minimizar a sensibilidade e o impacte político de tal tema na vida política nacional, pelo que exigiremos, sempre que tais modificações sejam antecedidas de diálogo e concertação social, da necessária discussão pública, sempre que novas propostas sejam elaboradas, e do assumir de todas as competências desta Câmara na discussão e aprovação de tal matéria.

Não é, nunca foi, nem será, prática do Partido Socialista, mesmo na circunstância presente em que somos oposição frontal ao Governo, pretender obstruir a acção governativa; e como oposição que somos, jamais renunciaremos ao direito de discutir tais matérias, em sede parlamentar.

Outros o poderão fazer que não nós, pois somos fiéis aos princípios que sempre defendemos, bem como aos compromissos que assumimos com aqueles que confiam em nós, dando-nos o seu voto.

Da considerarmos uma vez mais que o Governo não pretendeu alterar a legislação laboral num sentido minimamente consensual, o que seria a nosso ver uma atitude correcta e até necessária.

O que o Primeiro-Ministro pretendeu e pretende é fazer um medir de forças, ganhar um novo folêgo e preparar o terreno para mais adiante, aí sim, abrir uma crise a sério, em condições que garantam uma maioria, se possível absoluta, para governar completamente à sua vontade, ao arrepião do Parlamento e da oposição.

Não é que tal direito não assista ao Primeiro-Ministro de Portugal, não nos parecendo, porém, razoável, responsável e muito menos patriótico, que outros interesses, pessoais, ou partidários, sejam colocados acima do interesse nacional.

Os verdadeiros empreendedores portugueses, apostados no futuro de Portugal, podem considerar necessárias as alterações das leis laborais, mas consideram inequivocadamente muito mais importante para as suas empresas e empreendimentos a necessária estabilidade política que o Governo põe em causa com esta pseudo-crise política.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O que se pretende e exige é que o Governo dê um sentido nacionalmente positivo à conjuntura económica favorável, fruto de algumas medidas económicas aplicadas por anteriores governos aliadas à quebra do preço do petróleo, à queda do dólar e à entrada de Portugal nas Comunidades.

Estamos no momento em que, sem mais adiamamentos, se tem de reestruturar o que for susceptível de reestruturação e se tem de avançar no sentido do progresso, do desenvolvimento e da modernização da economia portuguesa.

O que importa é que se coloque toda a atenção nos necessários ajustamentos a processar, impostos pela nossa entrada no Mercado Comum, salvaguardando os nossos interesses nomeadamente quando paira a ameaça de deixarmos de ser beneficiários líquidos e passarmos a contribuintes líquidos com a redução prevista de quinze milhões de contos nas dotações deste ano da Comunidade a Portugal.

O Portugal do progresso e do desenvolvimento, empresários e trabalhadores apostados no futuro do País, quando esperavam que fossem estes os problemas a absorver a acção e a preocupação governativas, constatam que, uma vez mais, correm o risco de vir a pagar a factura da impaciência ou da ambição política do Primeiro-Ministro.

Não é politicamente sério defender a estabilidade política, fomentando conflitos e crises constantes.

Menos sério politicamente é esconder-se as insuficiências próprias responsabilizando terceiros.

Os resultados previstos e prometidos pelo Governo nestes sete meses estão bastante longe, por defeito, da realidade, tendo o Partido Socialista plena consciência de que só por má fé política ou ignorância se poderá responsabilizar a Assembleia da República pelos insucessos, omissões e adiamamentos que têm marcado a acção do Executivo.

O Governo pede a confiança da Assembleia da República para concretizar o seu programa. O debate e a votação da moção apresentada demonstrarão se outras forças políticas representadas nesta Câmara estão dispostas a ser convintes com a política que o Governo pretende levar a cabo, não querendo sequer o PS pensar que a presente moção de confiança pudesse ter sido apresentada na Assembleia da República depois de o Governo ter negociado a sua aprovação.

Mesmo que tal hipótese se viesse a verificar — o que reafirmamos não acreditar — o povo português compreenderia e seria implacável, estamos certos, no seu julgamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós, socialistas, que votámos contra o programa do actual governo, ao ser-nos solicitada a confiança para o executar, somos por coerência política obrigados a votar contra a presente moção de confiança, assumindo o PS a responsabilidade total por tal voto, não receando as consequências do mesmo, quaisquer que elas sejam, porque estamos seguros de que a democracia portuguesa contém todas as virtualidades que permitem encontrar respostas politicamente sérias para as crises que o não são.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, inscreveram-se os Srs. Deputados Duarte Lima, Amândio de Azevedo e Silva Marques.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Deputado Torres Couto, há dois tipos de afirmações no seu discurso: as afirmações categóricas e as afirmações problemáticas.

As primeiras não vou discutir, porque correspondem a afirmações quase de ciência, como a de que o

Governo provoca a Assembleia, a de que o Governo não dialoga, etc. Não vale a pena discutir isto, porque este argumento, da parte da oposição, é uma *blague*.

Mas há afirmações problemáticas que podem merecer mais discussão, como, por exemplo, o facto de o Sr. Deputado dizer que não querem nem têm querido fazer obstrução sistemática ao Governo nesta Câmara. Gostaria de trazer à colação de V. Ex.^a, porque as comparações ajudam, o que se está a passar com este governo minoritário e o que se passou com um governo minoritário do seu partido, o I Governo Constitucional.

Como sou mau gestor das minhas insónias tive o cuidado de, durante as últimas noites, estar a ver os números que o Sr. Primeiro-Ministro da altura nos trouxe e que constam dos *Diários da Assembleia Republicana*, relativamente às iniciativas legislativas do governo de então.

Devo dizer-lhe que, em 16 meses, o governo minoritário de então, do PS, apresentou nesta Câmara um total de 78 propostas de lei.

Sr. Deputado Torres Couto, sabe V. Ex.^a quantas destas propostas mereceram o voto favorável do PSD? Digo-lhe que foram 52 e que 13 propostas mereceram a abstenção do nosso partido. Ou seja, em 78 propostas da iniciativa do governo minoritário do PS, houve um total de 75 propostas que foram viabilizadas pelo PSD nesta Câmara; apenas votámos contra três propostas.

Qual é a postura do PS em relação a este governo? É uma postura idêntica àquela que o PSD teve? Não! Essa postura do PS é que é de obstrução sistemática.

Além disso, VV. Ex.^{as} tocam muito o tema do governo minoritário. Naquela altura, um dos argumentos aqui utilizados pelo então Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares — consta também do *Diário da Assembleia da República* — era este que VV. Ex.^{as} agora utilizam. Dizia o então Primeiro-Ministro, a propósito dos ataques que a oposição — e nomeadamente o PCP — fazia ao governo minoritário do PS o seguinte:

Não ignora o Governo que o grande argumento utilizado pelos partidos da oposição tem sido a acusação de se tratar de um governo minoritário. Insiste-se, nessa linha de argumentação, no pretenso isolamento do Governo, que, como vimos acima, não existiu nem existe, chegando-se mesmo a argui-lo, em casos extremos, de falta de democracia. Ora, a verdade é que a nossa Constituição, pelos mecanismos que introduziu, o menos que se pode afirmar é que facilita a existência de governos minoritários, os quais hão-de considerar-se, à luz de qualquer doutrina constitucional e sem discrepâncias, como perfeitamente democráticos desde que respeitem, obviamente, a Constituição.

E continuava demonstrando as excelências do governo minoritário, sempre com aplausos e com réplicas de muito bem, dos deputados do PS. Mais à frente, acabava assim:

De resto, imaginar que o facto de haver uma coligação governamental, dispondo de apoio parlamentar, daria maior operacionalidade ao Governo e criaria, só por si, as condições favoráveis à resolução de todos os problemas que nos afligem, é uma tese que não resiste à menor análise porque não tem lógica em si própria e carece

de demonstração. Se é certo que a crítica parlamentar é um factor altamente correctivo da actividade do Governo; é óbvio que quanto mais independente o Governo estiver da Assembleia, por ter apoios parlamentares maioritários sólidos e, por assim dizer, automáticos, mais ouvidos de mercador poderá ter em relação às críticas que vieram a ser feitas.

Gostava de ouvir a sua opinião sobre estas teses então expendidas pelo Sr. Primeiro-Ministro do seu partido e sobre os números que adiantei no início da minha intervenção. Não sei se o Sr. Deputado era, na altura, deputado do PS e se corroborava estas teses.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Deputado Torres Couto, V. Ex.^a fez uma intervenção, que só tem uma conclusão possível e que é a de que o PS entende que os governos minoritários não podem ter quaisquer veleidades quanto à possibilidade de executarem os seus programas.

Isto espanta-me porque foi exactamente o PS quem sempre se bateu pela existência e possibilidade de governos minoritários, ao contrário do PSD.

É que, se querem levar as coisas tão longe, então, não devem consentir a formação de governos minoritários para que as propostas e os programas dos governos possam ter sempre um suporte que viabilize as medidas necessárias, que passam pela Assembleia da República.

Como é que se comprehende que um partido que tanto pugnou pela existência de governos minoritários não comprehenda depois que a viabilização de um governo minoritário na Assembleia implica, necessariamente, o compromisso da viabilização das medidas constantes do programa desse governo para que ele possa assumir as suas responsabilidades?

É espantosamente difícil de compreender como é que um partido como o PS que advoga tanto os governos minoritários, depois lhes quer retirar a possibilidade de executar as funções que lhes cabem!

Por outro lado, Sr. Deputado Torres Couto, há um aspecto fundamental a focar. Há ocasiões em que os governos minoritários são discutíveis porque vários partidos democráticos se ofereceram para fazer um acordo de coligação governamental e parlamentar. Esse foi o caso do governo minoritário do PS e o PS rejeitou todas essas hipóteses. Portanto, o PS assumiu porque quis, rejeitando outras possibilidades, a forma do governo minoritário.

O Sr. António Barreto (PS): — Sr. Deputado dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Desculpe, mas não autorizo a interrupção.

Neste momento, é evidente que todas as forças políticas têm a plena consciência de que não havia, na prática, qualquer outra solução possível. Mais uma razão para que aqueles que têm consciência de que Portugal precisa de um governo operante teñham de saber que aceitar um governo minoritário é não inviabilizar as medidas essenciais constantes do seu programa.

Um outro aspecto é o seguinte, Sr. Deputado Torres Couto: não é pelo facto de o PS repetir constantemente afirmações que não correspondem à verdade que elas algum dia podem ser consideradas como tal.

O PS não tomou a posição de rejeitar a autorização legislativa para as leis laborais. Pelo contrário, numa reunião da Assembleia da República em que estavam presentes representantes do Grupo Parlamentar do PS — nomeadamente o Sr. Deputado Jorge Lacão —, o problema foi discutido e foi deliberado que se optaria pela via de autorização legislativa. Quando o projecto consequente foi apresentado à discussão do Conselho Permanente de Concertação Social foram apresentados pelo Governo propostas de lei de autorização legislativa sobre essa matéria e a resposta do PS foi negativa; e negaram a autorização legislativa dizendo apenas que era preferível pedir a autorização legislativa depois da discussão pública e com os textos finais já anexos a esse pedido de autorização. Ora, o PS mudou de opinião depois, por razões bem conhecidas e, portanto, não vale a pena andar a referir constantemente aspectos e afirmações que não têm nada a ver com a realidade.

Admito que possam existir outras interpretações, mas, porque participei activa e directamente nesses problemas responsabilizou-me por esta versão dos factos, pois ela tem correspondência com a verdade.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Jorge Lacão pede a palavra para que efectue?

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Para defesa da honra, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Amândio de Azevedo, ao invocar o meu nome, veio alegar factos passados em reuniões que não permitem avaliar e avaliar a verdade das afirmações feitas.

É certo que o Sr. Deputado Amândio de Azevedo já nos habituou, nesta Câmara e fora dela, a fazer este tipo de «corridas para a frente» para se justificar das suas próprias insuficiências enquanto Ministro do Trabalho do governo anterior.

Se muitas iniciativas não avançaram, designadamente uma iniciativa legislativa que estava em carteira no Grupo Parlamentar do PS sobre salários em atraso, foi porque o então Ministro Amândio de Azevedo tudo fez para pôr em questão a estabilidade política nessa altura e impedir que um projecto de lei sobre salários em atraso pudesse ser aprovado nesta Câmara e, assim, se tivesse podido atacar um problema social gravíssimo mais rapidamente.

Quanto a estas questões, publicamente conhecidas, o Sr. Deputado Amândio de Azevedo nada diz. Mas acerca de conferências, de conversas, de trocas de impressões que aqui e ali diz ter tido com este ou aquele deputado, com este ou aquele membro do antigo governo, o Sr. Deputado Amândio de Azevedo habituou-nos já a este tipo de alegações constantes!

O que é conhecido e o que se afirmou foi que o Grupo Parlamentar do PS, designadamente através dos dirigentes do grupo parlamentar da altura, se opôs, e opôs-se vivamente, depois de avaliada a situação concreta, a um pedido de autorização legislativa em matéria laboral. É esta a atitude oficial do Grupo Parlamentar do PS, tudo o mais é escamotear a realidade, tudo o mais é o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

a querer ignorar que muitos dos problemas do antigo governo resultaram justamente da sua incapacidade política enquanto Ministro do Trabalho.

O Sr. Presidente: — Para exercer o seu direito de resposta tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A reunião referida foi por mim solicitada para resolver um problema muito concreto, pois havia que decidir se seria o governo a legislar nesta matéria ou a Assembleia da República. Porquê? Porque conforme a resposta a dar a esta questão, seria o governo ou a Assembleia a promover a sua discussão pública.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Ele há cunhas!

O Orador: — Quem fez a discussão pública foi o governo, logo aquilo que eu digo tem perfeita correspondência com a verdade.

Segundo ponto: é um facto e consta dos documentos que estão presentes no Governo, que foram apresentados pedidos de autorização legislativa no momento em que foram postos à discussão pública os projectos de legislação laboral. A resposta foi: «É preferível apresentá-los mais tarde. Não concedemos autorização legislativa.» São factos que qualquer pessoa pode perfeitamente avaliar.

Quanto ao problema dos salários em atraso, o projecto apresentado pelo Partido Socialista foi discutido — inclusive, no Ministério do Trabalho onde havia um secretário de Estado socialista —, as soluções propostas pelo PS foram consideradas inconvenientes e, portanto, não foram aprovadas.

O problema foi discutido em Conselho de Ministros, onde apresentei uma proposta de lei sobre a matéria, o seu partido conformou-se com as propostas que fiz, não levantou problema nenhum, uma vez que foram rejeitados os argumentos invocados a favor do projecto do PS. Aliás, ainda hoje essas propostas devem ser consideradas, como na altura, como propostas inconvenientes!

Mesmo que, porventura, não tenha sido assim, houve uma discussão e uma conclusão final perfeitamente aceites pelo Conselho de Ministros onde estava presente o seu partido. Portanto, não tem absolutamente nenhuma razão nas afirmações que está a proferir e, pelo contrário, o que se verifica, em face de dados indiscutíveis, é que o PS só a recusou no fim, pela mesma razão porque procurou levar o PSD a romper com a coligação, por motivos sobejamente conhecidos de todos e que me dispenso de lembrar aqui.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Torres Couto, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado Torres Couto, pergunto-lhe como se pode tomar como rigorosa a sua afirmação de que «nós votámos contra o Programa do Governo» quando isso não é rigorosamente exacto. Os senhores votaram a favor da vossa moção de rejeição, mas abstiveram-se perante a mesma matéria por duas vezes: face à moção de rejeição do PCP e à do MDP/CDE.

Sr. Deputado, seria fácil a vida pública se não existisse coerência nas opções que se tomam.

Risos do PS.

Infelizmente não é assim, a vida pública é tão exigente como qualquer outra área da actividade humana.

O Sr. Presidente: — Para responder aos pedidos de esclarecimento formulados, tem a palavra o Sr. Deputado Torres Couto.

O Sr. Torres Couto (PS): — Começo pelo fim, pela questão da coerência, mas devo dizer-lhe que vinda de onde veio ... tenho grande respeito por si, Sr. Deputado, mas não lhe reconheço capacidade ou legitimidade para dar lições de coerência à bancada do PS.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não gaste adjetivos, responda à questão.

O Orador: — Quanto às questões levantadas pelo Sr. Deputado Duarte Lima, por quem tenho grande respeito, gostaria de lhe dizer, com amizade e lealdade, que as imagens que apresenta em contraponto do comportamento do PS quando estava à frente de um governo minoritário e as posições do PS quando o PSD, como neste momento, lidera um governo minoritário, têm uma explicação muito simples: é que, Sr. Deputado, há leis boas e leis más!

O Sr. Ferraz da Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — O PSD aprovou leis positivas do governo minoritário do PS, que legislou e governou positivamente. Nós não podemos, de maneira nenhuma, avalizar aquilo que pensamos não ser consentâneo com os interesses nacionais e, daí, a nossa posição de contestação e oposição a muitas das medidas do Governo, que, nem de perto nem de longe, podem ser sustentadas pelo Partido Socialista.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — A actividade legiterante que o Governo apresenta nesta Câmara decorre da necessidade de cumprimento do seu Programa e esse Programa foi viabilizado nesta Câmara; se V. Ex.ª achava que as medidas das quais acaba por decorrer esta legislação não eram adequadas para o País, não acha que a atitude correcta, a correcta manifestação de vontade da Câmara teria sido a inviabilização do Programa do Governo?

O Sr. Presidente: — Aproveito para informar os senhores deputados de que o tempo de interrupção conta no tempo do Sr. Deputado que está a responder.

O Orador: — Sr. Deputado Duarte Lima, em relação à questão que colocou, só respondo pela bancada do PS e não como porta-voz desta Câmara, como deve calcular, e nós, Sr. Deputado, não aprovámos o Programa do Governo.

O que me parece é que se esta crise existe — se é que lhe podemos chamar crise — é porque o Governo não

soube negociar bem, não negociou de uma forma completa os acordos que conduziram à passagem do seu Programa neste Parlamento. Ora, deste facto só se pode queixar o Governo e isto não abona muito a favor da capacidade negocial e do sentido da responsabilidade que, nessa altura, o Governo deveria ter tido. Não fomos nós que deixámos passar o Governo, outras forças o fizeram — possivelmente, na altura, não houve o cuidado de acautelar estas situações — e não nos peçam a nós responsabilidades. Mantemos uma posição perfeitamente coerente.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Então, porque é que se abstiveram?

O Orador: — Quanto à questão que o Sr. Deputado Amândio de Azevedo colocou, quero-lhe dizer o seguinte: V. Ex.^a esteve presente, como ministro do anterior governo, nas jornadas parlamentares do meu partido, em Lagos, e sabe perfeitamente que nessa altura — foi uma decisão clara das jornadas parlamentares do Partido Socialista, através de uma intervenção que fiz e de várias outras feitas por deputados do PS que estão consignadas nas decisões finais — o Grupo Parlamentar do PS não dava autorização legislativa ao governo que V. Ex.^a integrava para legislar nesta matéria. Assim, V. Ex.^a não pode pretender que, neste momento, quando somos oposição, clara e frontal a este governo, tenhamos um comportamento diferente.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Nesse momento nem sequer se falou de autorização legislativa, pois o problema era o de serem ou não aprovadas alterações à legislação laboral. O problema da autorização legislativa só se pôs depois, quando o apresentei formalmente na reunião a que me referi há pouco.

O Orador: — Sr. Deputado Amândio de Azevedo, V. Ex.^a poderia saber perfeitamente o que se discutia a nível de Conselho de Ministros, mas não pode falar com tanto rigor e determinação em relação ao que se passava no seio do meu partido.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Estive lá!

O Orador: — V. Ex.^a esteve, de facto, no encerramento das jornadas, mas não pode neste momento dizer que não foi essa uma das grandes questões discutidas e aprovadas. E, repito, estou à vontade para referir o que referi aqui porque fui eu que introduzi a questão da autorização legislativa e fui eu que lutei para que o Grupo Parlamentar do PS não concedesse essa mesma autorização legislativa.

Quanto à interpretação que faz da minha intervenção, resultando da mesma o espírito de que o PS não aceita qualquer governo minoritário, ela é uma interpretação sua, não corresponde àquilo que eu disse nem corresponde ao sentimento do PS em relação a esta matéria. O PS entende que podem existir — como existem — governos com expressão parlamentar minoritária, mas entende também que esses governos têm

de ter o bom senso suficiente para saberem a todo o momento, encontrar, através do diálogo e da negociação permanentes com o Parlamento, as soluções de consenso que lhes permitam obter maioria para as medidas legislativas que pretenda levar a cabo.

Aplausos do PS.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — É um governo parlamentarizado!

O Sr. Presidente: — Informo os Srs. Deputados que fazem parte da Comissão Eventual para o Diálogo e Cooperação entre Portugal e Brasil e Respectivas Instituições Parlamentares de que, pelas 17 horas, o Sr. Vice-Presidente Carlos Lage dará posse a esta Comissão na antiga sala do Conselho de Ministros. Fazem parte desta Comissão — e não tenho ainda os nomes dos Srs. Deputados do PSD e do CDS — os seguintes Srs. Deputados: pelo PS, os Srs. Deputados Ferraz de Abreu, Manuel Alegre e Raul Junqueiro; pelo PRD, Srs. Deputados José Carlos Vasconcelos e António Paulouro; pelo PCP, os Srs. Deputados Carlos Brito e Maia Nunes de Almeida e, pelo MDP/CDE, o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

Estão suspensos os trabalhos até às 15 horas.

Eram 13 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Vamos reiniciar os nossos trabalhos, senhores deputados.

Eram 15 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Como os senhores deputados já devem saber, a sessão de hoje terminará às 18 horas e 30 minutos sem intervalo, decisão esta que foi tomada em conferência de líderes.

Tem a palavra, para produzir uma intervenção, o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ao iniciar-se este debate da moção de confiança apresentada pelo Governo a esta Assembleia é natural que nos interroguemos; antes de mais, sobre o significado político da sua apresentação.

Porquê esta moção de confiança em confronto com a votação obtida pelo Governo na apresentação do seu Programa — já que, tal como nos é apresentada, a moção tem rigorosamente a ver com esse mesmo Programa?

Nessa interrogação política haveremos, em primeiro lugar, de nos confrontar com os objectivos da apresentação de uma moção de confiança.

O Governo não desconhece, nem os Portugueses, o que se passou com o Programa do Governo, sete meses depois é ainda em relação ao Programa do Governo que o Executivo nos apresenta uma moção de confiança.

Como é evidente, o Governo não espera; com certeza ter desiludido os seus apoiantes de então. É natural, é óbvio que o PSD, que votou, como lhe cumpria, em apoio do Governo, que é o seu, não esteja desiludido com a acção governativa. Seria suicídio da parte do Governo, se essa desilusão existisse, vir aqui pedir à Assembleia da República que confirmasse, em termos notariais, essa situação.

Seria um exemplo, aliás verificado noutras circunstâncias — mas penso que não agora — de quando a Assembleia da República se substituía, com desvantagem, às decisões tomadas no âmbito dos partidos, que inclusivamente faziam cair os governos antes que eles caíssem no Parlamento.

Não é essa a situação actual e, portanto, não é essa uma hipótese com a qual nos possamos seriamente confrontar.

Espera o Governo ter desiludido o CDS?

Também penso que a expectativa governamental não será, certamente, a de ter desiludido nem o grupo parlamentar, nem o partido, nem os apoiantes do Centro Democrático Social. Mal iríamos se sete meses depois da apreciação do seu Programa do Governo este viesse aqui verificar que tinha desiludido alguma parte dos seus apoiantes aquando da votação desse mesmo Programa.

Então, que espera o Governo com a apresentação desta moção de confiança? Ter convertido à bondade das suas posições o Partido Comunista Português?

Esta é também uma hipótese que, pensamos, não merece seriamente a nossa ponderação ou apreciação, até porque o Governo tem assumido uma postura nos termos da qual o Partido Comunista Português é inconvertível. Não faria, portanto, sentido que viesse agora dizer que contaria com uma evolução das suas posições.

Espera o Governo que tenha evoluído positivamente a posição do Partido Socialista?

É certo, e foi há pouco recordado, que o Partido Socialista votou contra uma das moções de rejeição do Programa do Governo e se absteve em relação às outras duas. Mas não penso que este argumento aritmético tenha convencido o Governo. Certamente que o Governo não pensa que tirou um resultado de dois para um em relação à votação efectuada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Portanto, também não é legítimo esperar-se que, ao apresentar esta moção de confiança, o Governo tenha pensado numa evolução da posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em relação à posição que tomou perante o Programa do Governo.

Que espera, então, o Governo? Ver evoluir a posição do PRD? É só esse o objectivo da moção de confiança?

Para além do carácter limitativo que teria uma moção de confiança assim orientada e equacionada, creio que o que é natural e previsível, aquilo com que o Governo deve naturalmente contar, é que nenhum partido tenha razões para alterar o seu sentido de voto de Novembro. Ou seja, que o Governo fique rigorosamente na mesma situação em que já estava, com os apoios que sempre teve e com as críticas de que sempre dispôs.

Isto é o lógico, o natural e o que seria previsível por parte de qualquer observador atento, quanto mais por parte do Governo, que tem obrigação de ser mais do que um observador atento.

Por isso, põe-se a questão de saber qual é o efeito útil da apresentação desta moção de confiança.

Esse é, com certeza, motivo de interrogação e de preocupação, não apenas para o Parlamento e para os deputados, mas certamente também para todos os portugueses.

Tem-se dito que esta moção surge num momento escolhido, de acordo com um enquadramento também escolhido, de que até fazia parte a divulgação de algu-

mas sondagens, pelo que não seria mais do que um elemento particularmente importante dentro de uma manobra de propaganda.

De acordo com essa análise, o Governo não tem feito; tem encenado. Não convenceu, nem de resto podia convencer, nenhuma força política.

Creio que, para além de algum simplismo, esta análise merece uma certa reflexão.

O que tem de facto para nos apresentar este governo sete meses volvidos sobre a apreciação do seu Programa, para pretender, como dizia há pouco, que algumas forças políticas tenham eventualmente modificado a sua posição? Que elementos é que o Governo tem para nos apresentar, ponderando devidamente as circunstâncias e tendo em atenção o interesse nacional, que não é monopólio de ninguém, pois todos nós procuramos sustentá-lo e defendê-lo? Que razões, que argumentos tem para pôr na mesa o Governo que possam legitimamente convencer alguns de nós no sentido de modificar a apreciação inicial que dele fizemos.

Darei apenas três exemplos.

A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, aprovada em 1982, tem uma previsão de diplomas complementares, que são essenciais e cuja urgência todos temos presente.

Iniciativas legislativas ficaram aprovadas ainda em 1982 — não estou a revelar nenhum segredo, pois o professor Freitas do Amaral publicou um livro de que constam esses textos e, portanto, eles estão ao alcance de todos os portugueses.

Pois bem, sete meses volvidos sobre a sua posse, o Governo não conseguiu trazer aqui à Assembleia da República nenhum desses textos.

Aí está um exemplo da eficiência num campo crucial para a vida do País, quando sabemos que as Forças Armadas neste momento são confrontadas com a opinião pública a discutir da sua própria necessidade e utilidade.

A resposta é o silêncio por parte do Governo, que nem sequer as iniciativas legislativas essenciais aqui apresenta.

Desculpem-me algum humor, mas diria que, para quem tem tanto gosto pela hierarquia, pelo menos o regulamento das continências e das honras militares já devia ter saído.

Aplausos do PRD.

O segundo exemplo tem a ver com a agricultura.

Todos sabemos que a agricultura portuguesa é um dos problemas essenciais com que o País se defronta, que importamos mais de metade dos alimentos que consumimos, que os problemas estruturais da nossa agricultura se arrastam sem resolução há décadas, que o crescimento produtivo vem sendo extremamente reduzido e que esse facto não se deve sequer a falta de resposta dos agricultores, que se de alguma coisa podem ser acusados é até de excesso de resposta quando alguma política lhes é apresentada. É o caso dos pormares, é o caso do leite, é o caso da pecuária. Qualquer política que lhes é apresentada e que representa uma saída em termos de produção e de evolução tem imediatamente resposta, e até por excesso.

Pois bem, confrontados com a adesão à Comunidade Económica Europeia e com o desafio que essa adesão representa, confrontados com os problemas da modernização da agricultura portuguesa, da sua reestruturação, da justiça, inclusivamente, que devemos às nos-

sas populações rurais, da expectativa de futuro para os jovens agricultores, de uma população que abandonou os campos, de uma produção que continua deficiente, de uma organização estrutural que está por fazer, que tipo de resposta dispomos já? Cada um de nós, Sr. Presidente e Srs. Deputados, está confrontado com a ausência de resposta, com a ausência da resolução dos problemas, com a falta de celeridade que se impõe num sector em que cada dia que passa representa mais um atraso, em que cada tempo perdido é tempo que mais conta num atraso estrutural, numa dependência histórica.

E já que falamos da Comunidade Económica Europeia, aí os problemas avolumaram-se por falta de resposta atempada, por falta de informação, por falta de conhecimento dos Portugueses dos problemas com se defrontaram, por resoluções de que só conhecem alguns efeitos tardivamente e por terem conhecimento de algumas soluções com que não contavam, que não previam, que não esperavam, na medida em que o quadro traçado não era, de nenhum modo, para os preparar para dificuldades mas sim para um mundo de benesses e de optimismo.

O desafio não está a ser correspondido. E não está a sê-lo por deficiência de resposta por parte de quem a deveria dar e de quem nos deveria informar, porque sem informação não há resposta participada possível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com esta moção de confiança o que o Governo pretende fazer não é dizer-nos aquilo que não fez por sua própria responsabilidade, mas é tentar, mais uma vez, ocultar essa realidade e dizer-nos que aquilo que não fez é por culpa exclusiva da Assembleia da República.

Penso que isto é duplamente errado, porque nenhum governo, ao contrário do que parece pensar-se, tem a possibilidade de apresentar moções de censura à Assembleia da República. É bom que se tome nota e sê sublinhe isto.

Um exemplo paradigmático é, porventura, o constuído pelas declarações do Sr. Primeiro-Ministro a propósito dos fogos florestais. O Governo não preencheu as vagas de guardas-florestais, não desbloqueou atempadamente as verbas existentes para o Serviço Nacional de Bombeiros, o Governo não se equipou; o Governo não criou vigilância nas florestas; o Governo não tem uma política florestal; o Governo não tomou, em atenção, nenhuma medida que poderia ter implementado; decretou que os fogos só poderiam começar em Julho e os fogos não obedeceram ao decreto-lei.

Risos do PSD.

O Governo não tomou nenhuma providência e, em vez de reconhecer as suas próprias dificuldades, a sua própria inefficiência, os seus próprios obstáculos, as necessidades que havia para preencher e que, possivelmente, implicariam a colaboração de nós todos, o que o Governo fez foi dizer que a culpa é da Assembleia da República que ainda não aprovou uma lei que aumente as penas dos incendiários. E o Governo esqueceu-se, que também não dotou a Polícia Judiciária, que também não lhe deu os meios indispensáveis para a investigação, que também não lhe deu as fórmulas possíveis de actuação e que, para além da penalização dos incendiários, há um problema prévio que é descobri-los e prendê-los.

Aplausos do PRD, do PS, do PCP e do MDP/CDE.

Outro exemplo, igualmente esclarecedor, o Governo diz-nos que as suas propostas de lei não são apreciadas pela Assembleia da República.

Talvez valha a pena fazer o elenco.

A proposta de lei n.º 1/IV, sobre a Lei da Caça, foi aprovada na generalidade e em votação final; a n.º 2/IV, sobre o montante máximo de bilhetes do Tesouro em circulação, foi aprovada na generalidade e em votação final global; a n.º 3/IV, orçamento suplementar do Estado para 1985, igualmente; a n.º 4/IV, sobre salários em atraso, também. Quanto à proposta de lei n.º 5/IV, sobre a alteração do artigo n.º 2 do Decreto-Lei n.º 75/79, de 29 de Novembro, sobre a Radiotelevisão, o Sr. Primeiro-Ministro criticou, na sua intervenção inicial, o facto de a Assembleia da República não a ter tratado com a devida urgência. Sr. Primeiro-Ministro, porque não mencionou no seu discurso que, em 15 de Janeiro de 1986, o Governo retirou o pedido de urgência para apreciação dessa proposta de lei? Creio que teria sido bom essa verdade complementar tivesse sido acrescentada ao seu discurso, quanto mencionou a falta de urgência na apreciação desse pedido. O Governo, repito, retirou, em 15 de Janeiro de 1986, o pedido de urgência para essa proposta de lei.

A proposta de lei n.º 6/IV, em relação às leis laborais, foi rejeitada, foi-lhe recusada a urgência; as n.ºs 7/IV, 8/IV, 9/IV e 10/IV são da iniciativa da Assembleia Regional da Madeira; a n.º 11/IV é uma autorização legislativa, aprovada e votada e a n.º 12/IV trata de uma autorização legislativa para o Governo definir, no âmbito do Código das Sociedades Comerciais, os ilícitos criminais e determina as respectivas sanções penais. O Sr. Primeiro-Ministro disse, na sua intervenção inicial, que o prazo médio de apreciação pela Assembleia da República das propostas de lei é de 60 dias. Sr. Primeiro-Ministro, a conferência dos representantes dos grupos parlamentares aguarda há 90 dias — 90 dias — que o Governo defina se esta proposta de lei é para se discutir, qual o seu âmbito exacto e quando é que a pretende agendar.

Aplausos do PRD.

A proposta de lei n.º 13/IV é uma autorização legislativa e foi aprovada; a n.º 14/IV foi aprovada, como tal é uma lei; a n.º 15/IV é muito interessante porque estabelece as grandes opções do Plano para 1986. Foram aprovadas, Sr. Primeiro-Ministro. E, ao dia 25 de Junho de 1986, a Assembleia da República espera poder ver o Plano para 1986 que o Governo ainda não elaborou nem apresentou.

Aplausos do PRD.

A proposta de lei n.º 16/IV é o Orçamento do Estado; a n.º 17/IV foi aprovada; a n.º 18/IV foi aprovada; a n.º 20/IV foi agendada quando o Governo entendeu e está marcada a sua discussão; a n.º 20/IV foi aprovada, é a da Radiodifusão; a n.º 21/IV está impugnada; a n.º 22/IV, Lei Orgânica do Ministério Público, foi aprovada na generalidade; a n.º 23/IV, sobre as finanças locais, foi aprovada; a n.º 24/IV, sobre o licenciamento de estações emissoras de rádio, foi aprovada e temos, apenas, ainda não agendadas as propostas de lei n.ºs 29/IV, 30/IV, 31/IV e 32/IV, apresentadas, respectivamente, em 11 de Junho, as três primeiras, e em 17 de Junho, a última. E a Assembleia

da República espera que, na conferência dos representantes dos grupos parlamentares, o representante do Governo nos diga quais as matérias que pretende ver agendadas na semana que tem reservada para os seus trabalhos.

Sr. Primeiro-Ministro, aqui tem rigorosamente, o comportamento da Assembleia da República em relação às propostas de lei apresentadas pelo Governo.

Uma voz do PCP: — Muito bem!

Aplausos do PRD, do PCP e do MDP/CDE.

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro referiu-se, ainda, a alguns conflitos surgidos. Teremos ocasião de tratar deles. Mas, muito rapidamente, queria dizer-lhe que, em matéria do Orçamento do Estado, não creio que o Sr. Primeiro-Ministro encontre nenhuma disposição na Constituição nem nenhuma opinião de constitucionalistas, conceituados ou não, que recusem à Assembleia da República o poder de intervir no Orçamento do Estado.

O Sr. José Magalhães (PCP): — É evidente!

O Orador: — Creio que, qualquer que seja o Programa do Governo, mesmo quando os governos apresentam uma moção de confiança a seguir à apresentação do seu programa, o Orçamento do Estado continua a ser discutido na Assembleia da República e esta é a única responsável por esse Orçamento.

Quanto às ratificações, se pegarmos no *Diário da República*, de 24 de Junho, ou seja o de ontem, verificamos que, só no ano corrente, 1986, o Governo fez 156 decretos-leis. Não quero falar das portarias que constituem uma matéria complicada — são 317. Em todo o caso, gostava que o Sr. Primeiro-Ministro explicasse à Assembleia da República qual é a percentagem de pedidos de ratificações em relação a estes 156 diplomas, elaborados pelo Governo, e quais as razões de discussão de alguns deles.

E porque, às vezes, alguns dirigentes políticos aparecem, em debates, camouflados de analistas ou comentadores...

Risos do PS.

... porque houve analistas que se demitiram e passaram a ser comentadores...

Aplausos do PRD, do PS, do PCP e do MDP/CDE.

Gostaria de lhe dizer que o pedido de ratificação — que causa alguma estranheza a alguns comentadores — da Lei Orgânica do Ministério do Plano e da Administração do Território só se produziu porque, ultrapassando as suas competências e entrando na competência própria da Assembleia da República, o Governo entendeu legislar sobre os órgãos de planeamento. E essa é uma competência da Assembleia da República.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Muito bem!

Aplausos do PRD, do PCP e do MDP/CDE.

O Orador: — E já agora, Sr. Primeiro-Ministro, creio que seria útil para os Portugueses saberem que, se até à data o Tribunal Constitucional não conside-

rou que a Assembleia da República tenha interferido, de algum modo, na actividade do Governo, já considerou constitucional um diploma do Governo, por ter entrado na área da competência da Assembleia da República.

Aplausos do PRD, de alguns deputados do PS e de alguns deputados do PCP.

A moção, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não tem, portanto, fundamento. Revela gosto pelo drama em vez da serenidade e da estabilidade de que precisamos. A moção — foi dito por um dos tais analistas ou comentadores — ...

Risos de alguns deputados do PRD.

... representava, em termos de trânsito, a abertura de uma luz. O Governo precisa de uma luz verde, amarela, encarnada, de uma luz qualquer. E eu direi que é este ponto que é exacto, uma luz qualquer, porque o Governo tem medo da própria sombra e a luz lhe serve para dissipar os terrores nocturnos.

Risos do PRD.

O que todos esperamos é que não molhe a cama.

Aplausos do PRD, de alguns deputados do PS e de alguns deputados do PCP.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se a moção tivesse fundamento, o que tal significava, pura e simplesmente, é que a viabilização de um programa de governo se traduziria na dissolução automática do Parlamento. Quer dizer que o Parlamento, por ter aprovado um programa, ficava impedido de chamar diplomas à ratificação, ficava proibido de fiscalizar, ficava impedido de legislar porque o programa cabe ao Governo e tudo quanto não está no programa é naturalmente interdito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se a viabilização de um programa significasse a sua imutabilidade, em que nenhuma vírgula, nenhuma gralha, pudessem ser alterados com certeza que, no entendimento de comentadores constitucionalistas que assim pensam, o Parlamento não tem nenhuma razão de existir.

O Sr. José Magalhães (PCP): — É evidente!

O Orador: — Podíamo-nos todos ir embora tranquilos.

Creio que isto é tanto mais absurdo quanto pretende significar que mesmo a aplicação de uma medida implica a coincidência necessária por parte do Parlamento com o meio achado e com o próprio tempo para a implantar. Quer dizer, o Parlamento nem sequer juízos de oportunidade e juízos sobre a adequação dos meios às finalidades poderia fazer, no entendimento governamental, da aprovação do seu programa. Creio que isto é importante e é tanto mais importante quanto sabemos que até incomoda o Governo — porque, com certeza, teria mais que fazer do que responder aos deputados — responder a uma média de um requerimento deputado/mês. Que excesso! Que exagero!

Risos de alguns deputados do PCP.

Especialmente quando comparado com o ritmo de outros parlamentos. E que diria o Sr. Primeiro-Ministro se confrontando, por exemplo, com 27 634 requerimentos feitos num ano, na Grã-Bertanha...

Risos de alguns deputados do PRD e de alguns deputados do PCP.

Sr. Primeiro-Ministro, o que faria um governo numa destas situações tão profundamente «antidemocrática», como a da Inglaterra, em 1974, ou — e estou a citar dados, já velhos, da União Interparlamentar —, como a da França em que, no mesmo ano, foram feitos ao Governo cerca de 9000 requerimentos (e estou a distinguir entre as questões escritas e as orais do regimento da Assembleia Nacional francesa)?

O Sr. José Magalhães (PCP): — Um exagero!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nos termos constitucionais compete ao Governo conduzir a política. O Governo é o órgão da condução geral da política do País, diz o artigo 185.º da Constituição. E não serão precisos os conceituados constitucionalistas, bastará um vulgaríssimo dicionário, para mostrar a diferença que existe entre conduzir e definir uma política.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Exacto!

O Orador: — E se, para além desta dúvida que o dicionário certamente lhe dissipará, qualquer constitucionalista quiser pensar a nossa Constituição, então verificará que há competências da Assembleia da República, que há competências do próprio Presidente da República, que sempre se exercem qualquer que seja o Programa do Governo, mesmo que aprovado com moção de confiança a seguir à sua discussão. Quer dizer, a solicitação de um voto de confiança não pode significar a vinculação da Assembleia da República a permitir ao Governo o total cumprimento do seu programa com demissão automática dos outros órgãos de soberania. A aprovação de uma moção de confiança apenas significa — e não ultrapassa esse significado — que a Assembleia da República, de quem o Governo depende (peço desculpa de estar a sublinhar estas noções elementares mas parece que é preciso), ...

O Sr. José Magalhães (PCP): — Não faz mal. É preciso!

O Orador: — ... mesmo quando dá um voto de confiança ao Governo, apenas lhe está a transmitir que o considera capaz de dar execução ao acordo político e que, em cada momento, vai resultando da actuação conjunta do Parlamento e do Governo e que, consequentemente, aceita a sua manutenção em funções e apenas isso.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Isso é imaginativo!

O Orador: — Não é imaginativo, Sr. Deputado Silva Marques, é constitucional.

Risos e aplausos do PRD.

O Sr. Silva Marques (PSD): — É uma interpretação imaginativa.

O Orador: — Se o Sr. Deputado Silva Marques tem dúvidas, bastar-lhe-á ler a Constituição e verificar que, independentemente da aprovação de uma moção de confiança, a Assembleia da República mantém o seu poder de chamar a ratificação os decretos-leis elaborados pelo Governo. Não nega, certamente, ...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Claro, claro.

O Orador: — ... mantém o poder de fiscalizar a acção do Governo, mantém o poder de, em relação a cada iniciativa legislativa, a votar ou não favoravelmente, sob pena de ser um carimbo e não uma instituição. É verdade ou não, Sr. Deputado?

O Sr. Silva Marques (PSD): — As duas coisas são diferentes.

O Orador: — E, inclusivamente, Sr. Deputado Silva Marques, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Assembleia da República mantém o poder de aprovar medidas que significam alterações ao próprio Programa do Governo. Assim como o próprio Governo não está impedido de alterar o seu próprio programa, porque as modificações conjunturais o podem levar a isso.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado, se, de facto, no caso que configura, passava a existir um poder simultâneo da Assembleia e do Governo sobre a política governativa, que sentido teria, então — para efeitos de investidura do Governo —, deixar passar o seu programa? Não tinha sequer sentido a existência da possibilidade de uma moção de rejeição do Programa. Não haveria razão para tal, pois os dois órgãos teriam a possibilidade de governar simultaneamente.

O Orador: — Não, Sr. Deputado, está completamente enganado, está tão completamente enganado que o seu entendimento significaria a submissão da Assembleia da República em favor do Governo..

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não, não.

O Orador: — Ora bem, a Assembleia da República não se demite, nem pode limitar-se das suas funções pelo facto de ter investido um determinado governo: mantém os seus poderes de orientação, o Governo continua a depender dela e mantém os seus poderes de fiscalização.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Mas sem programa, Sr. Deputado?

O Orador: — E o Programa do Governo não tem outro objectivo que não seja o de delimitar os contornos da própria acção governamental. Se por acaso pretendesse alterar o seu programa de governo, se fosse forçado — e pode ter de fazê-lo — (as circunstâncias mandam e, tal como este governo beneficia da queda do dólar e da queda do preço do petróleo, podia acontecer que as circunstâncias se alterassem, que subisse o dólar, que subisse o preço do petróleo, e que o

Governo viesse, aqui, dizer-nos que os dados sobre os quais tinha raciocinado se tinham alterado), competia à Assembleia da República aceitar essa alteração.

Portanto, a Assembleia da República tem, sempre, o poder e o dever de alterar as orientações que constam do próprio programa do Governo e as limitações do Governo é que são de molde a que não pode alterar esse programa, sozinho, sem vir aqui à Assembleia da República. A situação é inteiramente diversa daquela que o Sr. Deputado configura e só vem reforçar o papel da Assembleia da República.

O Sr. Silva Marques (PSD): — E substituir o Governo.

O Orador: — Ora bem, para além disto...

O Sr. José Magalhães (PCP): — É o bê-á-bá!

O Orador: — Para além disto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se o papel do Governo fosse aquele que o Sr. Deputado configura, aproximar-se-ia daquilo que caracterizou uma pessoa de quem sou bastante amigo — refiro-me ao Prof. Jorge Miranda —, quando disse que «há quem pense no chamado governo representativo simples, ou seja, na situação em que ao órgão representativo não é dado qualquer papel activo na definição da política nacional que cabe, totalmente, ao Executivo, o qual não é representativo da maioria do eleitorado». Creio que esta missão ou este objectivo são, só por si, esclarecedores.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Isso é optimismo.

O Orador: — Creio que podíamos ir mais longe e falar, até, no ideal de uma monarquia electiva, possivelmente tornada absoluta...

Risos de alguns deputados do PRD.

... napoleónica, talvez, em que se dissesse, como Napoleão, que o trono é só um pedaço de madeira coberto de panos porque o trono é o homem — cito Napoleão, é evidente — e esse homem sou eu, sou a minha vontade, o meu carácter, a minha reputação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que é um ideal que não o nosso, o de uma sociedade onde a intolerância e a violência fossem as criadoras da representatividade, em que a cultura tivesse por base as telenovelas, a linguagem fosse reduzida à onomatopeia, o sistema de valores fosse aferido em termos de satisfações imediatas e houvesse o curto-circuito das instituições.

Esta moção, possivelmente, tem a ver apenas com a antropologia, porque é uma reacção primitiva o tentar esconjurar por um acto simbólico o medo. As tentativas de socialização da angústia não «pegam»!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que haverá um momento em que chega o cansaço, porque não se vive heroicamente todos os dias. Não é possível continuar a falar de estabilidade e a gerar um clima de intransquilidade.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, na campanha eleitoral que conduziu à derrota de Churchill, os ingleses explicavam que Shakespeare não pode estar quotidianamente no cartaz. Creio que é uma boa lição para todos nós e que talvez valha a pena meditar nela, neste debate de uma moção de confiança.

Aplausos do PRD, do PS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Victor Hugo Sequeira, Silva Marques e Mendes Bota e o Sr. Primeiro-Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Hugo Sequeira.

O Sr. Victor Hugo Sequeira (PS): — Sr. Deputado Magalhães Mota, ouvi e segui com bastante interesse a sua intervenção.

Para além de outros considerandos de ordem política, V. Ex.^a teve a preocupação de fazer, embora não muito exaustivamente, um balanço daquilo que foi o trabalho produzido na actual sessão legislativa pelo Parlamento Português. Não penso que tenha modificado o comportamento do Governo em relação, nomeadamente em termos comparados, ao ter de deixar de trabalhar muito para passar a trabalhar pouco, designadamente quanto ao número de requerimentos apresentados no Parlamento da Grã-Bretanha.

Todavia, porque a intervenção de V. Ex.^a foi categórica num aspecto e teve a preocupação de centralizar toda, escalpelizando exaustivamente o trabalho deste Parlamento,pareceu-me encontrar nas razões entendidas por V. Ex.^a, para a apresentação desta moção política pelo Governo, o facto de residir em parte no trabalho desenvolvido pela Assembleia da Repúlcia o retirar de condições ou a obstaculização à actividade governativa do Governo.

Porque V. Ex.^a demonstrou aqui cabalmente que essa relação Assembleia da República-Governo, no sentido de obstaculizar a acção do Governo, é efectivamente fictícia do ponto de vista do comportamento político deste Parlamento, e não existindo, pois, esta razão para a moção política, pergunto se não entende V. Ex.^a que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 227.º, o Governo deveria retirar essa mesma moção política.

Risos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado Magalhães Mota, não volto à discussão da lógica do funcionamento das nossas instituições.

De qualquer modo, há-de aceitar que, assim como o Sr. Deputado considera que, sendo um governo minoritário, a lógica da governação é a de esta ser feita, simultaneamente, em consonância com os acordos políticos que se vão celebrando pelo Governo e pela Assembleia da República, eu considere que, sendo um governo minoritário e deixando a Assembleia passar esse governo, ela aceita implicitamente — porque isso é do domínio da sensatez elementar e da razoabilidade das coisas — que o Governo passe a governar segundo o seu programa. Se o Governo governar contra o programa que foi viabilizado, então tem sentido que a Assembleia da República o chame «à pedra» e lhe diga: «Afinal de contas, o Governo está a fazer uma coisa diferente daquela que viabilizámos.»

Mas não vou continuar a discutir esta questão. No fundo, os nossos argumentos resultam do nosso comportamento concreto, sobretudo quando chega a postura da votação.

Dai que eu tenha levantado hoje o problema de que a política exige uma coerência de comportamento, embora o Sr. Deputado a quem coloquei a questão se tivesse socorrido de um comentário adjetivante, que está em voga, à falta de argumentos e de ideias.

Mas passemos ao pedido de esclarecimento, pois foi sobretudo para isso que pedi a palavra.

Devo dizer que aprecio imenso o Sr. Deputado, sobretudo como fonte de informação. Muitas vezes não estou de acordo politicamente com o Sr. Deputado, mas quando o Sr. Deputado intervém informando e falando de factos, de acontecimentos, dou isso como certo e sirvo-me disso mesmo para minha própria utilização.

Daí que eu tenha ficado surpreendido com uma afirmação que fez no sentido de que a razão do pedido de ratificação da Lei Orgânica do Ministério do Plano tinha sido a de o Governo ter interferido na reserva da Assembleia da República, visto que cabe a esta definir o sistema de planeamento, a composição do Conselho Nacional do Plano, a determinação das regiões-plano, e a definição do esquema de órgãos de planificação regional. Mas quem é que legislou sobre esta matéria? Será que o Sr. Deputado identifica como situando-se nesta alínea do artigo da Constituição as comissões de coordenação regional, quando elas são meras detenções do Ministério da Administração Interna, ou, no momento actual, do Ministério do Plano?

Trata-se, neste caso, de um lapso de informação do Sr. Deputado, o que não significa que retiro a credibilidade genérica à sua informação, que é normalmente bastante boa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, pergunto se é possível, em vez de pedir esclarecimentos, prestar uma informação à Câmara:

O Sr. Presidente: — Sob a figura do pedido de esclarecimento, o Sr. Primeiro-Ministro pode dizer aquilo que entender.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Governo gostaria de responder a todas as questões, desde a do Plano, cuja data de apresentação termina no dia 30 deste mês (pelo que ainda não terminou), até à dos incêndios.

Quanto aos incêndios, o Sr. Deputado, que já foi Ministro da Administração Interna, sabe que eles ocorreram nessa altura e que vão continuar a ocorrer. Mas sabe, também, que, pela primeira vez, foram antecipadamente tomadas medidas não só para prevenir, como também para remediar os incêndios, e que os bombeiros foram dotados de meios, facto que eles reconhecem.

Mas não era isso o que queria esclarecer. Basicamente, o que quero esclarecer é a parte relativa à CEE, porque penso que as afirmações que fez só podem resultar de falta de informação.

Sr. Deputado, houve um ponto em que o anterior governo nunca conseguiu chegar a acordo: o da coordenação entre departamentos para conseguir preparar os projectos e obter os fundos. Nós ultrapassámos esse problema, Sr. Deputado. Todos os projectos foram apresentados, corrigidos naquilo que era necessário corrigir, mereceram a sua aprovação, na generalidade, por parte da Comissão e foram considerados como bem preparados.

Dizia-se que a entrada de Portugal na CEE seria um caos, mas, afinal, não o foi. Estamos a conseguir marchar razoavelmente bem dentro das Comunidades.

Sr. Deputado, várias negociações difíceis tivemos de enfrentar. Fizémo-las com todo o cuidado e, como disse há pouco, nunca na praça pública, tentando sempre defender os interesses nacionais. Penso que conseguimos em vários sectores, como acontece — já o mencionei — nas relações com a EFTA e no Protocolo 17.

Também no domínio da agricultura conseguimos o reconhecimento de uma exceção para Portugal, o que não foi fácil. Ainda há pouco, em Lisboa, o senhor Comissário responsável pela Comunidade me dizia: «Parece que vai ser possível satisfazer em todos os aspectos os pedidos de Portugal.»

O que o País nunca pode vir fazer é vangloriar-se de que ganhou, porque isso seria a forma de criar anticorpos na nossa vizinha Espanha ou em qualquer outro país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não podemos dizer que ganhamos nas regras de origem, o Governo nunca o dirá e penso que os senhores deputados nunca o poderão dizer, pois obtivemos um resultado que é satisfatório para ambas as partes. É assim que temos de negociar!

Se me pergunta-se estou satisfeito, terei de responder que não estou, pois era possível e conveniente conseguir mais.

Mas existem vários outros aspectos.

No domínio do FEDER, já atingimos a *fourchette* mínima, e tenho a convicção de que a vamos ultrapassar. O Sr. Deputado sabe muito bem as dificuldades orçamentais da Comunidade, que são muito e muito grandes. Tenho de ser muito sintético, mas posso dizer-lhe que neste momento temos um saldo a nosso favor de 21 milhões de contos, pelo que, até este momento, Portugal não é um contribuinte líquido. Temos de lutar para que continue a ser assim no futuro.

Sr. Deputado, as adaptações na nossa legislação decorrentes da nossa entrada na CEE são inúmeras. Se consultar os *Diários da República*, pode verificar o que fizemos, como, por exemplo, em matéria aduaneira, em matéria comercial, no direito de estabelecimento e nos assuntos sociais. Pensamos que fomos capazes de dar resposta a esta solicitação enorme, porque ninguém imagina o que é *the time consuming* na preparação de toda esta nova legislação.

Quanto à informação, podemos estar em falta nalguns aspectos, mas mandámos a esta Assembleia muita informação. Os membros do Governo têm aqui vindo e manifestam total abertura para fornecer tudo aquilo que possuímos, pois a Assembleia está no seu legítimo direito.

Sr. Deputado, tenho imensa pena de não ter tempo para acrescentar mais informações.

Penso que, em relação à CEE, como noutras pontos, foi tremendamente injusto.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Sr. Deputado Magalhães Mota, a sua intervenção não me surpreendeu,

porquanto, para quem, como o PRD, tinha no seu planeamento estratégico fazer apenas o balanço da actividade governativa e do cumprimento do Programa do Governo ao fim de um ano de governação, certamente que esta antecipação da moção de confiança veio perturbar ligeiramente os vossos planos estratégicos e táticos.

O Sr. José Magalhães (PCP): — O Sr. Deputado não percebeu nada!

O Orador: — Em segundo lugar, o Sr. Deputado Magalhães Mota pretendeu vir aqui provar, perante o Parlamento, que o Governo, afinal de contas, é mau, não governa e não cumpre o seu Programa e que a moção de confiança se trata apenas de uma manobra de propaganda, de um espectáculo, de um drama. Relativamente à afirmação de que o Governo não cumpriu o Programa, especificou uma série de detalhes, em que nem escaparam as laranjas dos pomares com vista à CEE.

Então, pergunto o seguinte, Sr. Deputado Magalhães Mota: se este Governo é tão mau, afinal por que é que perguntou que razões haveria para que os partidos que viabilizaram, em Novembro de 1985, o Programa deste Governo alterassem a sua posição? Então, se é tão mau na sua acepção e no seu entendimento, o PRD tem razões para mudar a sua opinião em relação à sua posição de Novembro de 1985.

Assim, estão ao dispor desta Assembleia os mecanismos — também nesta moção — para dizer aquilo que pensa, nomeadamente se quer ou não que o Governo continue.

É preciso que os partidos assumam com coragem aquilo que pensam e mostrem na prática ao povo português que não concordam com a existência deste Governo. É necessário que os partidos assumam por inteiro essa posição.

Disse também o Sr. Deputado Magalhães Mota que a Assembleia da República aprovou a maioria das propostas do Governo. É possível que tenha aprovado a maioria delas na generalidade, mas pergunto: e na especialidade não as mutilou, não as adulterou, não troucou a lógica de algumas dessas propostas do Governo?

Disse igualmente que não interessa ao Governo mais do que uma manobra de propaganda. Mas pergunto: e o Governo estará interessado na aprovação pura e simples de uma moção de confiança e em que tudo continue daqui para a frente como se tem processado até agora? Diria que não. A Assembleia da República tem de dizer muito claramente se constitui ou não uma alternativa de Governo ao actual governo do PSD. E então, se constitui, que assumam com coragem o seu derrube!

Diz o Sr. Deputado que a Assembleia da República não quer ser o carimbo do Governo. Perguntaria: e o Governo quererá ser apenas e meramente o selo branco da Assembleia da República?

Depois, referiu-se o Sr. Deputado ao número de requerimentos. Diria que, nem na Inglaterra nem na França, nenhum governo desses resistiria se lá houvesse muitos deputados com a produtividade «requerimental» do Sr. Deputado Magalhães Mota.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PRD: — Muito mal!

O Sr. Ministro das Finanças (Miguel Cadilhe): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Ministro das Finanças?

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Presidente, desejaria apenas fazer uma nota adicional à intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, decorrente da intervenção do Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Ministro das Finanças quiser usar a figura regimental do pedido de esclarecimento, a Mesa não se opondrá, nem se pode oponer, a que V. Ex.^a use da palavra, embora não estivesse inscrito para esse efeito.

O Sr. Ministro das Finanças: — Assim farei, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Magalhães Mota, habituámo-nos a seguir muito atentamente as suas intervenções.

No que respeita às relações entre Portugal e a Comunidade Económica Europeia, o Governo tem procurado cumprir o mais possível com aquilo que tem de cumprir e retirar para Portugal as vantagens que pode e deve retirar.

Quanto ao cumprimento das suas obrigações, o Governo tem vindo a mudar, por exemplo, o quadro legal, designadamente em matéria aduaneira. Só não conseguiu cumprir — e aqui a Assembleia da República tem, de facto, uma responsabilidade maior — a recomendação, não só da CEE mas também da OCDE, de mudar urgentemente, para bem da economia portuguesa, dos desempregados e desses milhares de jovens que procuram emprego e não o encontram, a legislação laboral em Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Depende de vós, senhores deputados, essa mudança. VV. Ex.^{as} tiveram a matéria nas mãos!

Sr. Deputado Magalhães Mota, neste campo o Governo não conseguiu cumprir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Penso que os vários pedidos de esclarecimento formulados me permitem explicitar, ainda que rapidamente, alguns dos pontos da minha intervenção que tivessem ficado em aberto.

Começaria, segundo a ordem por que foram formulados os pedidos de esclarecimento, por responder ao Sr. Deputado Victor Hugo Sequeira.

É evidente que não me compete apreciar se o Governo deve ou não retirar a sua moção.

A propósito do trabalho desenvolvido pelo Governo e pela Assembleia da República, será curioso assinalar — e porque penso que esta matéria lhe interessará — a resposta que o Governo nos deu em relação a um dos âmbitos específicos da sua actividade. O Ministério do Trabalho e da Segurança Social diz-nos, no segundo parágrafo da informação que nos prestou relativamente ao requerimento que apresentámos sobre a execução do seu programa e as matérias desenvolvidas, o seguinte: «Os objectivos do Programa do Governo para quatro anos foram, em escassos sete meses de aplicação, alcançados.» Devo dizer que fiquei com algum medo de que o Sr. Ministro do Trabalho acrescentasse a lista dos desempregados deste país, mas penso que aqui tem uma informação esclarecedora...

O Sr. Deputado Silva Marques pergunta-me se um governo minoritário está sujeito a acordos políticos.

Quero esclarecer o Sr. Deputado Silva Marques que a questão, que tive o cuidado de não incluir na minha intervenção, não é a de saber se o Governo era ou não minoritário. Este governo foi empossado e viu o seu Programa viabilizado, pelo que é um governo em plenitude de funções.

Creio que aqui não podemos estabelecer nenhuma diferença e que o papel da Assembleia da República também não é diferente. Ou seja, a Assembleia da República tem a mesma função legislativa e a mesma função fiscalizadora dos actos do Governo, quer este seja minoritário, quer não.

Vozes do PRD e do PS: — É claro!

O Orador: — Pena é que algumas vezes, em relação a governos maioritários, vários deputados e grupos parlamentares se tenham demitido das suas funções legislativas e fiscalizadoras!

Aplausos do PRD.

O que isto significa muito claramente — e procurei dizer isso — é pura e simplesmente que a Assembleia da República exerce as suas funções de controle e fiscalização e, quando elas chegam ao ponto extremo de ruptura, quer em relação à política geral assumida pelo Governo, quer em relação a um aspecto particular dessa política, apresenta, se assim o entende, uma moção de censura. Não a apresentou, o que penso que esclarece o Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Silva Marques — e este é um ponto importante — tem uma visão bíblica do Programa do Governo. E os deputados — de um parlamento qualquer — não são catecúmenos perante um programa de governo, pois têm uma função fiscalizadora, controladora, que se exerce quotidianamente e não se demitem pelo facto de haver um programa. É essa noção que o Sr. Deputado precisa de adquirir.

Vozes do PRD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao pedido de ratificação em relação ao planeamento, pediria ao Sr. Deputado que lesse cuidadosamente o diploma, para verificar que, no âmbito de uma lei orgânica de um ministério, se introduziram dispositivos que contendem com a alínea m) do artigo 168.º da Constituição, relativamente ao funcionamento de planeamento.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Por exemplo?

O Orador: — O Sr. Deputado fará o favor de conferir o diploma e verificar que assim é.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não detectei! Ajude-me!

O Orador: — Sr. Deputado, penso que o Sr. Deputado conseguirá facilmente alguém que lho explique. *Risos.*

Quanto àquilo que me diz o Sr. Primeiro-Ministro em relação às medidas tomadas quanto à CEE e, portanto, ao modo como estamos a responder ao desafio, enunciaria apenas quatro ou cinco problemas em relação aos quais os Portugueses se interrogam, naturalmente, sobre o modo como os interesses nacionais têm sido defendidos.

Não farei a injúria ao Governo — o Sr. Primeiro-Ministro conhece-me há anos suficientes para saber que a não farei — de dizer que tenha havido da parte do Governo qualquer tentativa de não pôr o seu melhor nessa discussão. Pois com certeza.

O que creio é que temos todos o direito de nos interrogar e criticar o Governo face a resultados obtidos, e refiro-me à questão dos atuneiros, à dos têxteis, à das regras de origem, à do nosso relacionamento comercial com a Espanha e à da agricultura portuguesa face à CEE. São apenas cinco grandes temas e, numa intervenção que um deputado da minha bancada fará, teremos ocasião de os debater mais profundamente.

Em relação à agricultura, o problema crucial da Comunidade é, de facto, o da modificação de uma política agrícola comunitária, pensada em relação às agriculturas do Norte e não em relação às agriculturas do Sul. Creio que aí temos um papel a desempenhar, o que não tem acontecido tão activamente como talvez nos fosse exigido perante as dificuldades que temos e os desafios que nos são colocados.

Sr. Deputado Mendes Bota, eu disse há pouco ao Sr. Deputado Silva Marques uma coisa específica. A si, dir-lhe-ei na generalidade: o Sr. Deputado Mendes Bota na sua bancada encontrará, com facilidade, quem lhe explique a minha intervenção.

Risos do PCP.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Trazia o discurso escrito!

O Orador: — É que o Sr. Deputado rigorosamente não percebeu aquilo que eu disse. O defeito foi meu, com certeza, mas encontrará certamente quem lhe explique e quem traduza melhor o meu pensamento.

A antecipação da moção de confiança, a lógica das propostas, o que espera o Governo, Sr. Deputado, todas as suas questões representam um tal desfasamento em relação àquilo que pretendi dizer que, de facto, só depois dessa explicação é que nos conseguimos entender e então prestar-lhe-ei todos os esclarecimentos que entender necessários.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Era para a TV, não era para si!

O Orador: — Quanto à apostilha do Sr. Ministro das Finanças em relação à intervenção do Sr. Primeiro-Ministro sobre as relações com a Comunidade Eco-

nómica Europeia e a legislação laboral, devo dizer ao Sr. Ministro das Finanças que estamos à vontade. Foi dito, redito, várias vezes repetido, que o Governo teria um caminho fácil ao seu alcance para fazer uma discussão, a qual era a de aqui nos apresentar propostas de lei.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Presidente da Comissão de Administração Interna e Poder Local convoca os Srs. Deputados que fazem parte da referida Comissão para a reunião que se realiza, hoje, na sala n.º 250-K, pelas 17 horas e 30 minutos.

Aproveito a oportunidade para lembrar os Srs. Deputados que fazem parte da Comissão Eventual para o Diálogo e Cooperação entre Portugal e o Brasil, e respectivas instituições parlamentares, que, às 17 horas, o Sr. Vice-Presidente Carlos Lage dará posse aos membros desta Comissão no antigo gabinete do Conselho de Ministros.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Zita Seabra.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O que hoje estamos a discutir não é uma moção de confiança ao Governo: é um voto de censura à Assembleia da República, um verdadeiro ultimato inserido numa estratégia de tensão e diversão políticas de que o Primeiro-Ministro tem usado e abusado desde que tomou posse.

Este tem sido por excelência um governo de chiliques, crises e desmaios. Logo em 1985 fez de um simples orçamento suplementar um enorme psicodrama. O debate do Orçamento de Estado para 1986 foi para o Governo a tragédia que se sabe e recusa-se a cumprir algumas das alterações introduzidas.

Da aprovação da lei sobre salários em atraso disse o pior, inclusive que não ia cumpri-la.

Mas, desde há tempos, mais precisamente desde o Congresso do PSD, começaram a manifestar-se os sinais de encenação que hoje tem por quadro esta moção de confiança.

O Governo relançou a campanha contra a Assembleia da República e os partidos de oposição. Multiplicou queixas de que lhe eram negados os meios para governar e artilhou a operação pacote laboral. São completamente falsas as acusações de falta de celeridade e obstrução dirigidas à Assembleia da República e impressiona a facilidade e a incompetência com que foram manipuladas as estatísticas legislativas sobre as propostas do Governo!

O Sr. José Magalhães (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — O Governo sabia bem que as implicações da revisão das leis laborais são tão importantes e delicadas que não as poderia obter por autorização legislativa. Sabia, aliás, há mais de cinco meses (desde o debate da urgência) que esta autorização lhe seria negada. Mas insistiu em pedi-la.

Esta insistência, senhores deputados, tem menos a ver com a legislação laboral em si mesma do que com a operação política dos estrategas do Caldas a que hoje assistimos.

Trata-se, sem dúvida, de uma operação premeditada, criada artificialmente. E será curioso verificar, hoje à noite, que imagem a RTP vai dar deste debate: se o tom doce e suave que o Sr. Primeiro-Ministro aqui nos aparece, se o tom arreganhado de um debate do partido do Governo que nos traz um discurso de casa.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Para a TV!

A Oradora: — Importa, também analisar os pressupostos, as razões e as consequências da atitude governamental.

O grande pressuposto do Governo é este: está convencido da impunidade, julga gozar de imunidade, acha-se sem alternativa. Foi isso que o Primeiro-Ministro claramente revelou na televisão quando repôs quinze vezes a vontade de continuar no Governo, de não se demitir nem ser demitido.

Esta convicção do Primeiro-Ministro, agora um bocadinho menos convicta, resulta da avaliação que faz do comportamento político do PS e do PRD na presente conjuntura. Por isso, o Primeiro-Ministro desafia os partidos da oposição e a Assembleia, ameaça, lança com arrogância descabeladas acusações, falsifica, calunia até.

Ao Sr. Primeiro-Ministro (que é visivelmente um apaixonado da roleta russa) apetece lembrar que tantas vezes vai o cântaro à fonte que algum dia parte!

Mas cabe perguntar: por que se sujeita, apesar de tudo, o Governo a vir aqui ouvir críticas, reservas, provas da sua incompetência, factos reveladores do agravamento da situação económica e social?!

A questão é esta senhores deputados. O Governo tem consciência da sua profunda fraqueza, mas pretende escondê-la ao País.

Pretende confundir, gerar uma falsa imagem de força, alijar as suas responsabilidades na grave situação que o País vive, imputar à Assembleia da República e aos partidos da oposição tudo o que de mal acontece.

E há nisto, senhores deputados, a revelação da verdadeira natureza do Governo, da sua concepção da democracia, da forma como se acomoda mal ao regime democrático e ao normal funcionamento das instituições.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — O Governo considera intolerável que a Assembleia da República exerça as suas competências legislativas e fiscalizadoras (chama-lhes «obstrução»); não se resigna com o facto de os partidos de oposição terem o direito de ser oposição e exercerem os seus direitos (acusa-os logo de «irresponsabilidade»), tal como não tolera que os cidadãos lutem pelas suas reivindicações, pela melhoria das condições de vida, contra decisões governamentais injustas e abusivas (vê logo nisso subversão e «insegurança interna») e por isso quer uma lei que o autorize a fazer escutas, apreender correspondência, deter cidadãos.

O Sr. José Magalhães (PCP): — É inacreditável!

A Oradora: — É inaceitável que um governo se arogue, como fez na segunda-feira e acaba de repetir o Sr. Primeiro-Ministro, o monopólio do saber, da competência, os méritos de tudo o que de bom acontece, mesmo que seja obra da Assembleia da República (como foi o caso da baixa do imposto profissional) e que responsabilize os partidos de oposição por todos os males, mesmo recorrendo à falsificação, como sucedeu com o incêndio de Águeda.

Esta identificação do Governo com a Pátria e a tentativa de identificar a oposição com a «irresponsabilidade»

dade» e a «lesão do interesse nacional» lembra, porém, outros tempos. Os democratas ouviram isso durante muitos anos e foi também para acabar com isso que se fez o 25 de Abril.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — O recurso a tais métodos é, pois, inquietante. Mas não deixa de revelar que o Governo tem medo, está inseguro. O Governo é minoritário e teme uma alternativa política gerada pelos partidos que se lhe opõem. E teme-a tanto mais quanto sente crescer os sinais do fracasso da sua política e do seu isolamento social.

Os trabalhadores portugueses têm, através das suas lutas, infligido severas derrotas ao Governo, numa demonstração de organização, combatividade e determinação. De Novembro de 1985 a Maio deste ano tiveram lugar, num balanço incompleto, 917 lutas de empresas, das quais 245 assumiram a forma de greve. Furaram o tecto salarial os trabalhadores da Carris, do Metropolitano, dos TIR, da Autosil, do Entreposto, da Sincoral, das Minas do Pejão, da COMETNA, da Torralta, do Transtejo, da CP, da Tomé Feteira, COVINA, EPAC, Cervejas, FIAT, Cabos de Ávila, CELCAT, Hotelaria e Transportes Rodoviários da Madeira, Indústria Açucareira, EPAL, Petroquímica, PETROGAL, Abastecedores de Aeronaves, Moagens, Garagens, Farmácias e outras.

Os trabalhadores souberam recorrer à greve, a marchas de protesto, vigílias, concentrações, manifestações. Foram da Marinha Grande a Genebra de bicicleta e colheram, ao longo de centenas de quilómetros, a solidariedade internacionalista para a sua luta contra os salários em atraso.

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e da deputada independente Maria Santos.

É disto que o Governo tem medo: da resistência oposta à sua política unconstitutional e injusta. A resistência dos trabalhadores da Reforma Agrária contra esbulhos e abusos dos que lhes querem tirar a terra que trabalham; a resistência dos pequenos e médios agricultores, comerciantes, industriais ...

Este crescendo de lutas, senhores deputados, não resulta do acaso: é a justa resposta a uma política lesiva do povo e do País, cujos resultados negativos são hoje inegáveis.

Apesar da conjuntura interna e externa favorável, o Governo malbarata oportunidades para o relançamento económico, prolonga o marasmo, é incapaz de promover o investimento produtivo e fazer o País sair da crise.

A operação política a que hoje assistimos talvez seja também uma tentativa de impressionar certos agentes económicos caros do Governo, a quem pelos vistos não bastam delegações de propaganda de uns pares de ministros como a enviada ao Norte do País.

Também é hoje indiscutível o logro da entrada na CEE e escandalosa a forma como o Governo deixa espezinhar os interesses nacionais lesados por decisões comunitárias.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Sente-se pesadamente (e cada vez mais) as consequências dessa atitude de subserviência nas pescas, na agricultura, na indústria, no comércio,

nos mais diversos domínios da vida nacional. O PCP alertou, em devido tempo, para estes aspectos e reafirmamos hoje que é necessário tomar medidas para que os acordos sejam revistos e as negociações com a CEE de imediato confiadas a pessoas honestas, competentes e que defendam os interesses nacionais.

Este governo é incapaz de o fazer.

Aplausos do PCP.

A sua especialidade é promover a instabilidade social e política, não a confiança e a segurança dos portugueses e das portuguesas. O Governo, senhores deputados, gera insegurança. Faz guerra social continuamente, considera os salários em atraso «uma resposta económica necessária» (na frase doravante célebre do Ministro do Trabalho na recente interpelação do PCP), conduz uma política de encerramento de empresas, redução de postos de trabalho, despedimentos colectivos. O desemprego alastrado entre as mulheres e os jovens assume formas particularmente graves e encapotadas (como as reformas antecipadas e a coacção à rescisão de contratos de trabalho).

Há neste país uma escandalosa exploração do trabalho infantil e o trabalho precário, esse, generaliza-se.

Um milhão de inquilinos recebeu este mês a carta para o aumento da renda de casa. É o súbito e incomportável agravamento das condições de vida dos mais desfavorecidos.

A tudo isto quer o Governo somar a liberalização dos despedimentos individuais. E quando os partidos de oposição lhe disseram que não, fez chantagem, correu à queixar-se à TV, apresentou o voto de confiança, tentou uma entrada de leão...

De nós depende, senhores deputados, a saída que há-de ter.

O Sr. Primeiro-Ministro já nos fez o favor de citar largamento o entendimento que o comité central do meu partido tem sobre o que considera ser as condições para uma alternativa democrática. Mas fê-lo evidentemente com distorção.

O nosso entendimento é este, senhores deputados: há sempre alternativas políticas no quadro do regime democrático. É uma evidência que o Governo é um governo frágil e vulnerável, é um governo instável e que gera a instabilidade no País pelas próprias linhas fundamentais da sua política. A democracia, as forças democráticas são mais fortes. Provaram-no nas eleições para esta Assembleia, mas também nas eleições presidenciais que se lhe seguiram onde derrotaram, não só Freitas do Amaral, mas igualmente as estratégias políticas do Sr. Cavaco Silva. Não pode, pois, o Sr. Primeiro-Ministro falar-nos em nome do povo. Mas o facto de abusivamente o fazer, acentua as responsabilidades daqueles que podem tornar possível uma alternativa democrática.

O medo real que tal perspectiva se concretize leva o Primeiro-Ministro a acentuar as campanhas, as pressões, as chantagens, com vista a tentar travar qualquer aproximação das forças democráticas, agitando o espantalho de que quem está contra ele está a fazer o jogo do PCP.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Onde é que já ouvimos isto!

A Oradora: — E hoje em Portugal, doze anos depois do 25 de Abril, esse espantalho já não produz o efeito que o Governo espera. Não produz, para bem da democracia, para bem de Portugal.

Por isso nós votaremos contra esta moção de confiança do Governo e contribuiremos activamente para que sejam encontradas as soluções políticas e institucionais necessárias à sua substituição, que é urgente.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Diz, em primeiro lugar, a Sr.^a Deputada Zita Seabra que o Primeiro-Ministro é um apaixonado da roleta russa. Não podia ter escolhido pior ocasião porque, ainda muito recentemente, este governo expulsou dois diplomatas russos por ingerência nos negócios e nos assuntos políticos portugueses.

Em segundo lugar, disse que o Governo calunia. Mas verificamos que é da parte do Partido Comunista e do seu órgão oficioso ou oficial que começa já uma campanha de calúnia e suspeções contra membros do Governo!...

Em terceiro lugar, diz a Sr.^a Deputada que o Governo arroga o monopólio da sabedoria. Pergunto: não será o Partido Comunista que pretende sempre arrogar o monopólio da democracia?

Em quarto lugar, diz ainda a Sr.^a Deputada que o Governo tem medo e está inseguro. Mas foi o próprio Partido Comunista que desafiou, suficientes vezes, o Governo a apresentar uma moção de confiança. Pergunto: agora que o Governo a apresentou, este continua a ter medo e a estar inseguro? É a velha técnica de «ser preso por ter cão e ser preso por não ter cão».

O Sr. José Magalhães (PCP): — Compre um, depressa!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Zita Seabra.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — O Sr. Deputado Mendes Bota fez-me uma série de perguntas que nada têm a ver com o que eu disse. A única coisa que talvez tenha a ver com o que eu disse foi o facto de não ter entendido uma metáfora que usei. Mas a culpa é sua. Olhe que é uma metáfora muito conhecida, nem sequer é muito rebuscada. Um pouco, ainda que ligeiro, de cultura geral e entende o que eu quis dizer.

Se o seu papel neste debate é fazer de mau da fita, acho que é um bocadinho ingrato, embora possa ter alguns agradecimentos televisivos, que certamente lhe vão cair muito bem.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Governo solicita a esta Assembleia um voto de confiança, passados sete meses sobre a sua entrada em funções. Sete meses é, certamente, pouco tempo para avaliar do cumprimento de um programa de governo que se assumia como governo de legislatura. Mas é tempo suficiente, é mais do que tempo, para descortinar as tendências fundamentais da acção governativa e do grau de compatibilização dos objectivos anunciados com a realidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A apreciação deste voto de confiança levanta duas ordens de questões.

A primeira, tem a ver com a bondade do Programa do Governo, em si mesmo, com a sua adequação às realidades nacionais e com a sua conformidade com a nossa ordem constitucional.

O MDP/CDE apresentou, na altura da apreciação do programa do governo do PSD, uma moção de rejeição que se fundamentava nas seguintes razões: não constituía a indispensável e urgente resposta aos graves problemas decorrentes da profunda crise em que o País se encontrava; visava alterar o quadro económico e democrático, e orientava-se por princípios que colidiam com a Constituição da República.

A moção de rejeição do programa apresentada pelo Grupo Parlamentar do MDP/CDE foi rejeitada, merecendo igual sorte as apresentadas pelo Grupo Parlamentar Socialista e pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

A conjugação dos votos favoráveis do CDS e a abstenção do PRD viabilizaram o governo Cavaco Silva. O Governo ganhou legitimidade institucional para governar, embora não pudesse e não devesse ignorar a sua qualidade de governo minoritário e o contexto político em que se encontrava no quadro parlamentar. Como governo minoritário, em cada momento e a propósito de cada problema de acção governativa, o Governo não poderia ignorar essa condição, sob pena de se gerarem previsíveis e delicadas situações no relacionamento com a Assembleia da República.

Esta situação obrigava necessariamente o Governo a procurar conciliar na acção governativa o seu próprio programa com a composição do Parlamento.

O próprio Primeiro-Ministro o afirmou, na apresentação do Programa do Governo, na sessão de 15 de Novembro: «A Assembleia da República tem de ser respeitada como órgão máximo de representação democrática.»

Ao ser confrontado com uma posição minoritária no Parlamento, o Governo só podia optar por uma de três atitudes: demitir-se; procurar uma prática governativa que visasse os consensos possíveis com a oposição, e ou entrar numa política de confronto institucional.

Foi esta terceira via que o Governo escolheu.

Vozes do MDP/CDE: — Muito bem!

O Orador: — E escolheu-a, apesar das afirmações do Primeiro-Ministro, produzidas no debate do programa e que convém recordar:

Não disse o Sr. Primeiro-Ministro, na altura, que «tudo faremos para que o regime político português fique marcado por um novo tipo de relação entre os diversos órgãos de soberania»?

Não afirmou o Sr. Primeiro-Ministro que não haveria da parte do Governo «nenhum acto nem nenhuma intenção susceptíveis de pôr em causa o harmonioso funcionamento do regime democrático»?

Não afirmou que «desejava prestigiar e fortalecer as instituições»?

Não declarou, no encerramento do debate do Programa do Governo, que «este, como qualquer outro governo, deverá procurar uma sintonia e um diálogo permanente com a Assembleia da República»?

Estes sete meses de prática governativa não foram, obviamente, a procura de uma sintonia, foram, obviamente, a procura sistemática, persistente e determinada do confronto.

Não valerá a pena historiar com detalhe o relacionamento institucional do Governo com a Assembleia da República, mas convirá recordar os pontos mais salientes desse confronto: o Orçamento do Estado para o ano em curso, a lei sobre os salários em atraso, a lei sobre a venda de bens da comunicação social do Estado.

O traço comum do comportamento do Governo neste percurso foi a tentativa, também sistemática, persistente e determinada, de desprestigar o Parlamento perante a opinião pública.

O comportamento global do Governo no seu conflito com a Assembleia da República é um ponto baixo da prática democrática da nossa vida política pós-25 de Abril, é antagónico da pedagogia democrática.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ao apresentar à Assembleia da República o pedido de autorização para modificar a legislação do trabalho, o Governo sabia que essa autorização lhe ia ser recusada.

Ao fazê-lo, o Governo não podia deixar de ter como objectivo imediato criar mais um conflito com o Parlamento e com os partidos da oposição, porventura suficientemente grave para desencadear a apresentação da moção de confiança que agora apreciamos.

A situação criada é grave, em si mesma, pelos termos em que o Primeiro-Ministro a apresentou ao País na sua comunicação de anteontem.

Se o Governo sabia que o seu pedido de autorização legislativa sobre matéria laboral não teria vencimento, porque o Parlamento entendia claramente, e na perfeita assunção dos preceitos constitucionais, que deveria chamar a si essa tarefa, por que persistia o Governo no pedido de autorização legislativa?

Esta pergunta leva-nos à segunda ordem de questões levantadas por este voto de confiança solicitado pelo Governo.

Seria ocioso falar, senhores deputados, mais uma vez, das condições excepcionalmente favoráveis com que o Governo deparou e depara para governar, se esta questão não estivesse sempre arredada das declarações do Primeiro-Ministro e do Governo: descida dos preços do petróleo, da cotação do dólar e das taxas de juro, descida dos preços de matérias importadas, recuperação da economia internacional favorável às nossas exportações, boas condições climáticas para a produção agrícola nacional, alívio nas contas externas.

O Governo revelou-se incapaz de aproveitar essas condições para avançar com medidas estruturais de sentido positivo, dinamizar o crescimento da economia e caminhar para a resolução dos problemas sociais mais graves do País.

O desemprego e a instabilidade do trabalho acentuaram-se; os salários em atraso mantêm-se; a produção industrial estagnou; não há indícios de aumento significativo dos investimentos; as dificuldades das empresas colocadas fora dos circuitos especulativos agravam-se, quer as do sector privado —que descreem e esperam—, quer as do sector público, cuja liquidação parece ser nova obsessão do Governo.

A economia paralela, a corrupção e o clientelismo mantêm-se. Mantém-se a fuga de divisas e a dívida externa agrava-se.

As dificuldades e as rupturas no âmbito da satisfação das necessidades básicas —saúde, educação, habitação, cultura— acentuam-se; a pobreza ganha contornos dramáticos; a situação da juventude, nos planos material e moral, degrada-se.

As liberdades e os direitos dos cidadãos encontram-se ameaçados em vários planos.

O entendimento entre os parceiros sociais é desencorajado.

E, no entanto, o Governo propunha-se, e o Sr. Primeiro-Ministro explicitou claramente esses objectivos na apresentação do respectivo programa, garantir o aumento da produção, o aumento do investimento, o diálogo e a concertação social, dando, até, esta «definição lapidária»:

A política económica do Governo conduzirá a um aumento do poder de compra dos salários líquidos e à criação de novos postos de trabalho, através do crescimento da produção e de um forte esforço do investimento. Já em 1986 se espera que ocorra alguma redução do desemprego, o qual irá seguramente decrescer de forma significativa em 1987 e anos seguintes.

A incapacidade do Governo para fazer face às dificuldades no relacionamento com a CEE tornou-se manifesta nas últimas semanas, senhores deputados.

Para além das dificuldades sectoriais e das que se avolumam no relacionamento económico com a Espanha, é problemático o recebimento dos montantes previstos para este ano e provável o aumento das nossas contribuições para o orçamento comunitário.

Mais grave do que isso, é a perspectiva de que o balanço financeiro com a CEE passe a ser desfavorável nos próximos anos, se uma inflexão profunda nas nossas relações não for encetada imediatamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Governo patina na sua própria estratégia.

Passados sete meses sobre a entrada em funções deste governo, a sua «estratégia de progresso controlado» é uma aposta perdida. Será a consciência deste facto que explica a apresentação desta moção de confiança.

Será a consciência deste facto, aliás, que explica a opção tomada pelo Sr. Primeiro-Ministro de não apresentar neste debate qualquer balanço global da actividade do Governo desde a sua entrada em funções.

Segundo as declarações do Sr. Primeiro-Ministro, aqui feitas hoje de manhã, foi um opção deliberada.

Pode e deve perguntar-se: porquê? Porquê o Sr. Primeiro-Ministro, nas respostas que deu aos pedidos de esclarecimento formulados pelos deputados, apenas deu algumas respostas tímidas e inseguras às questões que foram colocadas no domínio da concretização da «estratégia de progresso controlado» que era a proposta do Governo?

O Sr. Primeiro-Ministro anunciou que o Governo procedeu a uma correcção das projecções necessárias que antes elaborara.

Porque não introduziu o Governo esses dados para habilitar a Assembleia da República a pronunciar-se criteriosamente sobre a matéria do debate?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na sua intervenção de hoje, o Sr. Primeiro-Ministro inventariou as questões que foram objecto de diferendo com o Parlamento.

A forma como abordou este tema confirma a sua incapacidade para compreender o contexto político actual e para se mover no quadro de um relacionamento normal entre as instituições.

Dir-se-á que o seu objectivo fundamental é criar uma situação política e institucional tão grave que novas eleições legislativas sejam inevitáveis, esperando tirar delas, naturalmente, benefícios partidários.

O jogo político que está subjacente à apresentação desta moção de confiança não é admissível, quando o jogo político atinge no seu cerne as instituições democráticas, ou há jogo irreflectido ou tendência para o poder absoluto, que nada tem a ver com a democracia.

O teor das declarações do Sr. Primeiro-Ministro neste debate mostra que o seu conceito de diálogo e de concertação é meramente formal; é uma mera figura de retórica.

As suas declarações de intenção neste campo entram flagrantemente em contradição com a prática que assume.

Com a política de confronto institucional que vem desenvolvendo, o Governo acumula álibis para explicar o insucesso dos seus próprios objectivos. Essa política de confronto, aliada à incapacidade do Governo para avançar na resolução dos problemas do País, transforma-o no principal factor de instabilidade política e social.

A sobrevivência do Governo, senhores deputados, tem um preço: a desestabilização, o desprestígio das instituições e o bloqueamento da sociedade portuguesa.

O Grupo Parlamentar do MDP/CDE segue atentamente o desenrolar deste debate e as posições assumidas pelo Governo e pelos grupos parlamentares presentes no hemiciclo.

A bem dos legítimos interesses do povo português, a bem da democracia, a bem do País, ainda é tempo para que triunfem o bom senso e a coerência.

Aplausos do MDP/CDE, do PCP e da deputada Helena Torres Marques (PS).

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vitor Crespo.

O Sr. Vitor Crespo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É já um lugar-comum dizer-se que estão em curso mutações profundas nas sociedades modernas. Não o faria se isso não tivesse também reflexos e incidência na própria vida política, o que é natural já que esta se ocupa do bem-estar dos homens.

Por isso se fala da crise das ideologias; de rever os objectivos e práticas dos partidos políticos e se vai sobrepondo o conceito do homem psicológico ao do homem político.

Neste clima, como é de todo natural, as próprias instituições políticas debatem a forma de melhor responder aos desafios e de melhor se adaptarem às realidades de hoje e de amanhã.

Os Portugueses confiam por inteiro nas virtualidades e valor do regime democrático e manifestam nele toda a sua esperança. Mas não podemos deixar de estar atentos à escolha das melhores práticas, soluções e atitudes que o prestigiem e dignifiquem.

A rigidez, o dogmatismo, o agarrar-se a preconceitos pode revelar-se contrário aos interesses por que lutamos.

Uma democracia pluralista e participativa tem no Parlamento a sua pedra angular. Isso é ponto de honra para o Partido Social-Democrata.

Até por isso se reveste de grande importância o debate que aqui estamos a fazer. A nossa responsabilidade é acrescida. Do que dissermos, fizermos e concluirmos, poderemos sair mais reforçados, se soubermos ser mais esclarecidos e mais sábios.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É que não se pode esquecer — e é bom não o escamotear — que entre nós, como, aliás, em todos os países democráticos, perpassa um julgamento céptico, alguma descrença dos cidadãos pela política e pelos homens políticos. Há uma inteira rejeição do politiqueiro. E os parlamentos por estarem no centro do debate político são os mais afectados e atingidos.

As inquietudes do homem quanto ao futuro, as dificuldades de adaptação ao movimento das sociedades modernas criam preocupações profundas nos cidadãos, sensibilizando-os mais que qualquer debate esotérico, interior ou sofisticado de meros interesses de grupo.

O problema da credibilidade política tem de ser resolvido. Mas não o será por declarações inflamadas e sumárias ou por actos incompreensíveis. Sê-lo-á se os cidadãos se convencerem que é feito o que lhes é dito e prometido, que se fala a linguagem da verdade, que o interesse nacional prevalece sobre os interesses paroquiais. Se tudo fizermos para a modernização do País, a melhoria das contas públicas, a diminuição da inflação e o aumento do poder de compra dos salários. Se criarmos emprego pelo empenhamento de todos, se caminharmos no sentido da maior justiça social, se lhe proporcionarmos segurança à sua vida, se houver uma redefinição do papel do Estado e a realização de um projecto que, através da solidariedade de todos, conduza à eficácia económica e ao progresso social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que para todos está em jogo é o papel do nosso País no mundo de amanhã e o futuro dos nossos filhos.

A clareza destes intentos, que são afinal os firmes propósitos do Governo, a sua defesa e o seu cumprimento serão melhor compreendidos e aceites que a satisfação futura dos desejos de alguns ou a exploração de situações conjunturais.

Assumindo todas as nossas responsabilidades estamos salvaguardando o interesse do povo português. E se analisarmos a nossa própria história política não podermos deixar de reconhecer que é isso o que os Portugueses querem.

Se bem interpretados os resultados eleitorais, os movimentos de opinião, as sondagens e os índices de popularidade, é essa a única conclusão que se pode extrair.

Por isso a estabilidade é tida com enorme apreço, como o são o falar verdade, a confiança em quem exerce o poder, a honorabilidade da palavra empenhada perante o País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O governo de Cavaco Silva, que o Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata apoia com entusiasmo e empenho, vem neste debate perguntar-

tar à Assembleia se esta está na disposição de permitir o cumprimento do Programa do Governo, de modo a que o Governo possa exercer plenamente o mandato que lhe foi conferido.

Importa que ponha em realce dois aspectos, apesar de evidentes: em primeiro lugar, que se reafirma a vontade de continuar a cumprir o Programa do Governo; que se não muda de orientação, que se não põe na gaveta nenhum compromisso ou princípio, que se não faz nenhuma pírueta política.

Isso não é connosco.

Pelo contrário, se reafirma a vontade de honrar a palavra.

Em segundo lugar, que se pretende que se criem as condições para que o Governo possa continuar a responder ao que prometeu ao eleitorado e aos compromissos perante esta Câmara.

Já se cumpriu uma parte do Programa, no tempo que dispusemos, mas entendemos como legítimo e necessário continuar a cumpri-lo.

E como em todos os governos, onde quer que seja, e independentemente do seu perfil político também o Partido Social-Democrata entende que todo o valor é efeito relevante do seu programa só podem ser julgados na sua globalidade depois de cumprido.

Daqui concluímos que não permitir realizar o que se viabilizou, ainda há bem pouco tempo, releva de total incoerência; e que não tem sentido perguntar se ainda há coisas por fazer — o que é em si evidente.

Por isso, entendemos que a única postura correcta é apreciar o Governo por aquilo que já fez, como o fez e com que determinação.

Que muito se fez, reconhece-o a opinião pública: E posso mesmo dizer que o reconhece a própria Assembleia da República. Procurando ser mais construtivo e menos controverso, justificarei esta afirmação pela simples observação do número de pedidos de ratificação de diplomas legais e de apresentação de propostas de lei.

O número de ratificações constitui um já tão longo rol que se a Assembleia da República se empenhasse em todas analisar e discutir, se colocaria na situação aberrante de lhe não restar tempo para mais nada. E passaria a ter então a sua acção determinada e reflexo da actividade do Governo, o que — ouso dizer — seria desprestigiante para a própria Assembleia que assim se autolimitava nas competências que lhe são próprias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que é que me leva ao fundo da questão que tem estado presente nos últimos tempos da nossa vida política? Saber como é que a Assembleia da República pode fiscalizar a acção do Governo e como distribui no seu programa de acção as múltiplas funções que lhe cabem: exercer o poder legislativo, ocupar-se das grandes questões políticas, participar e influenciar os processos de decisão.

O problema nem é exclusivamente nosso. Muitos se interrogam, hoje, sobre os poderes teóricos e funções reais dos parlamentos contemporâneos, analisam qual o tipo de domínio e sectores a que se devem ocupar, adoptam novos regimentos, para aumentar os seus poderes, manter a sua soberania e dignificação, que seguramente não se consegue invadindo a competência de outros órgãos. Seria falta de realismo que não puséssemos a nós próprios essa mesma questão.

Nenhum parlamento pode granjear uma boa imagem pública se tiver mais olhos que barriga, se misturar o essencial com o acessório, o significativo com o que é menos. Assim, só poderá transmitir uma ideia de ineficiência, para já não falar na questão essencial e fundamental, que é o pilar da democracia, que se traduz no correcto entendimento da separação de poderes.

A César o que é de César.

...O País não pode compreender que se coloquem entraves à boa marcha da governação, que se bloqueiem as soluções desejadas, que se impeça a realização dos superiores interesses nacionais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em face disto, não posso deixar de me perguntar como é que o Partido Socialista, que pode ter a aspiração de exercer o poder, reage, intimamente, a esta tentativa de esvaziamento do poder do Executivo em favor da Assembleia.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Será que já renunciou à aspiração do seu poder? Que atitude tomará quando o detiver?

É que não é possível defender valores diferentes quando se está no Governo ou na oposição. Não podem sofrer entorses os princípios, adaptando-os a uma ou outra situação.

Aplausos do PSD.

Que o Partido Comunista proceda como tem feito, é natural. Vem afirmando que quer participar no Governo, mas ninguém pode esquecer que as suas concepções de Estado e de democracia são bem diferentes das dos partidos democráticos.

O Partido Comunista defende um regime de partido único, onde o parlamento muito pouco tem a ver com os partidos das democracias pluripartidárias. Naqueles parlamentos até os simples actos rituais das palmas e dos aplausos são rigidamente codificados e metrificados.

O Governo quer saber se pode cumprir o seu programa. A pergunta é natural e necessária, é transparente e clarificadora; é uma forma superior de diálogos com a oposição, diálogo que tem sido praticado por este governo como por nenhum outro.

Votos de confiança ou seus equivalentes são moeda corrente nas práticas políticas dos países democráticos. Nós próprios já tivemos várias — e bem se pode dizer que na maioria eram menos relevantes e clarificadores do que a presente:

É uma pergunta clarificadora já que a democracia nada tem a ganhar com ambiguidades. Que analisemos o que se fez, quais as dificuldades que impediram que mais se fizesse, quais as consequências dos obstáculos e escolhas surgidos.

O que se fez foi muito. Repetimo-lo. O que o Sr. Primeiro-Ministro nos disse mostra-o à saciedade. O que se fez foi no correcto sentido. Já se iniciou a recuperação.

É isso que também procuramos ajudar a demonstrar nas intervenções que se seguirão do nosso grupo parlamentar.

Quanto às dificuldades e obstáculos entendemos que ao Governo deve ser dada a possibilidade de cumprir o seu programa e exercer em plenitude as suas compe-

tências. E a seu tempo virá o julgamento global da sua política e acção pelo Parlamento e pelo povo quando chegar o momento do voto, como é próprio e correcto num Estado democrático.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Julgamento que não tememos. Mas queremos ser responsáveis e responsabilizáveis pelos nossos próprios actos, por aquilo que fizermos, por aquilo que concretizarmos.

Pretendemos que se deixe o Governo governar. Por isso queremos, com toda a legitimidade e também com toda a naturalidade, que ao Governo sejam proporcionados os meios de actuação que foram conferidos a anteriores governos e que constituem a condição para responder ao que prometemos ao País.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Deputado Vítor Crespo, acho interessante que, enquanto o Governo se dedica lá fora a jogos malabares onde pede a sua sobrevivência política, o Sr. Deputado se tenha entretido a fazer uma reflexão sobre a angústia íntima do homem moderno. Achei muito interessante porque está em sintonia com a angústia íntima do *homo PSD*, neste momento histórico em que fez esta piroeta na Assembleia da República.

Agora, o Sr. Deputado sustenta a sua angústia, epifenomenicamente talvez, com alguns argumentos que me parecem inaceitáveis.

Em primeiro lugar, diz: «Não nos exijam que ponhamos na gaveta o nosso programa. Nós não podemos, somos homens de uma só cara, somos homens honrados, não o podemos fazer.»

Sr. Deputado, não nos obrigue a nós a metermos na gaveta as nossas competências. No fundo, é essa a exigência basilar do Governo: que se encare o seu Programa, como ainda há pouco se tornou claro, como açaime das oposições e como que uma espécie de «constituiçaozinha» para o período curto que a todos obriga. O Programa do Governo obriga o Governo e, naturalmente, não inibe os órgãos de soberania. Mas esta concepção não tem nada a ver com a Constituição, pelo menos com esta; talvez tenha a ver com outra. Era interessante que dissesse qual.

Uma voz do PSD: — Com a da União Soviética, não?

O Orador: — Segundo aspecto, é o de que o PSD não pode ver os partidos da oposição exercer os seus direitos mais banais. Por exemplo, ontem, o Sr. Ministro Miguel Cadilhe sentiu-se ofendidíssimo, era a própria imagem da ofensa, quando lhe colocaram três perguntas simples: «diga-nos lá, por favor, como é que foi a história da emissão dos TP (títulos de participação) do Banco Português do Atlântico; diga-nos lá como é que foi possível que houvesse, em relação a um membro do Governo como o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, o caso publicamente suscitado sem que haja uma explicação governamental para essa matéria; diga-nos, por favor, em que estado é que está o concurso das centrais digitais.».

Escândalo dos escândalos! Ergueu-se e disse: insídia! Métodos inaceitáveis! Parecia a coisa mais horrível do mundo. Ninguém disse ao Sr. Ministro que isto é normal, banal, que é preciso esclarecer o País e, sobretudo, a Assembleia da República tem todo o direito de perguntar e de ver respondidas todas as perguntas que faz nesta matéria.

O Sr. Deputado Vítor Crespo, pelos vistos, é professor, mas não contribui em nada para a pedagogia do Governo nesta esfera e, pelo contrário, até assume este tipo de antipedagogia como coisa boa e jeitosa.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Com maus alunos não se consegue ser bom professor.

O Orador: — Finalmente, confundem a arroba e a grossa com o esclarecimento.

Ao que parece, mandaram para aí uma tonelada de papel, virtualmente indigerível, e que custou uma noite a uns secretários de Estado, que andam para aí desolados pelos corredores. Em todo o caso, essa é a maneira como encaram o esclarecimento da Assembleia da República: catorze arrobadas de papel, está a Assembleia esclarecida, vamos para a frente que o Governo não tem tempo para estas coisas. Isto é tudo o que há de mais contrário ao esclarecimento. Quando entramos no detalhe qualitativo, verifica-se a bronca inacreditável que é a de meterem nas mãos do Primeiro-Ministro um papel onde alguém, perfeitamente analfabeto em termos parlamentares, somou as propostas de lei, independentemente da sua origem, da sua situação, e lhe deu aquele glorioso número 29 que o cobrirá de ridículo para o período curto na Assembleia da República. Pergunto, e como é que é possível isto? Que espécie de gente competente é que faz o tirocínio junto do Governo e passa por luminária junto do Primeiro-Ministro? É isto a tal competência de que S. Ex.^a se gabou perante o País, fazendo de todos nós um conjunto de gente ignara, ignorante e fatalmente despicada para os Portugueses.

Acho isto uma assimetria e uma contraposição falsa, mas também acho que isto resulta de uma concepção que é profundamente antipedagógica e perigosa em termos democráticos.

Sr. Deputado Vítor Crespo, isto seria risível se não estivesse ao serviço de um projecto que se confessa perante o País como aspirando a uma maioria absoluta. E, isto, por qualquer meio, ...

Vozes do PSD: — Não é verdade!

O Orador: — ... até pelo achincalhamento da Assembleia da República e pela utilização destes métodos que identificam a oposição com a irresponsabilidade.

Gostaria que nos esclarecesse sobre isto, já que não nos pode explicar o que anda o Governo, neste momento, a fazer nos corredores.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Crespo.

O Sr. Vítor Crespo (PSD): — Sr. Deputado José Magalhães, a primeira coisa que lhe quero dizer é que, efectivamente, me assumo completamente, com honra,

como *homo PSD*, exactamente porque não me posso assumir — isso seria violentar a minha consciência — como *homo sovieticus*:

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. José Magalhães (PCP): — Seja português, no mínimo, como nós!

O Orador: — Sou português. O *homo sovieticus* é um conceito muito mais largo, aplica-se a outros para além dos Soviéticos. É um conceito, uma pedagogia, uma mentalidade, uma maneira de estar na vida; uma maneira de ser na política, uma maneira de conceber o mundo.

O Sr. José Magalhães (PCP): — O senhor lá sabe! Mas falemos do *homo constitutionalis*.

O Orador: — Sr. Deputado José Magalhães, nas suas afirmações tentou dizer duas coisas nas suas primeiras perguntas.

Primeiro, tentou dizer que não respirávamos a Constituição, o Parlamento e, em segundo lugar, que não explicávamoas as nossas ações.

Estou em total, absoluta e completa divergência com o Sr. Deputado, como aliás seria de prever.

Efectivamente, ainda hoje no seu discurso o Sr. Primeiro-Ministro enunciou números ...

Protesto do PCP.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Números viciados!

O Orador: — Sr. Deputado, ouça primeiro ...

Uma voz do PSD: — Veja lá! No meu tempo os alunos não se portavam assim tão mal!

O Orador: — Sr. Deputado, porque fez referência a que sou professor, e é verdade, talvez eu tenha uma concepção da maneira de estar e de responder que é um pouco diferente da sua.

É que não admito que se diga de ânimo leve que são viciados e errados os números apresentados.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Errados? Viciados! Foi demonstrado ...

O Orador: — Por quem?

Sr. Deputado, o PSD — no grupo parlamentar e o PSD no Governo — afirma, reafirma e triafirma que respeita as competências da Assembleia da República. E que o PSD afirma, reafirma e triafirma que não está disposto a aceitar duas coisas: que a Assembleia da República tome para si as competências que cabem ao Governo e que o Governo tome para ele as competências da Assembleia da República.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — É melhor dizer isso ao Governo!

O Orador: — Julgo que o que disse é o que vos dói, Srs. Deputados.

Efectivamente, se a opinião pública vale alguma coisa, se a reacção dos próprios partidos nesta Assem-

bleia, se os comportamentos de algumas oposições, significam alguma coisa — como tive ocasião de o dizer —, o vosso neryosismo manifesta-se porque há competência, porque se tem realizado aquilo que se prometeu, porque se estão a fazer coisas correctas e no bom sentido.

Vozes do PCP: — Não é verdade!

O Orador: — Serei o primeiro a admitir que ainda nem tudo se fez. O Governo também o admite, é natural, pois tem sete meses de governação, e tem um período ainda muito largo à sua frente para completar a realização do seu Programa, ou seja, para fazer o que ainda não fez.

Mas o juízo da população fará a prova dos nove.

Porque não tenho mais tempo, apenas lhe direi que o Partido Social-Democrata, como todos os partidos, aspira a ser maioria. E porque não maioria absoluta? Só com uma diferença: o Partido Social-Democrata pretende fazê-lo de forma democrática, no respeito da legalidade, no âmbito de um Estado democrático e de direito, o que, infelizmente, não corresponde ao comportamento da maioria dos partidos comunistas.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. Borges de Carvalho (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os meus desejos de boa tarde a todas VV. Ex.^{as}!

Peço desculpa pelo facto de, em vez de fazer uma intervenção, ao contrário do que é meu hábito, ler um papel. Espero que tal não prejudique o tom cordato e apaziguador de que normalmente as minhas intervenções se revestem. Aliás, devo declarar que se faço uma intervenção por escrito é por determinação tomada a meu livre alvedrio e de minha livre vontade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como deputado independente, quero, antes de mais, agradecer a forma cavalheiresca como o CDS me permite que, utilizando o seu tempo, bem precioso, que o Regimento e a omnipotente conferência de líderes sempre me tem recusado, para dar testemunho da minha posição sobre a importante matéria política que a Assembleia hoje discute, mesmo antes que o CDS anuncie a sua própria posição.

Srs. Membros do Governo, a questão que o Sr. Primeiro-Ministro e VV. Ex.^{as} nos colocam é, ao contrário do que se diz, uma questão simples. É-o, para o homem da rua, para o chamado país real, para quem da coisa política tem uma visão quiçá simplista ou menos informada, mas que, por natural distanciamento, goza da perspectiva necessária à apreciação dos acontecimentos e não está, como nós, mergulhado nos pormenores das coisas e no calor das discussões e dos confrontos.

A questão simples, independentemente da felicidade ou infelicidade da forma como foi posta e da eficácia do meio utilizado, é a de saber, de uma vez por todas, se esta Assembleia está ou não disposta a deixar que este governo ponha em acto medidas que considera fundamentais para o cumprimento das promessas eleitorais do PSD e dos seus próprios compromissos programáticos.

E não é por acaso que à formulação da moção de confiança se seguiu, imediatamente, mais uma mani-

festação da tecnologia de ponta do PRD na manufatura de requerimentos, à procura da manipulação burocrática das questões e do escamoteamento processual da sua essência.

O PRD enfiou a carapuça com uma velocidade muito maior do que seria de esperar, de alguma forma alterando a sua angelical postura em relação às barbaridades próprias, o que constitui, desde logo, um primeiro mérito da moção de confiança em discussão.

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É que, Srs. Membros do Governo, a questão dirige-se aos requerimentais deputados do PRD e não a outros.

O PCP sempre foi adversário deste governo, bem como de todos os governos democráticos que a Constituição e o eleitorado têm gerado. É um partido coerente, igual a si próprio, não tendo nele o *aggiornamento gorbachoviano* produzido mais que o aumento de gravatas *per capita* do respectivo grupo parlamentar.

Risos.

Não é para ele, PCP, a questão de VV. Ex.^{as}, Srs. Membros do Governo. A resposta é, à partida, por demais conhecida. O mesmo se passa com o sempre atento e venerável MDP/CDE, a quem jamais passaria pela cabeça praticar qualquer desvio em relação à justa linha do campo bolchevista e às exigências da solidariedade dialéctica que o anima.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Isso é para a sessão da meia-noite, não é para agora.

O Orador: — O Sr. Deputado José Magalhães escusa de tonitroar porque para mim nem para tigre de papel!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Tonitroante é o seu papel de embrulho!

Risos.

O Orador: — O Partido Socialista também não oferece dúvidas a ninguém. A resposta é conhecida à partida. Apesar de fechado para obras, enquanto os orçamentistas do socialista engenheiro Cravinho medem forças com os medidores do nôvel doutrinador social-capitalista Sottomayor Cardia e ambos com os sagazes técnicos de máquinas do sócio-liberal Dr. Gama, apesar de tudo, é óbvia a unanimidade do PS contra este governo desde o dia em que o Sr. Primeiro-Ministro lhe deu parte da sua inspirada decisão de pôr termo à falhadíssima experiência do bloco central.

Não é, portanto, ao Partido Socialista que a questão éposta.

Por outros motivos, muito diferentes, não o é também ao CDS.

O Sr. José Magalhães (PCP): — É o novo porta-voz do CDS!

O Orador: — O CDS sem em momento algum perder de vista a sua independência como partido ou as propostas próprias da sua doutrina teve o cuidado de, em atitude demonstradora de um entendimento correcto do regime constitucional em que vivemos e da circuns-

tância própria desta legislatura e deste governo, não pôr em causa as reformas que, legitimamente, o Governo legítimo da Nação considera fundamentais, mesmo quando alguns problemas ou dúvidas elas suscitavam.

E porque o CDS assim procedeu, não pode, necessariamente, ser a este partido que a questão do Sr. Primeiro-Ministro é colocada. Mesmo não tendo o CDS ainda decidido o sentido do seu voto — e ninguém melhor do que eu poderá avaliar da profundidade e da seriedade com que neste momento o CDS considera a questão e as ponderosíssimas razões que o levam a fazê-lo — continuará, mesmo assim, a estar fora de dúvida que não é ao CDS que pode ser atribuída a origem do problema que o Sr. Primeiro-Ministro houve por bem colocar-nos.

Srs. Membros do Governo, é o Sr. Primeiro-Ministro um dos raros homens públicos que, pela sua postura pessoal e pela sua proposta política, foi capaz, nesta III República, de se impor ao respeito e à admiração do povo português, mesmo daquela parte do povo português que nele não votou.

É fora de dúvida que o advento do governo Cavaco Silva provocou uma onda de esperança e foi uma formidável machadada no pessimismo e na descrença que há tanto tempo vinham dominando a nossa gente.

São os homens da estrutura deste Primeiro-Ministro as vítimas dos piores ataques.

Veja-se a onda incrível de calúnias que rodeou Sá Carneiro, para já não falar das circunstâncias da sua morte antes delas estarem definitivamente estabelecidas.

Veja-se a monstruosa infâmia que foi a campanha eleitoral para a segunda volta das presidenciais, quando os adeptos do actual Sr. Presidente perceberam que, sem recurso a tais meios, se arriscavam a ver Freitas do Amaral em Belém.

O Sr. Primeiro-Ministro não foi ainda — mau grado algumas tentativas de limitada estaleca — submetido a tal tipo de ataques. Possivelmente nem o será! Mas foi, está a ser, e a questão é a de saber se continuará a sê-lo e se estará disposto a tal, submetido ao desgaste de uma estratégia partidária feita de avanços e de recuos, de chantagens e de aproximações. Foi submetido àquilo a que poderei chamar «uma estratégia de alforreca» feita de indefinição ideológica, de hesitação política, de esbracejante necessidade de projecção individual, de ausência de objectivos outros que não sejam a estulta pretensão de manter um eleitorado de ocasião feita de ética à medida das necessidades e de afirmação à medida das conveniências. Foi o Sr. Primeiro-Ministro submetido à estratégia do PRD, partido que tem líder, mas não tem líder; que tem ideias feitas de todas as ideias, o mesmo que é dizer, feitas de ideias nenhuma; que diz ter projecto, mas não tem programa; que diz que quer, mas não assim, mas agora não; que diz que faz, mas um dia que lhe convenha mais; que diz que ata, mas não se sabe se ata ou se desata; que diz que desata, mas talvez vá atando; a quem falta o golpe de asa, não para ser Sol, mas para dar luz de lamparina.

Com quem não sei — melhor do que eu o saberá o PSD — se vale ou não a pena fazer seja que acordo for!

Srs. Membros do Governo, a confiança que nos pedem dar-lha-ei sem hesitar.

Mas tenho o direito de pôr a este Governo, com toda a clareza, duas questões, tão simples como a meu ver

importantes: se o resultado da votação desta moção for o mesmo daquele que viabilizou o programa do seu governo, qual será a atitude do Governo, qual será a atitude do Sr. Primeiro-Ministro?

Sabido que é que o eleitorado gerador de claras e coerentes maiorias nesta Casa existe, sempre existiu, cada vez que foi solicitado a pronunciar-se se apresentou às urnas em número sempre crescente, sabido é que continua a crescer, estarão VV. Ex.^{as}, de uma vez por todas, dispostos a agir em conformidade? Estas são as questões que quero deixar colocadas.

Tenho, talvez, a imodesta impressão de, ao fazer estas perguntas, estar a formular aquelas que todos os portugueses, seus apoiantes e seus adversários, gostariam de ver respondidas. Pelo menos, sinto que os represento quando lhas ponho.

Felicidades, Sr. Primeiro-Ministro!

Aplausos do PSD e do CDS:

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Defensor Moura.

O Sr. Defensor Moura (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Qualquer observador atento terá dificuldade em avaliar a percentagem de realizações do X Governo Constitucional no âmbito da saúde, face à exiguidade e inconsistência do programa apresentado em Novembro passado.

De facto, as escassas cinquenta linhas dedicadas à saúde no Programa deste governo, para além de tímidas declarações de intenção, não revelam o corpo programático indispensável à governação de um ministério com dezenas de milhares de funcionários, dispondo de uma larga fatia do Orçamento do Estado e destinado a proporcionar, à totalidade da população portuguesa, condições para manter ou reaver esse bem inestimável que é a saúde.

Aliás, durante o seu exercício de oito meses, o Ministério da Saúde teria passado despercebido da generalidade da população, se não fossem os singulares atributos da Sr.^a Ministra.

Haveria, porém, qualidades que a responsável pelo Ministério deveria, na nossa opinião, ter cultivado para dar corpo à esperança anunciada pelo Sr. Primeiro-Ministro, no discurso de apresentação do Programa do Governo.

O diálogo que a Sr.^a Ministra no seu miniprograma considerou necessário e positivo, tal como o planeamento, a descentralização dos serviços, a informação e a educação para a saúde, a articulação intersectorial, a humanização dos serviços, a racionalização e a coordenação da rede hospitalar e a redução dos desperdícios não passaram, de facto, de meras referências programáticas que a gestão do Ministério nunca concretizou.

Em vez do diálogo com os trabalhadores da saúde, opta pela via do facto consumado, na regulamentação dos concursos e das carreiras profissionais e nos des tacamentos coercivos.

Em vez do planeamento da rede hospitalar, faz publicar despachos avulsos de «promoção» e «despromoção» de hospitais sem definir o quadro de hierarquias.

Quando devia descentralizar, promove a concentração de serviços, como acontece, por exemplo, com a criação de um terceiro serviço de neurocirurgia em Lisboa, sem dotar Faro, Vila Real ou Leiria com essa valência.

Quando se torna evidente a necessidade de reorganizar o Instituto Nacional de Sangue, recusa receber e ouvir as propostas e as preocupações da Federação Portuguesa de Dadores de Sangue.

Onde devia aproximar os serviços dos doentes, dificulta burocraticamente o acesso aos cuidados de saúde, como aconteceu com o despacho sobre medicina física e reabilitação.

Em vez de incentivar a exclusividade do trabalho hospitalar, anuncia a redução das horas de trabalho.

Onde é indispensável a avaliação da qualidade dos serviços prestados, acentua a necessidade de realizar em quantidade.

Em vez de promover a autonomia dos órgãos de gestão local, perpetua a sua dependência do poder central.

Finalmente, ao anunciar a criação de um seguro-doença, está a Sr.^a Ministra da Saúde a denunciar a intenção de desrespeitar a Constituição da República, que deve defender e respeitar no exercício do seu cargo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é, com certeza, por causa da actuação do Ministério da Saúde que os Portugueses dedicam ao Governo a confiança que o Sr. Primeiro-Ministro apregoa e os seus pontas-de-lança repetem exaustivamente na televisão, quer como «jornalistas», quer como «comentadores políticos».

Como observadores atentos, não deixámos de distinguir a propaganda da governação efectiva e decidir, por nós próprios, quando e como lhes devemos pôr termo.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Barreto.

O Sr. António Barreto (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Felicito-o, Sr. Primeiro-Ministro. Felicito-o pela sua vinda ao Parlamento e pelo pedido de confiança. Felicito-o porque o sacrifício lhe deve ter custado. Depois de longos meses em que tudo fez para inverter as relações entre o Governo e a Assembleia da República, ei-lo diante dos eleitos, pedindo confiança, obrigado a reconhecer a sua dependência do Parlamento.

Já não o felicito pelo documento que nos submeteu. É um texto obscuro e insólito, revelador de incultura política e de falta de conhecimento dos mecanismos democráticos. Com efeito, nem a passagem do Programa, nem o voto de confiança autorizam o Governo a fazer, depois, o que entende. Cada lei vale por si. Cada problema político e legislativo necessita de soluções próprias.

O actual governo não pensa assim. Acha que, passado o Programa, tudo deve ser aprovado; orçamentos, propostas e autorizações. Tal é absolutamente errado.

Por outro lado, para justificar a sua necessidade de fazer aprovar cegamente as suas leis, o Sr. Primeiro-Ministro cita permanentemente os seus compromissos com o povo português e o eleitorado. Fica-lhe muito bem, mas devo lembrar-lhe: não há ninguém nessa Assembleia que não tenha compromissos com o povo português e o eleitorado. Nós, na oposição, nós no Grupo Parlamentar Socialista, também temos os nossos. Que cumprimos.

Mas recordo-lhe outro facto que finge sistematicamente esquecer: os seus compromissos com o povo português foram apenas aprovados por 30% do eleitorado.

O seu governo é minoritário. O seu governo não tem força eleitoral nem parlamentar. E não há arrogância nem vaidade capazes de transformar 30% em 50%.

Há dias, quando o ouvi no tempo de antena do seu partido plagiar, com inédito atrevimento, o célebre discurso de Martin Luther King, percebi o quê se passava: o Primeiro-Ministro sonha! Em particular, sonha que é maioritário.

Mas há pior. Com efeito, pior do que a insuficiência parlamentar é a fraqueza intrínseca do seu governo. Com exceção do sentido do dramático e do *pathos* que introduziu na vida política portuguesa, o Sr. Primeiro-Ministro e o seu governo não deixam o seu nome ligado a nada de importante para Portugal e a sociedade: nenhuma luta histórica; nenhuma ideia forte e nenhuma noção do destino nacional.

Já sabíamos que pouco fez, que tem pouca imaginação, que reduziu os ministros a directores de serviços e o seu grupo parlamentar a um coro banal e passivo. Também sabíamos que de si se diz «dá Deus nozes a quem não tem dentes», querendo com isso significar os formidáveis meios que a sorte lhe reservou, comparados com a mediocridade dos resultados obtidos ao fim de oito meses (sendo verdade que alguns dos governantes têm anos de governo). O investimento não subiu, as exportações diminuíram, os novos projectos são inexistentes, o desemprego tem aumentado e a confiança dos investidores não surgiu.

O Primeiro-Ministro tem, é certo, um fraco governo. Mas tem dinheiro, ambiente internacional, conjuntura económica e expectativas favoráveis. Tem um Presidente da Repúblia que o não incomoda. Tem oposições dispersas e heterogéneas sem bases comuns suficientes para o derrubar e para formar novo governo. Tem a abstenção colaborante de um partido. Tem o apoio activo de outro. Tem a vontade de todos em procurar alguma estabilidade. Mesmo assim, o Governo falha! Falha por defeitos graves, tão graves que mesmo a religião considera mesmo pecados. Falha por soberba, por vaidade e por ambição desmedida.

A sua ambição não é a de construir um Portugal livre e próspero; nem a de fomentar a tolerância e a cultura; nem a de enraizar a democracia. A sua ambição é a de não ser contrariado nem discutido.

Portugal precisava de um governo que lhe desse alguma estabilidade, um pouco de tranquilidade e um ambiente propício ao trabalho. O seu governo não tinha o direito de frustrar Portugal e desiludir os Portugueses. Mas conseguiu-o!

Em vez de estabilidade, deu-lhe crisepação e nervosismo. Em vez de rigor e eficiência, mostrou-lhes ambição e megalomania. Em vez de ambiente de trabalho e de investimento, deu-lhes incerteza e insegurança. Em vez de verdade e essência, deu-lhes imagem, palavras e parecenças.

O Primeiro-Ministro não tem o direito de desperdiçar os meios que recebeu e tem ao seu alcance. Não tem o direito de jogar borda fora os favores da economia e da conjuntura. Se não quer cumprir o seu dever, não perca tempo com encenações nem golpes de teatro: demita-se simplesmente.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, não posso esconder-lhe a desilusão que vem provocando à sua volta, depois de alguns meses em que o seu prestígio

parecia vir crescendo. Tem-se declarado acima de toda a suspeita e invulnerável a pressões. Forçoso nos é verificar que tal não corresponde à verdade. Já tínhamos começado a perceber-lo a propósito de várias medidas do Ministério das Finanças e das autoridades monetárias. Confirmámos ao observar a chuva de nomeações de amigos partidários para a administração e o sector empresarial do Estado.

Protestos do PSD.

Verificamos agora que bastou ao presidente do sindicato patronal afirmar, há algum tempo, que o Governo deveria pôr em causa a sua confiança se a lei dos despedimentos não fosse aprovada, bastou essa advertência de um grupo de pressão para que o Primeiro-Ministro obedeça e solicite o voto de confiança.

É pena. Mas é assim.

Com mais uma encenação dramática, prosseguimos nesta espécie de via-sacra das impotências políticas. O Governo quer conflitos com o Parlamento. O Primeiro-Ministro procura querelas e quesflias com a Assembleia da República.

O Governo queixa-se do Parlamento. Saiba o Governo que o Parlamento se queixa do Governo. Que não respeita algumas regras elementares da democracia ou mesmo da boa educação. Que tem medo das dificuldades económicas que se vão fazer sentir desde o princípio do ano que vem. Que não conseguiu estimular a confiança nem o investimento. Que não conseguiu reduzir o desemprego. Que pratica uma taxa de juro elevada demais; que não tem cumprido os seus elementos deveres a propósito dos fundos comunitários, do crédito à habitação, do incentivo à exportação; que não consegue dinamizar o mercado de capitais; que não consegue ultrapassar as dificuldades da banca pública; que não conseguiu abrir o ano lectivo com paz e eficiência, apesar do ministro se manter... E muito mais, Sr. Primeiro-Ministro. As nossas razões de queixa são muitas mais e muito mais reais. Admitamos que, em dois ou três episódios menores, o Parlamento cometeu um excesso. Convenhamos, em contraste, que o Governo não cessa de os cometer.

O Governo sabia que, se o seu partido apresentasse projectos de lei sobre o regime de trabalho, teria alguma colaboração. Não a quis. Pretendeu mostrar-se vítima. Como em tudo o resto. Como no Orçamento.

Começo todavia a ver claro: o Governo é sobretudo vítima da sua própria impotência, da sua incompetência delirante e da sua ineficácia. Aonde estão, ao fim de oito meses para uns ministros e quinze ou vinte para outros, aonde estão as medidas energéticas, as reformas vigorosas? Aonde estão os resultados da luta contra a corrupção? Aonde está a isenção nas nomeações para a administração, o sector público e as Comunidades Europeias? Aonde está a moralidade tão apregoada? A transparência de processos? A informação sobre tudo para todos os portugueses? Aonde está essa formidável energia salvífica de que o Primeiro-Ministro se afirmava portador? Apenas ficou a agitação nervosa. Quanto ao resto: desaparecidas as reformas! Sumida a isenção, definhada a moralidade, desvanecida a competência. De tudo isso ficou a impaciência perante o Parlamento; a irritação perante as oposições; e sobretudo uma imensa ambição, a ambição da pior família, a ambição desmedida, cega e vaidosa.

A cegueira é tal que o Governo não se importa de dar sinais de uma total ignorância quanto aos processos políticos parlamentares e democráticos. Afirma o Primeiro-Ministro que, deixado passar um programa de governo, tem todos os direitos para fazer aprovar ou obrigar a votar as propostas, decretos, autorizações e medidas que bem entender. Nunca tal se viu no mundo inteiro! Mesmo governos com maioria indiscutível e com programas mais precisos e mais concretos do que o deste governo são obrigados, a cada lei importante, a fazer e refazer maiorias, a dialogar, a discutir, a corrigir. Mesmo os governos conservadores maioritários que o Primeiro-Ministro tanto admira têm de fazer o necessário para aprovar as suas leis, convencer os seus próprios deputados, discutir com algumas ou todas as oposições. E pode até acontecer, como já aconteceu tantas vezes, que percam votações e vejam propostas e projectos modificados. Para saber isto tudo, basta seriedade, cultura, rigor e alguma humildade democrática: todos atributos que faltam ao X Governo.

Recordo-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que os socialistas votaram contra o programa do seu governo. Desde então, o Governo não justificou que tal voto mude e que agora mereça a confiança ou o benefício da dúvida e da abstenção.

Mas devo acrescentar: apesar de termos votado contra o programa já demos mais sinais de colaboração do que o Governo. Se aceitássemos a lógica que pretende imprimir à vida política, então deveríamos pura e simplesmente votar sempre contra o Governo, sem qualquer espécie de disposição colaborante.

Quando, em Novembro de 1985, votei contra o seu governo, disse-lhe claramente: o Primeiro-Ministro não faz o esforço da procura de base maioritária. Tentei mostrar-lhe como iria fazer os Portugueses pagar caro as suas auto-suficiência e teimosia. Eis-nos chegados.

Se a sua moção for aprovada, como penso, por uma fraca e equívoca maioria relativa, aqui estaremos, de novo dentro de alguns meses, para discutir outra vez a sua confiança ou a sua demissão, sem que, nada disso se faça para bem de Portugal, dos Portugueses ou do desenvolvimento. Tudo isso será simplesmente e apenas por sua culpa.

Já pensou, Sr. Primeiro-Ministro, no que tem falhado por sua própria responsabilidade? Aonde o magistério da liberdade e da tolerância, que deveria exercer um chefe de governo que se diz social-democrata? Aonde o exemplo da serenidade e do diálogo tão necessários ao desenvolvimento? Aonde o exemplo moral, a isenção e a limpidez? Aonde a protagonização, no primeiro ano de CEE, da nossa cultura, da força da nossa vontade, do voluntarismo, da nossa determinação de independência, do querer da comunidade nacional? O balanço deste governo é mediocre e confrangedor. Por sua própria culpa...

Desde o início do seu mandato que o Primeiro-Ministro tem vindo a tentar fazer uma demonstração: a de que é diferente. Vilipendiou políticos, insultou dirigentes, fustigou antecessores e declarou-se novo e diferente. O episódio patético deste voto de confiança veio mostrar em que consistem as diferenças. Não são, ao contrário do que tentou fazer-nos crer, a superioridade moral, a capacidade de realização, a eficiência ou a honestidade. As diferenças residem sobretudo no alto apreço que o Governo tem por si próprio; na ambição desmedida que anima os seus membros; na vontade sôfrega de obter o Poder mesmo sem o merecer; na

vaidade satisfeita com que se olha indiferentemente no espelho ou na televisão; no desperdício de meios de que tem vindo a dar provas; na assustadora falta de imaginação.

Se se for embora hoje, do seu governo não rezará certamente a história. Mas se rezar, será porque tem ideias fixas: despedir trabalhadores; vender empresas lucrativas a empresários seleccionados; fechar empresas em dificuldades; colocar os seus amigos partidários; entregar jornais, rádios e televisão à suas clientelas. O seu governo, Sr. Primeiro-Ministro, não é um governo, é uma comissão liquidatária. E não terá a nossa confiança porque não a merece.

Sei que pensa, diante dos seus Ministros; que com esta moção de confiança, criou dificuldades às oposições, teve um gesto de rara inteligência e retomou a iniciativa. Não tentarei obviamente convencê-lo do contrário. Há quase um mês que previ, por escrito, o seu comportamento. Quero só dizer-lhe que esta moção não é para nós uma ameaça. Qualquer que seja o resultado. Entre nós, socialistas, na esquerda democrática, e com os Portugueses, preparamos o futuro. As nossas preocupações não são os golpes de teatro, as encenações, o ilusionismo e as imagens tanto do seu agrado. As nossas preocupações são a paz, a segurança e o desenvolvimento; a tolerância, a liberdade e a cultura. Neste quadro, o seu governo é puro episódio. Como tal o trataremos.

Aplausos do PS e do deputado do PRD Vasco da Gama Fernandes.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para formular um protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Deputado António Barreto, V. Ex.^a, que é ex-socialista, ex-reformador, que já integrou a maioria liderada pelo Dr. Sá Carneiro e agora é independente, limitou-se, em toda a sua intervenção, a desbobinar um ataque que considero totalmente descabelado — e direi mesmo, baixo — à figura do Sr. Primeiro-Ministro, ao Governo e ao grupo parlamentar que o apoia. Não vou comentar os labéus e as rábulas costumeiras que o Partido Socialista tem dirigido ao Governo, pois não trouxe rigorosamente nada de novo não apenas em relação ao que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem referido como em relação aos escritos que V. Ex.^a tem produzido. Assim, circunscrever-me-ei apenas a dois ou três aspectos.

Em primeiro lugar, é profundamente lamentável que ainda se possa acusar este governo de nepotismo e de o Primeiro-Ministro proteger os seus amigos políticos nas nomeações para cargos da Administração Pública.

Isso é profundamente lamentável, tendo eu, aliás, a experiência de como é que as coisas sucediam em governos anteriores em que o Partido Socialista liderava. Tanto quanto sei, Maldonado Gonçalves, Almerindo Marques e Almeida Serra são três nomes de socialistas que neste momento me ocorrem, que foram nomeados para empresas públicas — bem, do meu ponto de vista pessoal, embora não tenha sido consultado para o efeito — e que não se trata de amigos políticos do Primeiro-Ministro. Parece-me que se este governo pode ser acusado de alguma coisa, certamente não o será por ter utilizado esse tipo de critérios nessas nomeações.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Também é lamentável que da bancada a que o Sr. Deputado pertence se insinue que o Governo tenha reduzido o grupo parlamentar a que me honro de presidir a um coro banal de vozes em seguidismo a este governo. Não é assim! Podemos comprovar, na prática, que temos iniciativa própria, temos muita honra em apoiar este governo e fazê-mo-lo activa, empenhada e entusiasticamente mas também já soubemos discordar dele, designadamente em sede de especialidade.

Aliás, devo dizer que até há dois meses atrás fomos o único grupo parlamentar — sendo aquele que tem menos direitos de agendamento — que, de facto, usou esse direito potestativo. Rejeito, pois, liminarmente a insinuação de «coro banal» para o Grupo Parlamentar do PSD.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado, finalmente gostaria de lhe dizer que isto em nada retira a consideração pessoal e política que mantendo e manterei por V. Ex.^a Penso que o grande defeito da sua intervenção é que ela reflectiu, no fundo, as teses de um político de laboratório totalmente desligado do país real, porque se estivesse ligado ao país real, se os seus óculos não lhe dessem uma imagem desfocada do que é o país real, teria certamente uma reacção exactamente igual àquela que tem a população portuguesa em relação a este governo.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Barreto, há mais um orador inscrito para formular pedidos de esclarecimento. V. Ex.^a deseja responder já ou no fim?

O Sr. António Barreto (PS): — Prefiro responder no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado António Barreto, a mim também me chocaram certas passagens do seu discurso por me parecerem excessivamente desligadas da situação real, dando como certo que nada existe completamente perfeito nem neste nem nos anteriores governos. Portanto, quando nos pronunciamos e emitimos juízos de valor é dentro de um princípio de razoabilidade. Algumas das acusações que o Sr. Deputado fez parecem-me de tal forma desligadas dos factos que, a meu ver e tal como o meu compatriota de bancada acabou de referir, não foram razoáveis.

Porém, gostaria de lhe colocar uma questão central que deu origem a este debate e que, a meu ver, está na origem muito pertinente da moção de confiança e que é a do funcionamento das nossas instituições. É preciso que se diga claramente se as nossas instituições admitem ou não um governo minoritário ou de maioria relativa. Mesmo que isso não esteja escrito nas disposições formais, se politicamente o Parlamento diz sim, então há que aceitar a consequência desse «sim».

Contrariamente ao que o Sr. Deputado António Barreto disse, em diversos países de democracia — e não falo de outros —, o que acontece é que as regras insti-

tucionais, sem pôr de lado toda a discussão política a que o Sr. Deputado se referiu e que faz parte da natureza das coisas, ajudam à congregação dos grupos, quer da oposição, quer da maioria, e à lógica do seu funcionamento ou de maioria ou de oposição.

É o caso das instituições francesas, onde o instituto do voto fechado ou do voto em bloco não tem outra razão de ser. É um instrumento que, no caso concreto, se dirige mais à disciplina da maioria do que à da própria oposição. É o caso também de juntar a moção de confiança a uma iniciativa legislativa parcelar, mas que o Governo considera decisiva e junta à questão da confiança, precisamente para prevenir a hipótese de que cada sector, mesmo dentro da sua maioria, comece a aperfeiçoar a lei e, portanto, a desnaturá-la.

Existe ainda o caso das instituições da Inglaterra, o santuário da democracia. O Sr. Deputado sabe que as instituições inglesas funcionam muito pouco na base de disposições formais, mas das disposições reais estabelecidas entre os homens que aceitam a lógica e a consequência dos seus comportamentos e das suas implicações. Assim, o Sr. Deputado tem uma situação onde a esmagadora maioria da iniciativa legislativa e das disposições legislativas são precisamente de origem governamental!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Isso é falso!

O Orador: — Não é falso, Sr. Deputado! Então arranje documentos que digam o contrário. Se os arranjar, admito que, pelo menos, seja duvidoso — não falso, mas duvidoso!

Ora, este documento, que é de grande prestígio, diz o seguinte:

E assim, a organização dos Comuns encontra-se adaptada às necessidades do nosso século e dessa forma também a sua supremacia, porque não está em causa a supremacia dos Comuns enquanto poder político, posta em conformidade com as particularidades do governo de gabinete...

Mais, mais, Sr. Deputado — e volto a insistir —, não há disposição formal que susbitua a coerência e a razoabilidade dos comportamentos políticos e humanos. Mais: durante a guerra e no período que se lhe seguiu, os Comuns, por sua iniciativa, aceitaram abdicar da iniciativa legislativa e entregar ao governo o completo exclusivo da iniciativa.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — É isso que quer, Sr. Deputado?

O Orador: — Srs. Deputados, se VV. Ex.^{as} acham que os Comuns procederam mal perante a gravidade dos problemas da guerra e do pós-guerra que, como se diz aqui no relatório, enfrentavam — como por exemplo o da reconstrução — o que implicava celeridade e necessidade de preparação técnica das medidas legislativas, então VV. Ex.^{as} estão a seguir o caminho da originalidade que em vez de contribuir para a consolidação da democracia do nosso país, como aconteceu na Inglaterra, poderá criar o caminho da sua ruína.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Barreto.

O Sr. António Barreto (PS): — Sr. Deputado Silva Marques, em primeiro lugar estranho, que compare a situação que vivemos em Portugal com a que foi vivida pela Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial. Não há qualquer espécie de paralelo, nem por analogia, mesmo que poética.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Olhe que os nossos problemas não são menos graves, Sr. Deputado.

O Orador: — Ficamos a saber que o Sr. Deputado Silva Marques considera que vivemos problemas tão graves quanto os da Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial. É a sua opinião pessoal.

Devo, todavia, recordar-lhe que no Governo inglês, dessa altura estavam presentes todos os partidos parlamentares, o que altera, razoavelmente, a situação, mesmo no caso de a comparação ser possível.

Uma voz do PCP: — Ele esqueceu-se desse por menor!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Olhe que isso não é exacto, Sr. Deputado!

O Orador: — Sr. Deputado Silva Marques, podemos depois conferir datas e tudo o resto. O Sr. Deputado tem um manual histórico de muita utilidade para estes debates, mas, há uma coisa lhe posso garantir que é o facto de durante um longo período todos os partidos parlamentares ingleses terem pertencido ao Governo, e, como tal, terem vivido essa situação excepcional.

Quanto ao resto devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que, de facto, as nossas instituições são compatíveis com o governo minoritário ou vice-versa — como entender. Mas acho também que o problema não é jurídico, não é constitucional e não é institucional. O problema é político e acho que o governo actual não tem agido, ou melhor, não tem interpretado com razoabilidade — para utilizar a sua própria expressão — as regras, quer escritas, quer tradicionais, mesmo neste poucos anos de democracia.

Esta manhã, dois ou três deputados do seu grupo parlamentar deram vários exemplos relacionados com a situação do I Governo Constitucional. Estive para intervir nessa altura, mas como não o fiz posso adiantar-lhe agora a minha opinião relativamente ao I Governo Constitucional.

O governo era minoritário, podia fazer passar algumas leis com a abstenção da maior parte dos partidos democráticos. Apesar de tudo — sou apenas responsável pelo que fiz, mas também sei de alguns casos nos outros ministérios —, a Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária, a Lei do Arrendamento Rural e outros diplomas foram discutidos em comum com o PSD, com o CDS e com o PCP, em reuniões separadas, e desde o momento em que surgiu a real hipótese política de preparar em comum com o PSD essas leis realizaram-se centenas de horas de trabalho no Ministério, no Parlamento e nas sedes dos dois partidos. Estão sentados na sua bancada alguns deputados com quem tive o prazer e à honra de trabalhar horas e horas a fio.

Devo dizer-lhe que do governo actual — e na presente legislatura sou membro da Comissão de Agricultura e Pescas — já foram «disparadas» três ou quatro propostas de lei, todas elas sobre a mesma matéria, sem qualquer espécie de conversa prévia. Nada disto é constitucional, nada disto é jurídico. Isto é político!

Quando dois ou três deputados da sua bancada, bem como o Governo, insistem nos recordes nacionais do diálogo deste governo, devo dizer, simplesmente, que estão enganados. O Governo não dialoga, fala, o que é diferente.

O Governo não teve qualquer espécie de contacto fundamental sobre o conteúdo das leis — aquelas que me dizem respeito, pois passam pelas comissões a que pertenço —, não se passando nada de comparável com o que foi feito durante o I Governo Constitucional em que, apesar de ter sido possível aprovar leis com abstenções e com minorias de 35% — ou maioria relativa, como hoje é bom chamar —, se agiu de maneira completamente diferente.

Quanto aos exemplos estrangeiros que o Sr. Deputado Silva Marques deu, peço-lhe imensa desculpa, mas está profundamente enganado.

As maiorias, mesmo em Inglaterra, num regime, em princípio, bipartidário têm de se fazer muitas vezes homem a homem, mesmo dentro dos grupos parlamentares da maioria. E já aconteceu que a Primeira-Ministra Margaret Thatcher perdeu votações e jamais lhe ocorreu vir ao Parlamento com a mesma atitude que o Governo e o Grupo parlamentar do PSD tomaram hoje, nomeadamente quanto à ideia que para eles decorre da aprovação de um programa em que — embora não sejam uma maioria — pretendem que tudo seja aprovado.

Na Itália já foram chumbadas leis propostas pelo governo incluindo-se nessas votações votos de deputados de maioria. Em Inglaterra e nos Estados Unidos da América também. É uma prática completamente natural, tradicional em todas as democracias europeias. Só não está a ser prática que isto se passe naturalmente na nossa democracia, por culpa do PSD e do Governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Anselmo Aníbal.

O Sr. Anselmo Aníbal (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Governo procurou impor, nestes longos sete meses, uma imagem de que é um bom gestor, de que é um gestor competente e eficaz.

Já demonstrámos aqui os efeitos perversos dessa dita competência. Em todos os aspectos da vida nacional e, em brevíssimos minutos, nós queremos salientar que o sector nacional dos transportes, o sector das comunicações e telecomunicações e a gestão das empresas nacionais que os integram é e continua a ser, prova provada de que não há gestão correcta e competente.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não há uma gestão correcta e competente, que mereça um qualquer crédito de confiança, ao nível da utilização e disponibilização dos recursos financeiros. É a persistência da acumulação de passivos de médio e longo prazos, é a continuidade de contratos-programa, que tal como os ASEFs não melhoraram as vertentes, designadamente os passivos, é a configuração de uma política ditada pelos credores internacionais, é a fixação, na prática, dos contratos-programa como instrumentos medíocres de gestão.

São, por outro lado, os valores inadequados do investimento nas dotações de capital — aquilo a que ontem se chamava de dinheiro fresco. Isto obriga ao recurso a crédito caro com agravamento de encargos financeiros. Na Carris, tais encargos são quatro vezes

o volume do investimento. As dotações de capital na RN, para investimentos na frota social (que aliás tem vindo a decrescer), foram diminuídas em relação ao ano anterior, aliás com um sofisma curioso; como havia uma situação favorável de diminuição de custos dos combustíveis, como havia uma situação menos desfavorável de baixa do percentual dos encargos financeiros, o Governo tratou de complementar o leque das diminuições, diminuindo também as indemnizações compensatórias e as dotações de capital e dizendo que a empresa não precisa de tanto.

Aliás, os valores destas indemnizações rondam os 15% e nas empresas similares da Europa Ocidental ultrapassam, e por vezes largamente, este percentual. Isto para dizer que com ASEFs ou com contratos-programa, não tem havido uma vontade política de dar aos operadores nacionais do sector de transportes, condições de investimento de que pudessem resultar novas condições de utilização dos transportes, segurança e comodidade. Quero lembrar, também, que os CTT nunca receberam verbas compensatórias do Orçamento de Estado, integrando, como integram, uma forte componente social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não há uma gestão correcta e competente nas empresas, que mereça qualquer crédito de confiança, também na análise dos problemas da própria inseguurança nelas vigente.

Discutiu-se há dias neste Plenário e foi formada uma comissão para um inquérito parlamentar à CP. A inseguurança foi primeira página em relação a essa empresa. Foram relevadas a vetustez da rede, do material circulante e as asfixias da prática do dia-a-dia dos utentes. A incomodidade dos utilizadores é conhecida.

Na RN, por exemplo, a diminuição da oferta tem agravado e condicionando as condições de sobreocupação da frota.

Por exemplo, o centro da RN mais rentável em 1985, o do Azeitão, que, é o da área reconhecidamente mais mal servida em termos de transporte públicos é onde menos se terá investido. O corredor de Loures, palco de aumentos significativos de uma procura sempre acrescida, vê diminuída a oferta e a sua qualidade, praticando-se preços mais elevados, tudo indicando que o objectivo da gestão é contraditoriamente, a promoção de interesses privados e da oferta privada. Também não há gestão correcta e competente nas empresas, que mereça qualquer crédito de confiança, na versão institucional e organizacional dessas empresas.

Alguns gestores estão possuídos de uma nova doença que é a febre da privatização. Gastam boa parte do seu tempo, bem como os secretários de Estado da tutela, à procura das melhores maneiras de privatizar, partilhar, vender, entregar, instabilizando as empresas e visando a alienação patrimonial e a entrega de participações. Atingem-se mesmo áreas comuns da actividade mais directa.

É o caso dos Transportes Colectivos do Porto. Com tarifário elevado, os gestores subcontratam empresas privadas para assegurar serviços que lhes deveriam competir, entregando-lhes zonas de fácil lucro. Na renovação da via, na CP, tarefa instantânea e que nunca deveria ter sido objecto do tratamento inadequado, não são utilizados os quadros da CP e a administração directa por parte da CP. Tal administração sairia muito mais barata: aponta-se para custos da ordem dos 60%. Preferem-se, certamente, outras vias para a renovação

da via: há a convicção de que se entregará a um consórcio privado. Estão em causa 600 km de via a renovar, isto é, cerca de um quinto da via nacional e o valor sobe de 20 milhões de contos para 26 milhões de contos, a preços de 1985. No final da empreitada, com as actualizações dos preços, estaremos, possivelmente, em 50 milhões de contos. É assim que não se defendem os interesses nacionais, os interesses dos quadros técnicos e dos trabalhadores portugueses. Aliás a febre de privatização tem muitos outros vertentes.

Uma delas, nos CTT e TLP, decorre de extinguir, na prática, pelo esvaziamento funcional, departamentos de conservação de equipamento e de, através disso, promover a criação de condições para privatização dessas áreas de actividade. Sabe-se que os CTT/TLP são, como unidade empresarial, o maior investidor do País. Exigem vultosos investimentos para satisfazer as necessidades mais prementes dos utilizadores. Mas é importante que o fornecimento do equipamento, tenha em conta os recursos tecnológicos nacionais já existentes no País e na empresa, tendo em conta as empresas existentes no domínio da electrónica, do material eléctrico e da conservação do material. Ainda aqui a utilização de tecnologia sofisticada, que não rejeitamos, terá de ser vista num enlace de sector de actividade com as empresas portuguesas do domínio, não dando de mão beijada terreno aos projectos e montagens, apenas pelo facto de serem apresentados pelas transnacionais, como se está a fazer em termos de digitalização da rede. Saliente-se, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que os CTT/TLP e a CPRM (Marconi) constituem, no conjunto, um importante pólo de desenvolvimento do sector industrial, constituído pela indústria electrónica e de material eléctrico, e são um suporte de todas as actividades económicas nacionais.

Por último, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é de salientar que não merece confiança quem, nas empresas, constrange o desenvolvimento e a organização no domínio dos recursos humanos. São, por um lado, contratos de gestão que distinguem, de forma incorrecta, quadros dirigentes de outros quadros e do conjunto dos outros trabalhadores. São, por outro lado, negociações laborais que marginalizam e desrespeitam interesses dos trabalhadores, impondo revisões de carreira que alteram relações de paralelismo entre funções que têm tido tratamentos unívocos ao longo de muitos anos. Os casos da CP e do Metropolitano são reveladores da forma como o Governo e os conselhos de gestão respectivos conflituam e mantêm as rupturas internas, não cumprem protocolos firmados. É a permanência na TAP em situação difícil. Nós apresentámos, aliás, um projecto de resolução para alterar essa situação.

O que o Governo e os conselhos de gestão têm mostrado neste e noutras conflitos é a incapacidade negocial que revelam em qualquer negociação com os trabalhadores, apresentados, quase sempre, como culpados das dificuldades da empresa, a quem manifestamente não se consegue dar, nem uma nova política de motivação, nem qualquer nova estrutura organizacional que os integre. No conflito permanente e como gestores de conflitos está o dedo directo do Governo: mandar pôr ou retirar propostas. Nos processos negociais em curso, naquele que se aproxima da RN, continua a não ter em conta os valores das próprias empresas, procurando-se impor tectos artificiais que as situações infirmam.

Os senhores procuram o conflito. Os gestores e os secretários de Estado da tutela e o fogoso Sr. Ministro do Trabalho acabam por se especializar em gestão de conflitos, sem qualquer utilidade para as empresas.

Finalmente, dizer que no domínio dos investimentos em formação dos recursos humanos e nos da investigação e desenvolvimento, há, na quase totalidade dos casos, um valor muito menor. Presentem-se alguns esforços, verificam-se nos contextos organizacionais das empresas algumas revisões estruturais, mas o investimento continua a ser pouco estratégico e pouco valorizador. Mesmo os CTT/TLP que têm um percentual de 1% para I&D, há um entendimento de subaproveitamento de tais dotações e um subaproveitamento da sua utilização e crescimento.

Que o digam, por exemplo, o conjunto dos técnicos nacionais que trabalham no Centro de Estudos de Telecomunicações.

Sr. Presidente, ter-se-á de apontar para outras direções, para outras perspectivas. É importante dar a desconfiança a este governo.

O Grupo Parlamentar do PCP partilha do entendimento de que é possível e necessária uma nova política económica, sem este governo, que viabilize e potencie os vários sectores da vida nacional.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputados Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo: Depois do debate aqui travado esta manhã em que eloquentemente até o PCP aplaudiu o discurso do Sr. Primeiro-Ministro, quase que poderíamos dizer que afinal o Gvno goza do consenso generalizado da Câmara.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Ó diabo!

O Orador: — A opinião pública tem muitas vezes a sensação de que para lá da retórica dos discursos não se vislumbram soluções alternativas e propostas diferentes para resolver os grandes problemas nacionais. Fica por vezes a ideia de que se discorda porque se tem de discordar, que se ataca porque se tem de atacar, que se distânciaria porque não ficaria bem parecer exageradamente próximo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pela nossa parte queremos contribuir para este debate de forma a que tudo fique claro, que se explice o que se quer e o que não se quer, com o que se concorda e do que se discorda para que no fim do debate sejam transparentes as razões que permitirão ajuizar do sentido de responsabilidade com que ao votar assumimos as nossas prerrogativas constitucionais.

Queremos nesta nossa intervenção apreciar de forma mais cuidada o que o Governo tem feito em relação à juventude, não porque seja simpático falar sobre esta matéria, não porque a JSD é a maior organização da juventude portuguesa mas porque também define um governo a capacidade de apostar no esforço de renovação e na capacidade criativa que as novas gerações sempre representam em qualquer sociedade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E temos autoridade para questionar todas as outras organizações políticas de juventude cuja voz se pode fazer ouvir nesta Câmara, para as desafiar democraticamente a responder a duas questões que em si encerram a apreciação da actividade do Executivo.

Quando é que na história da democracia e com que Governo é que se atribuiu tanta importância e interesse pela juventude portuguesa?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — De que políticas das que foram executadas e das que estão em execução é que discordam na sua essência, para além das questões de pormenor secundárias que permitem alguns fogachos mas que não podem seriamente constituir base para nenhuma crítica consistente e global?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Muitos de nós nos fizemos porta-vozes de legítimos anseios e necessidades dos jovens portugueses. O que é que o Governo fez, quando dissemos que era necessário dar uma oportunidade aos jovens na habitação?

Aprovou o Decreto-Lei n.º 20-B/86 e a Portaria n.º 219/86, que consagram um conjunto de medidas de apoio à aquisição de casa própria pelas camadas mais jovens da população, através da concessão de empréstimos até 100% e empréstimos intercalares para o pagamento do sinal, até 20% do preço da venda da habitação e do regime de atribuição de subsídio familiar constante nos primeiros três anos de vigência do empréstimo.

Que fez quando dissemos que era necessário dar uma oportunidade aos jovens no serviço militar?

Apresentou à Assembleia da República uma proposta de lei onde se prevê a redução efectiva do tempo de serviço militar obrigatório, a abolição da taxa militar, a flexibilização das condições de saída para estrangeiro e o alargamento dos regimes de adiamento.

E o que é que o Governo fez quando dissemos que era necessário dar uma oportunidade aos jovens na ocupação dos tempos livres?

Relançou o programa de ocupação de tempos livres contra cuja inexplicável suspensão nos batemos nesta Câmara discordando de uma medida de um governo integrado pelo nosso próprio partido.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Organizou no âmbito do programa escola aberta uma acção piloto vocacionada para os jovens emigrantes de segunda geração é que terá lugar na primeira quinzena de Agosto e lançou ainda o programa campos de trabalho luso-espanhol em elaboração com o Instituto de Juventude Espanhol a decorrer em parques naturais dos dois países e o programa campos de trabalho de Verão/86 que no ano em curso mobilizarão na área de ocupação dos tempos livres mais de 36 000 jovens.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, pedia um pouco mais de silêncio, senão o Sr. Deputado tem de suspender a intervenção.

O Orador: — Sr. Presidente, há alguns Srs. Deputados que nunca gostam de ouvir aquilo que o Governo faz.

E que fez o Governo quando dissemos que era necessário dar uma oportunidade aos jovens no trabalho.

Aprovou o Decreto-Lei n.º 17-D/86, que prevê a isenção por dois anos do pagamento das contribuições para a Segurança Social e para o Fundo de Desemprego dos postos de trabalho preenchidos por jovens com contratos sem prazo.

Pelos Despachos Normativos n.º 12/80 e n.º 46/86 definir esforços de apoio à criação de actividades independentes dos jovens à procura do primeiro emprego e às denominadas «iniciativas locais de emprego».

E ainda o alargamento do programa de ocupação temporária de jovens que oferece uma experiência profissional subsidiada, lançada em 16 do mês passado, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/86, e que para 14 200 lugares recolheu já 25 600 inscrições. Elucidativo, não é, Srs. Deputados?

E que fez o Governo em muitas outras áreas?

O Sr. José Magalhães (PCP): — Uma maravilha!...

O Orador: — Maravilha, Sr. Deputado José Magalhães?

Ainda bem que concorda comigo.

O Orador: — A lista seria certamente muito longa...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — É as páginas amarelas!

O Orador: — ... e não se compadece com as limitações de tempo.

Sr. Deputado Jorge Lemos, queira ouvir-me com atenção, talvez aprenda alguma coisa.

Aplausos do PSD.

Mas importa talvez recordar mais alguns casos para que não se diga que se fala e não se fez. Aqui, provavelmente, pecar-se-á, na opinião de alguns, por fazer demais.

Na área do desporto, no programa desporto para jovens, na acção experimental da Páscoa e na acção férias grandes mobilizar-se-ão mais de 50 000 jovens.

Na área de formação de animadores e formadores juvenis foi elaborado um plano com início já em 1 de Julho que envolverá 200 bolseiros e no âmbito do programa inforjovem que foi reformulado nos seus objectivos e acções tendo como horizonte um espaço de três anos.

Serão formados 200 monitores em colaboração com associações das tecnologias de informação e comunicações, monitores esses que serão futuros orientadores dos cursos a desenvolver nos centros de informática da Secretaria de Estado da Juventude.

Na área dos jovens investigadores de referir, ainda, a fixação de uma percentagem sobre todas as verbas do financiamento de projectos de investimento das universidades e organismos públicos que executem actividades de investigação, para criação de um fundo de atribuição de bolsas de investigação destinadas a recém-licenciados e estudantes de ensino superior que se encontrem na fase final do curso.

E por último, não será de mais falar na Resolução do Conselho de Ministros de 19 de Junho de 1986 que lançou o chamado «cartão jovem», que garante a con-

cessão de benefícios sociais, económicos e culturais do seu portador, projecto similar a uma experiência tentada em França com êxito e que no ano do seu lançamento abrangeu 4000 empresas e 100 000 jovens.

No nosso país, bem mais pequeno que a França, os dados apontam para que neste ano de lançamento concorram mais de 3500 empresas e mais de 100 000 jovens portadores do cartão.

O Sr. Rogério Moreira (PCP): — Se ainda não foi lançado como é que pode saber?

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: E além do que o Governo fez, nestes sete primeiros meses, pode e deve perguntar-se como o fez. Fechando-se sobre si próprio? Recusando-se ao diálogo? Com uma visão paternalista ou sectorial da política da juventude?

O Sr. Rogério Moreira (PCP): — Também!

O Orador: — Não, muito pelo contrário, o Governo agiu numa base de diálogo permanente, traduzida na forma como o Sr. Secretário de Estado da Juventude participa nos trabalhos da Comissão Parlamentar desta Assembleia, pelo apoio que tem sido prestado ao Conselho Nacional de Juventude e pela criação junto da Presidência do Conselho de Ministros do Conselho Consultivo da Juventude que terá a sua primeira reunião na próxima quinta-feira e cuja composição traduz um amplo leque de opiniões no campo da juventude portuguesa, incluindo a representação das organizações de juventude dos cinco maiores partidos parlamentares, do CDS ao PC.

É por isso, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, que não podemos hesitar quando nos é pedida a confiança pelo Governo.

Como várias vezes temos sublinhado nesta Câmara, a autonomia, a força, a organização e as ideias que fizeram da juventude Social-Democrata a maior organização da juventude portuguesa levaram-nos muitas vezes a discordar nesta Casa e fora dela de políticas e membros do Governo de executivos liderados ou integrados pelo PSD.

É isso também que faz a credibilidade da nossa forma de fazer política para a juventude portuguesa, que gosta de invocar neste momento, porque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é por disciplina partidária ou por mero seguidismo que em nome da Juventude Social-Democrata aqui hoje falo desta maneira. E pela convicção de que governando deste modo perspectivas mais risonhas se podem abrir ao nosso futuro.

O Governo pede a nossa confiança. O Governo pelo que já fez, pelo que está a fazer e pelo que esperamos venha ainda a fazer, tem a nossa confiança, porque nos actos concretos da governação de forma inequívoca merece-a.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Oxalá, nenhum de nós lhe negue as condições para continuar a governar com eficácia.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos Coelho, os Srs. Deputados Tiago Bastos e José Apolinário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Bastos.

O Sr. Tiago Bastos (PRD): — Sr. Deputado Carlos Coelho, depois de ouvirmos a sua intervenção, ficaríamos com a ideia de que os problemas da juventude, hoje, já não são os mesmos de há sete meses e de que tudo vai bem para a juventude.

Não acredito que pense isso, não acredito que pense que os grandes problemas estão resolvidos e gostaria de lhe colocar algumas questões. Gostava que me dissesse, se é verdade que o desemprego juvenil diminuiu-se a formação profissional é melhor.

Enunciou uma série de acções do Governo; não vou contestar o seu mérito, mas, como sabe, a maioria dessas acções não são desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Estado da Juventude — reconheço que a SEJ tem sido laboriosa e interessada, mas já por várias vezes manifestámos a opinião de que resolução dos grandes problemas da juventude escapa por completo à acção da SEJ.

Por muito importante que seja o cartão do jovem, que seja a redução do serviço militar, que sejam as OTLs, o certo é que a juventude, hoje, continua a ter desemprego e insuficiente formação profissional.

Mas se o Governo fez tanta coisa, gostava de lhe perguntar por outras que não fez: onde está, por exemplo, a prometida lei quadro da formação profissional, onde está o tão empenhado apoio ao ensino técnico-profissional e a aprendizagem, onde está o apoio decidido da aplicação do regime de aprendizagem, assegurando aos jovens condições de funcionamento eficaz e de qualidade da formação ministrada, onde estão os programas de formação e orientação profissional para jovens, onde está, também, Sr. Deputado, a particular atenção que iam dedicar à igualdade de oportunidades no emprego para as mulheres — continuámos a verificar que a grande percentagem de desemprego é feminino —, onde é que está, enfim, a óptica que vem apontada como grande prioridade do Programa do Governo, a óptica de valorização dos recursos nacionais?

Gostaria de referir, ainda, outras coisas: onde estão as medidas legislativas, tão propaladas e que iriam garantir melhores condições aos jovens agricultores? Enfim, Sr. Deputado, se alguma coisa foi feita, quase me apetecia dizer: pouco mais foi do que rebiçados, porque os problemas da juventude mantêm-se e mantêm a sua actualidade.

Aplausos do PRD e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Apolinário.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr. Deputado Carlos Coelho, devo dizer que os deputados jovens do PSD nesta assembleia me têm vindo a surpreender ultimamente.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — São jovens velhos.

O Orador: — Surpreendem-me de uma forma negativa. De facto, a Assembleia da República habituou-se a ver nos deputados jovens do PSD uma grande capacidade criativa e construtiva perante a Assembleia e uma certa posição autónoma perante o próprio partido.

Há pouco, devo ter estado distraído, porque não reconheci a intervenção do Sr. Deputado, pois pareceu-me uma posição totalmente servilista em relação à posição do Governo.

Esqueceu completamente a posição crítica a autónoma que a JSD tem tido neste Parlamento, para tomar uma posição de total apoio ao Governo e à sua política de juventude.

Referiu alguns aspectos que são pontuais. Segundo o que disse o Sr. Deputado Tiago Bastos — e com o qual concordo — o Governo tem dado à juventude algumas migalhas do bolo,...

Uma voz do PSD: — O PS deu mais?!

O Orador: — ... mas continuamos sem saber qual é o conteúdo desse bolo, porque as medidas estruturais, a questão do desemprego, a questão do acesso à educação, a questão dos jovens agricultores continuam, obviamente, por resolver.

Gostaria de me referir aquilo que disse em relação às iniciativas de intercâmbio juvenil. Chamo-lhe a atenção, em relação às iniciativas no plano da CEE, para o facto de alguns cortes no orçamento das comunidades, designadamente, o conflito existente entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia irem aplicar graves cortes nos programas de intercâmbio de jovens, designadamente no projecto «E Essa Europa», no intercâmbio de jovens trabalhadores, nos subsídios às organizações não governamentais de juventude e, também, nas verbas destinadas ao Fundo Social Europeu.

Portanto, Sr. Deputado, não me parece que as questões sejam tão róseas como aqui as apresenta. Reconheço que a Secretaria de Estado da Juventude tem sido diferente em relação ao Governo, tem tido um posicionamento mais construtivo e mais crítico, mas penso que isso não passa de acções pontuais e que, de facto, o Governo está muito longe de cumprir aquilo que prometeu à juventude portuguesa.

Aquando do recente debate sobre a lei de serviço militar obrigatório, mais uma vez vimos que o partido que prometera na campanha eleitoral reduzir o serviço militar para doze meses, mais não pretende do que reduzi-lo para quinze.

Portanto, Sr. Deputado, fica por saber quais são as grandes alterações em matéria de política de juventude levadas a cabo pelo actual governo.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Em primeiro lugar, diria aos Srs. Deputados Tiago Bastos e José Apolinário que o Sr. Primeiro-Ministro, neste momento, deve estar muito lisonjeado com os pedidos de esclarecimento que os senhores deputados me fizeram.

As suas intervenções está subjacente uma confiança quase ilimitada nas capacidades de acção do Governo no espaço de sete meses:

Aquilo que os senhores deputados deixaram subentendido nas suas perguntas foi que o Governo — que apresentou um programa que tem um espaço de concretização de quatro anos — deveria ter, no espaço curto dos sete meses da sua actividade, cumprido a totalidade dos pontos do seu programa, que repita-se, só podem ter execução num plano de quatro anos.

Devo dizer que me parece um pouco surrealista essa intenção. Julgo que não é viável, não é sério exigir-se que qualquer governo, por maior que seja, por maio-

res apoios que tenha e por maiores meios de que possa dispor, consiga no espaço de sete meses ou de um ano resolver os grandes programas com que a juventude se defronta.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Gostaria de sublinhar, porque é importante que fique sublinhado, as apreciações positivas feitas pelos senhores deputados à acção da Secretaria de Estado da Juventude, com esta tónica adicional: é que a SEJ não é uma extensão autónoma do Governo. O que a SEJ tem feito, e no nosso entender muito bem, é protagonizar, no seio do Governo — e é por isso que está dependente directamente do Sr. Primeiro-Ministro — a capacidade deste para conceber e executar uma política global da juventude. Essa política tem incidências e reflexos em várias áreas e em várias das medidas que invoquei — nomeadamente a participação na habitação do Ministério das Obras Públicas, do Ministério do Trabalho, do Ministério da Educação, do Ministério da Defesa, entre outras — revelam que não foi a SEJ, só ela, que fez grande parte das acções a que tive ocasião de referir no meu discurso.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O que há é uma intenção do Governo que tem sabido dar — e os senhores deputados com as suas semiquestões não deixaram dúvidas quanto ao facto de subscreverem a evidência de que o Governo está a atacar eficazmente os problemas da juventude.

Em relação aos problemas não resolvidos, o Sr. Deputado Tiago Bastos fala do problema do desemprego juvenil. Sr. Deputado, as acções que o Governo tomou foram tomadas, nomeadamente as acções de incentivos fiscais, há poucos meses. É com certeza inaudito que queira que, passados dois ou mais meses da entrada em vigor desses diplomas, se registe já uma grande diminuição das taxas de desemprego juvenil. Não creio que seja sério invocar essa situação.

O que é importante discutirmos, neste ponto, é saber se as medidas podem ou não ser eficazes e se vão ou não ter reflexos. Cá estaremos com certeza daqui a algum tempo a discutir a eficácia destas medidas, quando elas puderem ser avaliadas. Para já, podemos apenas debater-nos sobre o seu figurino e os senhores deputados não disseram que com elas não concordavam.

Em relação à questão dos jovens agricultores, que o Sr. Deputado Tiago Bastos também referiu — ainda bem que o fez — já está em fase de acabamento, no âmbito da SEJ, o estatuto do jovem agricultor, e creio que em breves semanas poderemos apreciar essa matéria.

A última questão, levantada pelo Sr. Deputado José Apolinário, e que tem a ver com a redução do serviço militar obrigatório. Sr. Deputado, vamo-nos entender de uma vez por todas com esta questão: aquilo que o Governo apresentou na sua proposta de lei foi que, no caso do Exército, em particular, o serviço militar fosse reduzido para um espaço de doze a quinze meses. E todos percebemos que a instituição militar precise de um espaço de adaptação para reconduzir o tempo de duração do serviço militar àquilo que entendemos ser razoável, dadas as circunstâncias, que são os doze meses.

Todos estamos convencidos — e podemos, com certeza lutar convergentemente para que isso fique bem expresso — de que após um prazo razoável de adaptação, a margem de segurança que a proposta de lei consagra é, de facto, para pôr o serviço militar em doze e não em quinze meses. De outra forma, não se entenderia o cumprimento escrupuloso das promessas eleitorais que este governo e o PSD têm protagonizado até ao momento.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, somos chegados ao final dos trabalhos de hoje.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, desejo interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, desejo saber quem é que está inscrito para a sessão de amanhã.

O Sr. Presidente: — Estão inscritos os Srs. Deputados Seiça Neves, Silva Marques, Rogério Brito, João Corregedor da Fonseca, Maria Santos, Cristina Albuquerque e Barbosa da Costa.

Os tempos de que os partidos e o Governo dispõem, amanhã, são os seguintes: Governo, 53 minutos; PSD, 69 minutos; PS, 64 minutos; PRD, 50 minutos; PCP, 51 minutos; CDS, 80 minutos, e MDP/CDE, 40 minutos.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, se me permite, pergunto se não está inscrito algum membro do Governo.

O Sr. Presidente: — Neste momento, não, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, a sessão de amanhã terá início às 10 horas e tem como ordem do dia a continuação deste debate.

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 50 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Álvaro José Rodrigues Carvalho.
António d'Orey Capucho.
Arlindo da Silva André Moreira.
Aurora Margarida Borges de Carvalho.
Cândido Alberto AlenCASTRE Pereira.
Francisco Jardim Ramos.
João José Pimenta de Sousa.
Joaquim Eduardo Gomes.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.
Luís António Martins.
Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.

Partido Socialista (PS):

Alberto Manuel Avelino.
Aloísio Fernando Macedo Fonseca.
António de Almeida Santos.

António Carlos Ribeiro Campos.
 António Manuel Azevedo Gomes.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães Silva.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 Armando António Martins Vara.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Augusto Filhol Guimarães.
 José Carlos Pinto B. Mota Torres.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Rui Fernando Pereira Mateus.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Carlos Alberto Narciso Martins.
 Maria da Glória Padrão Carvalho.
 Tiago Gameiro Rodrigues Bastos.
 Victor Manuel Ávila da Silva.

Partido Comunista Português (PCP):

António da Silva Mota.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Maria Odete dos Santos.
 Rogério Paulo Sardinha de S. Moreira.

Centro Democrático Social (CDS):

João da Silva Mendes Morgado.
 José Luís Nogueira de Brito.
 José Maria Andrade Pereira.
 Pedro José Del Negro Feist.

Deputados Independentes:

Rui Manuel Oliveira Costa.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Fernando Monteiro do Amaral.
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Estácio Marques Flórido.
 Mário Jorge Belo Maciel.

Partido Socialista (PS):

António Cândido Miranda Macedo.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Carlos Manuel N. Costa Candal.
 José Barbosa Mota.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Bártolo de Paiva Campos.
 José da Silva Lopes.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Campos Rodrigues Costa.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.

Centro Democrático Social (CDS):

Henrique José Pereira de Moraes.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 José Augusto Gama.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

José Manuel do Carmo Tengarrinha.

Deputados Independentes:

Augusto Martins Ferreira do Amaral.

OS REDACTORES: *Maria Amélia Martins — Cacilda Nordeste — José Nogueira Diogo.*

PREÇO DESTE NÚMERO: 189\$00

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.